

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília/2016

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, das Decisões Normativas TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 500/2016.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE ANEXOS	6
APRESENTAÇÃO	7
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	8
1.1 Finalidade e competências	8
1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	9
1.3 Breve histórico do órgão ou da entidade	9
1.4 Ambiente de atuação	10
1.5 Organograma	13
1.6 Macroprocessos finalísticos	13
1.7 Composição acionária do capital social	14
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	15
2.1 Planejamento organizacional	15
2.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução	15
2.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício	15
2.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico	15
2.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	16
2.1.5 Desdobramento do plano estratégico	17
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	17
2.3 Desempenho orçamentário	18
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	18
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	30
2.3.3 Demonstrativo da execução das despesas	30
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	30
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	31
2.3.6 Informações sobre a realização das receitas	31
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas	31
2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	32
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	34
2.4.1 Indicadores específicos	34
2.4.2 Informações e indicadores sobre o desempenho operacional	36
2.5 Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar	36
2.6 Resultados da execução física e financeira das ações planejadas para o exercício	37
3 GOVERNANÇA	40
3.1 Descrição das estruturas de governança	40
3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados	42
3.3 Papéis e funcionamento dos colegiados	43
3.4 Atuação da unidade de auditoria interna	45
3.5 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos	46
3.6 Gestão de riscos e controles internos	46
3.7 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	47
3.8 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	48
3.9 Informações sobre as ações trabalhistas contra a entidade	48
3.10 Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais	49
4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	52
4.1 Canais de acesso do cidadão	52
4.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	52
5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	53
5.1 Desempenho financeiro do exercício	53
5.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	53
5.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	53
5.4 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	53

SUMÁRIO

5.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal	53
5.6 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	53
5.7 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	54
5.8 Notas Explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/1964 e 6.404/1976)	54
5.9 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas	55
5.10 Revisão dos critérios adotados para classificação a nos níveis de risco e de avaliação das provisões registradas nas demonstrações financeiras	55
5.11 Informações sobre as operações de financiamento	55
5.12 Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica	55
6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	56
6.1 Gestão de pessoas	56
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	56
6.1.1.1 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal	56
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	58
6.1.3 Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal	59
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	59
6.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio	59
6.1.4.2 Contratação de estagiários	63
6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura	63
6.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada	63
6.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.	63
6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	63
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	64
6.2.5 Demonstração da situação dos imóveis da União	64
6.2.6 Informações sobre a gestão dos ativos imobiliários e sobre o Plano Nacional de Desmobilização	64
6.2.7 Informações sobre os imóveis locados de terceiros	64
6.2.8 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	64
6.2.9 Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade	65
6.2.10 Informações sobre a infraestrutura física	65
6.3 Gestão da tecnologia da informação	65
6.3.1 Principais sistemas de informações	65
6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI	69
6.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas	71
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	72
6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	72
6.5 Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais	72
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	74
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	74
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	75
7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	77
7.4 Informações sobre as ações de patrocínio	78
7.5 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	79
8 ANEXOS	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Macroprocessos Finalísticos	13
Quadro 2 – Composição Acionária do Capital Social	14
Quadro 3 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	18
Quadro 4 – Demonstrativo da execução das despesas	30
Quadro 5 – Restos a pagar de exercícios anteriores	30
Quadro 6 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	31
Quadro 7 – Despesas por Modalidade de Contratação	31
Quadro 8 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	32
Quadro 9 – Concessão de suprimento de fundos	32
Quadro 10 – Utilização de suprimento de fundos	33
Quadro 11 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	33
Quadro 12 – Composição dos Dirigentes e Colegiados	42
Quadro 13 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	47
Quadro 14 – Síntese da Remuneração dos Administradores	48
Quadro 15 – Ações trabalhistas contra a entidade	48
Quadro 16 – Força de Trabalho da UPC	56
Quadro 17 – Distribuição da Lotação Efetiva	56
Quadro 18 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	56
Quadro 19 – Despesas do pessoal	58
Quadro 20 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	59
Quadro 21 – Frota de veículos própria	63
Quadro 22 – Frota de veículos terceirizada	63
Quadro 23 – Relação dos Imóveis de Propriedade da CPRM, Cedido e Recebido em Doação	64
Quadro 24 – Relação dos Imóveis Alugados para Uso da CPRM	64
Quadro 25 – Plano de capacitação (PDTI)	70
Quadro 26 – Quantitativo de pessoas (força de trabalho de TI)	70
Quadro 27 – Depósitos judiciais e extrajudiciais	72
Quadro 28 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	74
Quadro 29 – Recomendações do Órgão de Controle Interno que permanecem pendentes de atendimento	75
Quadro 30 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	78
Quadro 31 – Relatório Final (Carga Horária 40h)	79
Quadro 32 – Despesas com publicidade	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Áreas de atuação do Serviço Geológico do Brasil	10
Figura 2 – Organograma	13
Figura 3 – Indicadores de produção física	34
Figura 4 – Indicadores de desempenho orçamentário e financeiro	35
Figura 5 – Indicadores de desempenho operacional	36
Figura 6 – Resultado da execução física	38
Figura 7 – Desempenho orçamentário-financeiro	39

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Declaração do contador

Anexo II – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

Anexo III – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/76 e notas explicativas

APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB) apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2015, elaborado em consonância com as disposições das normas gerais de prestação de contas anuais conforme Resolução nº 234/2010 e nº 244/2011 e disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, das normas específicas das contas de 2015, de acordo com a Decisão Normativa nº 146/2015 e nº 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 500/2016.

Este Relatório de Gestão Individual será apresentado de acordo com a estrutura do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015 e obedecendo aos tópicos indicados pelo Tribunal de Contas da União através do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

O Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar as práticas dos atos da gestão da CPRM/SGB empreendidas no exercício de 2015, com o intuito de proporcionar uma visão completa das principais realizações da gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

No Relatório de Gestão da CPRM/SGB são registrados os resultados alcançados ao longo do exercício de 2015, tanto no campo financeiro quanto no campo operacional, no cumprimento do papel institucional da CPRM/SGB de prover, em quantidade e qualidade, informações indispensáveis à gestão dos recursos minerais e hídricos do país, apresentados na forma definida pela Portaria TCU nº 321/2015 e demais orientações do TCU.

Tais informações, que se constituem em ferramentas científicas de alavancagem do conhecimento geológico, hidrogeológico e ambiental, oferecem aos órgãos gestores suporte ao planejamento do uso e ocupação do território nacional.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 Finalidade e competências

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, empresa pública com as atribuições do Serviço Geológico do Brasil – SGB, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, o qual estabelece as diretrizes básicas das políticas públicas do Governo Federal para a geologia, tem por objetivo subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento e da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional.

De acordo com o seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, a empresa foi constituída com as seguintes finalidades e competências:

I – subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;

II – estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

III – orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

IV – elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;

V – colaborar em projetos de preservação do meio ambiente, em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

VI – realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados a terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;

VII – dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

A CPRM/SGB tem a missão corporativa de “gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil”, advinda do preceito constitucional que delega à União a responsabilidade em prover o serviço oficial de geologia de âmbito nacional (Art. 21, item XV, da Constituição Federal). Para cumprir sua missão, a empresa atua em três áreas intrínsecas das geociências: Geologia (incluindo Aerogeofísica e Recursos Minerais), Recursos Hídricos e Geodiversidade, além de mobilizar imenso patrimônio profissional e tecnológico no desenvolvimento e manutenção de geotecnologias de suporte e divulgação de seu acervo, bem como na modernização e manutenção de laboratórios de análises minerais para suporte aos levantamentos geocientíficos e a outras instituições governamentais.

Os valores definidos pela CPRM/SGB desempenham um papel importante na realização dos trabalhos em todo território nacional, visando principalmente subsidiar os gestores no cumprimento da missão corporativa, considerando os seguintes princípios fundamentais:

a. GESTÃO ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Priorizar o interesse público, disponibilizando à sociedade mecanismos de acompanhamento e fiscalização das ações da Empresa.

b. RESPONSABILIDADE SOCIAL E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

Estimular o uso racional dos recursos minerais e hídricos em perfeita harmonia com o meio ambiente e com as necessidades da sociedade no presente e no futuro.

c. EXCELÊNCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Garantir a plena satisfação do usuário com produtos que sejam referência em termos de qualidade e credibilidade técnica.

d. **CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO**

Tornar a valorização profissional de seus empregados um patrimônio científico-cultural da Empresa.

e. **GEOLOGIA PARA O BEM-ESTAR DA SOCIEDADE**

Agregar valor ao conhecimento geológico, de modo a torná-lo indispensável ao desenvolvimento dos setores mineral e hídrico, bem como à gestão territorial.

f. **ÁGUA – BEM VITAL E ESTRATÉGICO**

Assegurar a disponibilidade e utilização racional da água – bem comum, vital e estratégico – às gerações atual e futura.

1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada (UJ)

O Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, autorizou a União a constituir a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, na forma de Sociedade por Ações, vinculada ao Ministério das Minas e Energia – MME, nos termos dos artigos 4º, inciso II, alínea c e 5º, inciso III, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Em 1994, com a publicação da Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, sociedade de economia mista, criada pelo Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, foi transformada em empresa pública.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UJ

O Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM foi aprovado com a publicação do Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, o qual revogou os Decretos nº 919, de 8 de setembro de 1993, e nº 1.004, de 8 de dezembro de 1993.

Desta forma, a CPRM passou a ser efetivamente regida pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, pela legislação aplicável e às sociedades por ações e pelo seu próprio estatuto, com as atribuições e responsabilidades do Serviço Geológico do Brasil.

1.3 Breve histórico do órgão ou da entidade

O Serviço Geológico do Brasil, ou simplesmente CPRM, nome de fantasia advindo da razão social Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, impregnado no imaginário dos nossos clientes, parceiros e usuários, desde 1969. Naquele ano, nascemos como empresa de economia mista, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com a missão estratégica de organizar e sistematizar o conhecimento geológico do território brasileiro. Entendeu-se, então, que esse lastro infraestrutural era indispensável para garantir o crescimento econômico projetado para as décadas seguintes, com o suprimento de insumos minerais nativos, em substituição aos importados. Isso explica o *boom* mineral dos anos 70 e 80, época em que se descobriram inúmeras jazidas, muitas das quais, ainda hoje, abastecem a indústria nacional. A empresa executava os programas do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica – DNAEE e ainda realizava serviços de sondagens para água e pesquisa mineral.

Circunstâncias conjunturais difíceis, especialmente a partir da segunda metade dos anos 80, levaram a mudanças institucionais profundas na vida da CPRM, culminando, em 1994, com a Lei nº 8.970, de 27 de dezembro de 1994, que alterou o regime jurídico para empresa pública. Do ponto de vista de atuação, essa data encerra o ciclo da empresa prestadora de serviços e inicia a era do Serviço Geológico propriamente dito.

No exercício seguinte, o Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, aprovou o Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM. Naquele período, o foco institucional voltou-se, drasticamente, para a geologia e a hidrologia básicas, com o desenvolvimento concomitante das áreas de aplicações, como geologia ambiental, hidrogeologia e riscos geológicos. Sai à atuação empresarial e fortalece-se a atuação em parcerias institucionais com outros órgãos da administração federal, estados e municípios.

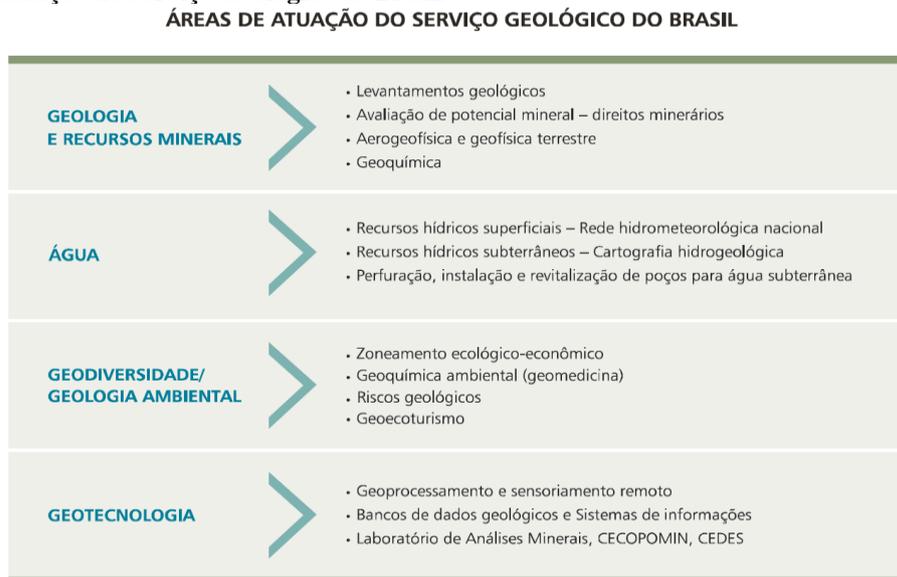
1.4 Ambiente de atuação

As diretrizes básicas das políticas públicas do Governo Federal para a geologia são estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), ao qual está vinculada a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB), que tem por objeto subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento e da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União no território nacional.

A CPRM/SGB é uma instituição focada em projetos, sendo responsável pela execução do Programa Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral (PGMT), do Plano Plurianual 2012-2015 (PPA 2012-2015) do Governo Federal, assumido pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de onde advém sua principal fonte de financiamento. Via convênios com instituições públicas, executa projetos relacionados à sua área de atuação, por meio de descentralização orçamentária, para outros órgãos da administração direta.

Dentro desse programa estão definidas as Ações Finalísticas que balizam o escopo da nossa área de atuação institucional. Assim, as ações governamentais de responsabilidade da CPRM/SGB foram executadas de acordo com os grandes temas que mobilizaram o esforço da empresa em 2015.

Figura 1 – Áreas de atuação do Serviço Geológico do Brasil



Internamente, cada Ação Governamental é desdobrada em projetos e atividades, cujo conjunto compõe o Plano Anual de Trabalho da CPRM/SGB – PAT/2015, elaborado em conformidade com as dimensões setoriais do Plano Plurianual 2012-2015.

A seguir você encontra um resumo das Ações Finalísticas inseridas no PPA 2012/2015:

a. Levantamentos Geológicos

Incluem as atividades de mapeamentos geológicos e geoquímicos, desde as escalas de integração territorial até os levantamentos sistemáticos nas escalas 1:250.000 e 1:100.000, podendo-se chegar a escalas maiores, dependendo de interesses específicos de ordem econômico-social. Trata-se do chamado “carro-chefe” da organização, sendo a Ação que concentra os maiores orçamentos e ocupa a maior parte dos técnicos da Casa. Nela estão abrigadas, ainda, atividades voltadas para as aplicações do conhecimento geológico para o meio ambiente e para a prevenção de riscos geológicos, áreas em que temos atuado sempre em parcerias importantes com as várias esferas do poder público. Esta Ação é suportada por um sistema de bancos de dados, denominado Geobank, que engloba módulos relativos a toda a temática geológica, como afloramentos, unidades litoestratigráficas, análises geoquímicas, recursos minerais etc.

b. Levantamentos Geofísicos

Basicamente, incluem os levantamentos aerogeofísicos do território, atividade que, por ser ferramenta auxiliar da geologia para orientar a pesquisa mineral, tem como foco as áreas de menor conhecimento e de maior carência de desenvolvimento, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

c. Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil

Ação complementar e auxiliar dos levantamentos geológicos. Tem como objetivo disponibilizar o banco de dados dos recursos minerais do país e desenvolver pesquisa geológico-metalogenética em ambientes de reconhecida vocação mineral, como forma de atrair interesses e investimentos em pesquisa mineral por parte da iniciativa privada. Além dos recursos do continente, o Serviço Geológico, em parceria com o Ministério da Defesa, atua na pesquisa dos recursos da plataforma continental jurídica brasileira. Presta-se, ainda, a fornecer subsídios para políticas públicas de arranjos produtivos locais e tem como foco principal de atuação, atualmente, os minerais não metálicos, especialmente insumos para a agricultura e materiais para construção.

d. Levantamentos Hidrogeológicos

Esta Ação tem duas vertentes básicas, com atividades focadas em águas subterrâneas, de um lado, e em águas superficiais, de outro. No tocante às águas profundas, a CPRM dispõe do Sistema de Informações sobre Águas Subterrâneas – SIAGAS, com cadastro de poços e fontes desse bem mineral de todo o Brasil, e realiza levantamentos hidrogeológicos regionais em várias escalas. Além disso, a CPRM tem sido parceira em atividades sociais de perfuração e recuperação de poços em áreas do semiárido nordestino e do sul do país. Em se tratando de águas superficiais, o Serviço Geológico opera a Rede Hidrometeorológica Nacional, da Agência Nacional de Águas – ANA; desenvolve e opera sistemas de alerta contra cheias em áreas críticas como, por exemplo, em Manaus (AM) e no Pantanal; além de produzir estudos em áreas específicas. Atualmente há um grande esforço, em curso, no sentido de gerar a Carta de Disponibilidade Hídrica do Brasil ao Milionésimo, a partir do domínio de conhecimento geológico e hidrológico acumulado no Serviço Geológico do Brasil.

e. Gestão da Informação Geológica

Sendo depositário da memória geológica do Brasil, a CPRM dispõe de imenso acervo de dados e informações, em vários tipos de mídia, cujo gerenciamento e disponibilização constituem missão primordial da instituição. Nesse sentido, esta Ação encerra atividades ligadas à pesquisa, desenvolvimento e aquisição de tecnologias que viabilizem e deem eficiência aos processos de suporte da informação geológica. Aqui se incluem desde os processos de aquisição de dados, passando por seu armazenamento e processamento, até a forma de disponibilizar os produtos finais à sociedade.

f. Análises Químicas e Minerais do Laboratório de Análises Minerais

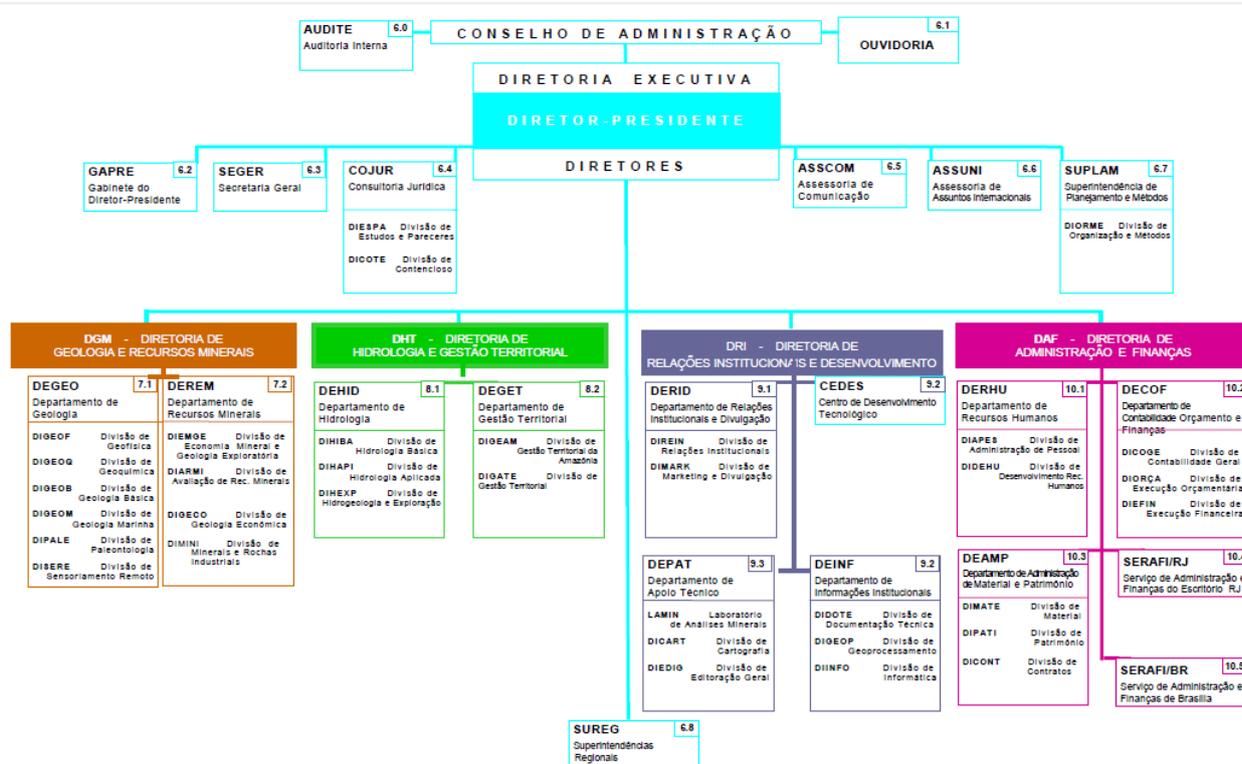
Para desenvolver suas atividades técnicas, um dos suportes essenciais dos trabalhos de campo do Serviço Geológico do Brasil são as análises laboratoriais efetuadas no LAMIN, seu laboratório oficial, localizado no Escritório do Rio de Janeiro. Ali são feitas desde descrições petrográficas e determinações químicas específicas em rochas, solos e sedimentos de corrente, até estudos fossilíferos, biológicos e de certificação de águas minerais. Esta Ação visa a viabilizar os investimentos necessários à manutenção e melhorias do laboratório. No dia 02 de agosto de 2006 foi inaugurado, como parte da rede de laboratórios internos, o Centro de Controle da Poluição na Mineração – CECOPOMIN, localizado na Superintendência Regional de São Paulo. Decorrente de convênio com o DNPM, ele é o único laboratório público brasileiro em sua área de atuação. Os equipamentos desse laboratório foram cedidos ao governo brasileiro pela Agência de Cooperação Internacional do Japão.

Ressalta-se que, para o cumprimento de sua missão institucional, a CPRM conta com infraestrutura operacional instalada em todo o país, somando oito Superintendências Regionais: Manaus (AM), Belém (PA), Recife (PE), Goiânia (GO), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS). São as unidades executoras dos projetos, onde se concentra o grosso da capacidade operacional da instituição. Além disso, temos três Residências, que são estruturas operacionais menores, localizadas em Porto Velho (RO), Teresina (PI) e Fortaleza (CE). Finalmente, contamos com três Núcleos de Apoio, que são pequenos escritórios de representação e apoio operacional, nas cidades de Natal (RN), Cuiabá (MT) e Criciúma (SC). A sede política da empresa localiza-se em Brasília (DF) e o escritório central da Administração e dos departamentos técnicos situa-se no Rio de Janeiro (RJ). Afora a rede de unidades operacionais, a CPRM tem três centros de treinamento, nas cidades de Apiaí (SP), Morro do Chapéu (BA) e Caçapava do Sul (RS).

Em dezembro de 2015, a CPRM/SGB possuía em seu quadro funcional 1.818 profissionais, dos quais 1.761 são empregados efetivos, 48 nomeados por livre provimento e nove requisitados de outros órgãos da Administração Pública. Dentre os efetivos, 1.058 são ocupantes de cargos de nível superior, 635 de nível médio e 68 de nível fundamental. É importante destacar que a Empresa contempla um quadro de 599 pós-graduados: 111 doutores, 312 mestres e 176 especializados. Aqui reside um valioso patrimônio técnico do país, um quadro especializado de alta excelência e de conhecimento ímpar da geologia e da hidrologia brasileiras.

1.5 Organograma

Figura 2 – Organograma



1.6 Macroprocessos finalísticos

Quadro 1 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Realizar mapeamentos geológicos	Realizar mapeamentos geológicos Avaliar o potencial mineral Realizar levantamentos aerogeofísicos Realizar levantamentos geoquímicos Realizar levantamentos geológicos marinhos	Mapas geológicos, geofísicos, geoquímicos, de potencial mineral Cartas Batimétricas, Cartas Texturais, Cartas de Caracterização de Agregados Marinhos Relatórios Técnicos	Empresas de Mineração Empresas de Pesquisa Mineral Universidades Órgãos Estaduais de Geologia	Diretoria de Geologia e Recursos Minerais
Realizar levantamentos hidrogeológicos e da geodiversidade	Realizar levantamentos hidrogeológicos Realizar levantamentos da geodiversidade Realizar mapeamentos Geológico-Geotécnicos Monitorar sistemas de alerta hidrológicos	Mapas Hidrogeológicos, de Geodiversidade, de Geodiversidade, Cartas Municipais de Suscetibilidade a Deslizamentos e Inundações, Mapas de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações, Boletins de Alerta de Cheias, Estudos de regionalização de bacias.	Prefeituras e órgãos municipais de defesa civil, CEMADEN, CENAD; MCidades, Caixa Econômica Federal; IPEA e EPL Universidades Órgãos Estaduais de Geologia	Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial
Gerir informações geocientíficas	Realizar análises laboratoriais Gerir o Banco de Dados Geocientíficos Pesquisar novas técnicas e métodos técnico-científicos	Análises químicas e minerais, de materiais geológicos e de águas Lâminas delgadas para Petrografia	DNPM Empresas produtoras de água mineral Outras Diretorias da CPRM	Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento

Da estrutura atual, podemos extrair o que seriam os macroprocessos finalísticos da CPRM, a seguir discriminados:

- Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM):
 - Macroprocesso: Realizar mapeamentos geológicos
 - Processo 1: Realizar mapeamentos geológicos
 - Processo 2: Avaliar o potencial mineral
 - Processo 3: Realizar levantamentos aerogeofísicos
 - Processo 4: Realizar levantamentos geoquímicos
 - Processo 5: Realizar levantamentos geológicos marinhos

- Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial (DHT):
 - Macroprocesso: Realizar levantamentos hidrogeológicos e da geodiversidade
 - Processo 1: Realizar levantamentos hidrogeológicos
 - Processo 2: Realizar levantamentos da geodiversidade
 - Processo 3: Realizar mapeamentos Geológico-Geotécnicos
 - Processo 4: Monitorar sistemas de alerta hidrológicos

- Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento (DRI):
 - Macroprocesso: Gerir informações geocientíficas
 - Processo 1: Realizar análises laboratoriais
 - Processo 2: Gerir o Banco de Dados Geocientíficos
 - Processo 3: Pesquisar novas técnicas e métodos técnico-científicos

1.7 Composição acionária do capital social

Quadro 2 – Composição Acionária do Capital Social

Ações Ordinárias (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional	87,53%	87,53%
	Outras Entidades Governamentais	1,72%	1,72%
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
% Governo		89,25%	89,25%
Free Float	Pessoas Físicas		
	Pessoas Jurídicas		
	Capital Estrangeiro		
	% free float		
Subtotal Ordinárias (%)		89,25%	89,25%
Ações Preferenciais (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional	9,80%	9,80%
	Outras Entidades Governamentais	0,95%	0,95%
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
% Governo		10,75%	10,75%
Free Float	Pessoas Físicas		
	Pessoas Jurídicas		
	Capital Estrangeiro		
	% free float		
Subtotal Preferenciais (%)		10,75%	10,75%
Total		100%	100%

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional

2.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução

O Programa de Trabalho 2015 da CPRM está alinhado às metas do PPA 2012-2015, que incluem as metas do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, e está tratado em detalhe no item 2.3.1 deste relatório. No PPA, a CPRM é responsável por 22 importantes metas, distribuídas em 3 Programas: Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral, Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, e Mar, Zona Costeira e Antártida.

Dentre estas 22 metas se destacam o detalhamento do potencial exploratório de áreas de relevante interesse mineral, a realização de levantamentos aerogeofísicos, geológicos e geoquímicos multiuso, a operação, manutenção e implantação de sistemas de alerta hidrológicos, a elaboração de mapeamentos de identificação de setores de risco e de mapeamentos de suscetibilidade a inundações e deslizamentos, a elaboração de mapas de água subterrânea, o desenvolvimento de estudos hidrológicos integrados e a realização de levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos em águas internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Além dos projetos finalísticos, a empresa ainda conta com várias atividades estruturantes relativas à pessoal, métodos e processos internos, tecnologia da informação, infraestrutura e comunicação, visando superar eventuais gargalos e prover condições adequadas à operacionalização dos projetos.

2.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

As diretrizes estratégicas da CPRM são definidas pelo Governo Federal. A CPRM pode e deve influir na construção da estratégia, mas precisa fazê-lo alinhada ao Ministério das Minas e Energia, ao qual é vinculada. Os principais objetivos estratégicos para o próximo período são *“manejar a geologia para (1) prevenção e mitigação de desastres naturais e (2) estimular a produção mineral brasileira”*.

Além destes, há um objetivo estruturante de *“Otimizar métodos e processos”*, que abrange as seguintes atividades:

- Ampliação do escopo de atuação da Rede de Laboratórios Analíticos (LAMIN) e implantação de sistema de qualidade e de programa de materiais de referência;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (já elaborado);
- Reestruturação do processo de contratação de bens e serviços;
- Elevação do Grau de Maturidade em Gestão de Projetos;
- Redução de Despesas de Funcionamento.

2.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Considerando o caráter da CPRM de ser uma empresa pública vinculada ao Ministério das Minas e Energia, de onde são emanadas as principais diretrizes estratégicas para a empresa, conforme explicitados no item 2.1.2 acima, e considerando também que toda a produção da Empresa é pactuada com o Governo Federal a cada quatro anos e expressa nos respectivos Planos Plurianuais, num rico processo de definição de Programas, Indicadores, Objetivos, Metas e Iniciativas, a Direção da CPRM decidiu em meados de 2015 efetuar um processo de *alinhamento estratégico de seus projetos finalísticos às diretrizes definidas*, inclusive adequando-os à realidade orçamentária e financeira vigente, e um *alinhamento estratégico de seus processos internos*, de forma a aumentar sua eficiência e a integração entre as Diretorias da empresa.

Para isso foi elaborado um Projeto Básico e um Edital para Tomada de Preços, na modalidade Técnica e Preço, cujo objeto é a “Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria técnica para Alinhamento Estratégico e Definição de Projetos Estruturantes para a

CPRM”. As referências metodológicas para a execução dos serviços são: Balanced Scorecard (Kaplan e Norton), Corpo de Conhecimento de Project Management (PMBOK) e Portfólio Management do Project Management Institute (PMI), Metodologia Canvas.

No Edital, os serviços a serem prestados estão subdivididos em quatro etapas principais:

- Seminário 1 de Alinhamento Estratégico e Definição de Projetos Estruturantes, com as seguintes atividades:
 - Alinhamento de conceitos sobre Planejamento Estratégico;
 - Avaliação do contexto de atuação da Empresa e das diretrizes estratégicas apontadas pelo Governo Federal;
 - Validação da missão, visão e valores da CPRM;
 - Construção do Mapa Estratégico da CPRM, contendo programas, objetivos, metas, projetos finalísticos e estruturantes;
 - Definição e priorização dos projetos estruturantes da CPRM para o próximo período.
- Workshops de Planejamento de Projetos Estruturantes, com a realização de três “workshops” para planejamento dos projetos estruturantes priorizados.
- Workshops de Monitoramento de Projetos Estruturantes, com a realização de três ciclos de monitoramento mensal dos projetos estruturantes priorizados. O objetivo é implantar uma rotina de monitoramento e controle dos projetos estruturantes prioritários, de forma a assegurar que todas as entregas, marcos e metas previstas no planejamento dos projetos sejam cumpridas.
- Seminário 2 de Alinhamento Estratégico e Controle de Projetos Estruturantes, para análise, validação e tomada de decisão pela Diretoria Executiva da CPRM do resultado da Revisão Estratégica da CPRM, do Mapa Estratégico da CPRM, e da evolução de cada um dos projetos estruturantes priorizados.

Entretanto, face ao contingenciamento orçamentário e financeiro vigente em 2015 e amplificado em 2016 tal contratação teve de ser adiada para uma oportunidade mais favorável.

2.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A CPRM foi criada em 1969 como empresa de economia mista e transformada em empresa pública em 1994, com atribuições e responsabilidades de Serviço Geológico do Brasil. Sua missão é “gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil” e sua função principal é estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País.

Seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, que, em seu artigo 4º, define que a CPRM tem por objeto:

I – subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;

II – estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

III – orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

IV – elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;

V – colaborar em projetos de preservação do meio ambiente, em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

VI – realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;

VII – dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

Para isso realiza, em sintonia com o Plano Nacional de Mineração 2010-2030 e os Planos Plurianuais do Governo Federal, um conjunto de projetos, tais como:

- Mapeamentos geológicos sistemáticos;
- Levantamentos geofísicos aeroportados e terrestres;
- Avaliação de Potencial Mineral
- Levantamentos geológicos marinhos, tanto na Plataforma Continental quanto em águas internacionais;
- Levantamentos Hidrogeológicos;
- Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Extremos;
- Levantamentos de Recursos Hídricos Superficiais;
- Estudos e Pesquisas em Hidrologia;
- Mapeamento de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações
- Mapeamento de Suscetibilidade a Deslizamentos e Inundações;
- Levantamentos de Geodiversidade;
- Levantamentos Geoquímicos multiuso.

Assim sendo, todos os projetos da empresa estão perfeitamente alinhados às suas competências institucionais e aos demais planos aos quais está vinculada.

2.1.5 Desdobramento do plano estratégico

Considerando que a CPRM está inserida no plano estratégico do Governo Federal, expresso no PPA 2012-2015, e nas diretrizes definidas pelo MME, conforme descrito no item 2.1.2, o desdobramento do plano estratégico se dá em nível operacional. Para isso, anualmente é construído o Plano Anual de Trabalho (PAT) buscando atender as metas físicas do PPA e do PAC. O PAT é um conjunto de projetos finalísticos, com responsáveis, prazos e orçamentos definidos projeto a projeto, que são posteriormente acompanhados com metodologia simplificada, baseada no PMBOK (Corpo de Conhecimentos de Gerenciamento de Projetos do PMI – Project Management Institute).

Quanto aos riscos relativos ao desenvolvimento dos trabalhos, face à inexistência de ambiente concorrencial, limitam-se praticamente às condições intrínsecas ao governo, tais como os contingenciamentos orçamentários e financeiros. Nos últimos três anos houve forte influência deste fator, levando à perda da estabilidade orçamentária e financeira da empresa, mesmo nos empreendimentos da carteira do PAC. Este fator é ampliado na medida em que não há fóruns adequados no governo de renegociação das metas físicas previamente pactuadas, tratado na metodologia como “gestão da mudança”.

Em relação às medidas planejadas pela empresa para minimizar os efeitos do desequilíbrio orçamentário e financeiro, já foram citadas no item 2.1.2 iniciativas para reduzir custos e aumentar a eficiência, que envolvem a ampliação do escopo de atuação da Rede de Laboratórios Analíticos, a implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, a reestruturação do processo de contratação de bens e serviços, a elevação do Grau de Maturidade em Gestão de Projetos e a Redução das Despesas de Funcionamento.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Os projetos finalísticos da CPRM, agrupados no Plano Anual de Trabalho, conforme descrito no item 2.1.5 acima, são monitorados mensalmente pelos Gerentes Regionais e supervisionados pelos Chefes de Departamento.

A CPRM está gradativamente implantando um processo de elevação da maturidade em gestão de projetos, caminhando para a implantação de um Escritório de Gestão de Projetos. Um projeto piloto está sendo implantado numa das Diretorias da CPRM, que conta com apoio de uma

equipe da SUPLAM – Superintendência de Planejamento e Métodos, na qual os projetos são monitorados com metodologia simplificada (Escopo, Tempo e Custo), baseada no PMBOK (Corpo de Conhecimentos de Gerenciamento de Projetos do PMI – Project Management Institute). Nestes projetos há um monitoramento físico (através de cronogramas), financeiro e acompanhamento das principais restrições dos projetos.

Além disso, no caso do PAC, bimestralmente são realizadas reuniões da Sala de Situação, coordenada pela SEPAC, onde é apresentada pela CPRM a evolução física e financeira de cada empreendimento e discutidas as eventuais restrições que obstaculizam o desenvolvimento dos mesmos. Para o ano de 2016 está previsto pela SPI/MPOG idêntico mecanismo para avaliação das metas do PPA, com frequência semestral, o que já é um bom primeiro passo.

2.3 Desempenho orçamentário

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 3 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	125F				Tipo: Projeto	
Título	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina					
Iniciativa						
Objetivo						Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia			Código: 2119	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
27.773.040	27.773.040	14.250.432	412.161	411.387	774	13.838.271
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
Área recuperada		Unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada	
			1	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.581.662	493.042		Área recuperada		Unidade	0

Identificação da Ação						
Código	20L9				Tipo: Atividade	
Título	Informações de Alerta de Cheias e Inundações					
Iniciativa	00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco					
Objetivo	Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais					Código: 0173
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres			Código: 2040	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.277.500	6.277.500	3.712.924	1.587.347	1.292.961	294.386	2.125.577

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada	Realizada
Atender municípios com sistemas de alerta de cheias e inundações		Município atendido	15	11	8
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
537.930	511.678		Atender municípios com sistemas de alerta de cheias e inundações	Município atendido	3

Identificação da Ação						
Código	20LA					Tipo: Atividade
Título	Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos					
Iniciativa	02CR Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas					
Objetivo	Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.					Código: 0602
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres				Código: 2040	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.545.000	12.545.000	8.143.913	5.798.059	5.509.028	289.031	2.345.854
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.		Município atendido	315	281	192	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.144.692	2.685.981		Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos	Município atendido	89	

Identificação da Ação						
Código	20LC					Tipo: Atividade
Título	Levantamentos Geológicos Marinhos					
Iniciativa	047J Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais					
Objetivo	Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.					Código: 0991
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida				Código: 2046	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.820.000	8.820.000	6.456.740	3.076.166	2.546.733	529.433	3.380.574
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Área levantada		km ²	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			70.000	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
510.438	437.361		Área levantada		km ²	0

Identificação da Ação						
Código	213Y				Tipo: Atividade	
Título	Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras					
Iniciativa	001C Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos minerais					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.197.694	13.197.694	11.439.741	1.601.763	1.452.099	149.664	9.837.978
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Área analisada		km ²	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			235.010	0	30.000	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			Área analisada		km ²	297.831

Identificação da Ação						
Código	2397				Tipo: Atividade	
Título	Levantamentos Hidrogeológicos					
Iniciativa	001H Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.635.000	6.635.000	5.883.525	3.049.020	2.875.768	173.252	2.834.505

Execução Física					
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar Levantamentos Hidrogeológicos	Levantamento Realizado	30	0	2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5.402.248	3.228.379		Realizar Levantamentos Hidrogeológicos	Levantamento Realizado	3

Identificação da Ação						
Código	2399					Tipo: Atividade
Título	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil					
Iniciativa	002I Estudos de minerais estratégicos por meio de levantamentos específicos em escala de detalhe					
Objetivo	Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.					Código: 0038
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral				Código: 2041	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.583.141	33.583.141	22.579.876	9.461.913	8.732.445	729.468	13.117.963
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio	Km ²	102.900	0	385.445		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.792.185	3.331.773		Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio.	Km ²	135.725	

Identificação da Ação		
Código	2B51	
Título	Gestão da Informação Geológica	
Iniciativa	0018 Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral	
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	Código: 2041
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras	

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.939.000	13.939.000	11.541.324	8.681.413	7.509.878	1.171.535	2.859.911
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Quantidade de informações fornecida pelo Portal Web		Informação fornecida (terabyte)	65	0	51	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.385.825	3.187.791		Quantidade de informações fornecida pelo Portal Web	Informação fornecida (terabyte)	19	

Identificação da Ação						
Código	2B53				Tipo: Atividade	
Título	Produção Laboratorial de Análises Mineraias – LAMIN					
Iniciativa	0016 Implantação da Rede de Laboratórios de Análises Mineraias – LAMIN					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias mineraias nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Mineraias - CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.880.000	5.880.000	4.746.165	2.536.561	2.480.118	56.443	2.209.604
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Quantidade de análises realizadas na Rede LAMIN		Análise realizada	60.000	0	89.760	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.234.139	1.036.342		Quantidade de análises realizadas na Rede LAMIN	Análise realizada	36.673	

Identificação da Ação						
Código	2D62				Tipo: Atividade	
Título	Levantamentos da Geodiversidade					
Iniciativa	001H Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias mineraias nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Mineraias - CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.060.000	1.060.000	1.021.350	594.052	550.060	43.992	427.298
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar levantamentos da geodiversidade no entorno de grandes obras do PAC e de aquíferos		Mapa divulgado (unidade)	3	0	2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
272.973	186.110		Realizar levantamentos da geodiversidade no entorno de grandes obras do PAC e de aquíferos	Mapa divulgado (unidade)	0	

Identificação da Ação						
Código	2D84				Tipo: Atividade	
Título	Levantamentos Geoquímicos					
Iniciativa	001H Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.559.200	1.559.200	1.165.747	666.856	394.440	272.416	498.891
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade		Área levantada (Km ²)	280.000	0	41.370	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
683.415	187.460		Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade	Área levantada (Km ²)	11.630	

Identificação da Ação						
Código	4572				Tipo: Atividade	
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Iniciativa						
Objetivo					Código:	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia			Código: 2119	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.500.000	1.500.000	1.182.874	929.039	762.175	166.864	253.835
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores.		Servidor capacitado	600	0	960	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
60.191	27.770		Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores.	Servidor capacitado	35	

Identificação da Ação						
Código	7112	Tipo: Projeto				
Título	Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)					
Iniciativa	047J Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais					
Objetivo	Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.		Código: 0991			
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida	Código: 2046	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.880.000	5.880.000	4.198.225	1.360.884	1.186.130	174.754	2.837.341
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Análise e avaliação dos depósitos minerais da PCJB.		Área avaliada (Km ²)	9.000	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
153.004	152.259					

Análise Situacional

125F – Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Em 2015 foram executados trabalhos em quatro áreas:

ÁREA BELLUNO

As obras e serviços de engenharia foram concluídos no início de 2015 e foi iniciada a fase de monitoramento dos parâmetros ambientais, fase esta prevista para a duração de 5 (cinco) anos. Os primeiros resultados das análises químicas dos corpos hídricos mostraram-se muito positivos em relação ao aumento do PH e redução da acidez resultado da neutralização promovida pela aplicação

de calcário e isolamento do material carbonoso com a cobertura de argila. No tocante a revegetação a área está totalmente coberta, tendo destaque o desenvolvimento excepcional dos espécimes da Mata Atlântica introduzidos nas Áreas de Preservação Permanente (APPs).

ÁREA EX-PATRIMÔNIO

As atividades de terraplenagem e reconformação topográfica avançaram em bom ritmo, mas houve uma descontinuidade em relação ao recobrimento com argila, já que a empresa contratada teve dificuldades na obtenção das licenças ambiental e de extração do material.

ÁREA RIO PIO

Tendo havido, no primeiro semestre de 2015, a revogação do primeiro Edital relativo à concorrência para execução das obras da Área Rio Pio, situada no município de Treviso (SC), novo certame foi aberto no segundo semestre, logrando-se o feito de assinar o contrato ao final do exercício. A empresa vencedora foi a Colombo Retroterra Ltda. com o preço de R\$51.500.000,00. Os trabalhos deverão ser iniciados em janeiro de 2016 e o prazo de duração é de 4 (quatro) anos para recuperar aproximadamente 118 ha.

ÁREAS SANTA LUZIA E ITANEMA I

Ainda no final de 2015 foram publicados os Editais de concorrência para a contratação das obras e serviços de engenharia das Áreas Santa Luzia (85 ha) e Itanema I (92 ha), ambas situadas no município de Urussanga (SC). A abertura das propostas dar-se-á no mês de janeiro de 2016.

Ação 20L9 – Informações de Alerta de Cheias e Inundações

Em 2015 foram implantados três novos Sistemas de Alerta de Eventos Críticos (SACE's Branco, Taquari e Parnaíba), que emitem alerta para 11 novos municípios. Com esta ampliação, estão atualmente em operação dez SACE's, abrangendo 43 municípios.

Ação 20LA – Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos

Em 2015 foram atendidos 281 novos municípios, sendo 256 com Mapas Emergenciais de Setorização de Riscos, e 25 com Cartas de Suscetibilidade a Deslizamentos e Enchentes. Os dados foram apresentados e disponibilizados para representantes da prefeitura/defesa civil local em meio impresso e digital, também para CEMADEN, CENAD; MCidades; Caixa Econômica Federal; IPEA e EPL.

Ação 20LC – Levantamentos Geológicos Marinhos

Direito à pesquisa e exploração mineral na Elevação do Rio Grande

Após a aprovação em 2014 do Plano de Trabalho de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos na Elevação do Rio Grande pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), durante o ano de 2015 foram discutidos com a ISBA os termos jurídicos e técnicos para a elaboração do contrato que regulamenta a execução do Plano de Trabalho. Ao final das negociações, em 9 de novembro de 2015, CPRM e ISBA assinaram o contrato que propiciará ao Brasil 15 anos de direito exclusivo à exploração de crostas ferromanganesíferas ricas em cobalto na Elevação do Rio Grande. Com a assinatura do contrato, o Brasil passa a ser o primeiro País do hemisfério sul a obter direitos exclusivos de exploração em área internacional dos oceanos, considerada patrimônio comum da humanidade pela ONU, e passa a integrar o seleto grupo de países que estão na vanguarda das pesquisas minerais nos oceanos, entre eles, Rússia, Noruega, França, China, Alemanha, Japão e Coreia do Sul. Ainda no ano de 2015 foi elaborado o Plano de Contingência para o projeto na Elevação do Rio Grande, exigência da Autoridade Internacional dos

Fundos Marinhos para que seja dado início às atividades previstas no Plano de Trabalho, conforme regulamentado pelo contrato. O plano de Contingência está em sua fase final de revisão com finalização prevista para o primeiro semestre de 2016.

Projeto Elevação do Rio Grande (PROERG)

Durante o ano de 2015 elaborou-se o planejamento detalhado das atividades previstas para o acordo de cooperação e um primeiro convênio com a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. As atividades previstas neste convênio definirão as bases logísticas e técnicas necessárias para o início da execução das atividades relacionadas ao Estabelecimento da linha de Base e metodologia para o Monitoramento Ambiental. Ainda em 2015, foi aprovado o projeto “A Elevação do Alto Rio Grande e as montanhas submarinas Jean Charcot - microcontinentes ou a trilha de pontos quentes Tristão-Gough?” – EDITAL nº 38/2014-IODP/CAPES-PROJETO 4, parceria da CPRM e universidades nacionais com previsão de campanha com o Navio Cruzeiro do Sul. O Convênio com a UNIVALI e a campanha com o Navio Cruzeiro do Sul estavam, originalmente, previstas para serem realizadas no segundo semestre de 2015. Entretanto, o contingenciamento orçamentário e financeiro vigente neste ano forçou o replanejamento destas atividades para 2016.

Projeto PRO-CORDILHEIRA

Durante o ano de 2015, o contingenciamento orçamentário e financeiro forçou o replanejamento das atividades previstas para 2015 (expedições marítimas à Cordilheira Mesoatlântica, com o objetivo de localizar os sítios hidrotermais ativos). Neste contexto, foi dada prioridade às atividades do Projeto PROERG e elaborou-se um novo planejamento para a continuidade dos trabalhos de campo na região do Projeto PROCORDILHEIRA. Além disso, estão em andamento negociações com Universidades nacionais e internacionais, e com Marinha do Brasil para realização das campanhas nos próximos 24 meses (2016-2017).

Ação 213Y – Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras

Levantamentos Geológicos

Em 2015 a execução física deste PO com recursos de Restos a Pagar (oriundos da Ação 2398 – Levantamentos Geológicos) alcançou 28.676 km² na escala 1:100.000 e 48.430 km² na escala 1:250.000, totalizando 77.106 km² de área mapeada. Já a execução com recursos da LOA 2015 alcançou 30.000 km² somente na escala 1:100.000. O contingenciamento orçamentário e financeiro vivenciado em 2015 inviabilizou a realização de várias etapas de campo, e comprometeu a produção no período.

Levantamentos Aerogeofísicos

A produção em 2015 foi de 220.725 km², toda concentrada na região norte do país, e totalmente obtida com recursos de Restos a Pagar, oriundos da Ação 4872 – Levantamentos Aerogeofísicos. Foram concluídos em 2015 os projetos Branco-Machadinho, Rio Iriri, Rio Curuá, Oeste de Carajás e Rio Madeira – Ituxi. Estão em andamento os projetos Rio Bacajá, com previsão de conclusão dos voos para março/2016, e Cachoeiras do Curuá, previsto para ser concluído em junho/2016. Com recursos da LOA 2015 somente foram empenhados e liquidados recursos para renovação de licenças de softwares de geofísica, não resultando em produção física específica.

Levantamentos Geoquímicos Prospectivos

Este PO trata da realização do levantamentos geoquímicos nos projetos de mapeamento geológico sistemático, principalmente das atividade de coleta e amostra de sedimentos de corrente e concentrados de bateia e das análises geoquímicas e litoquímicas. Considerando o contingenciamento orçamentário e financeiro vivenciado em 2015, foram priorizadas as atividades de campo e postergadas estas atividades para 2016. Com recursos da LOA 2015 somente foram

empenhados e liquidados recursos para renovação de licenças de softwares de geoquímica, não resultando em produção física específica.

Ação 2397 – Levantamentos Hidrogeológicos

No que diz respeito à coleta, análise, armazenamento e difusão de dados de poços, através do SIAGAS, em 2015 foram cadastrados 15.190 novos poços, o que ampliou a base de dados do sistema para 272.543 poços cadastrados. Para agilizar o processo de cadastramento de novos poços no SIAGAS foi intensificada a formalização de Acordos de Cooperação Técnica com os órgãos gestores de recursos hídricos e implantado programa de transferência automática de dados destes órgãos para a CPRM, sendo concluída em 2015 a migração de dados do Estado de São Paulo. Quanto a RIMAS, que tem papel fundamental para o conhecimento amplo a respeito dos aquíferos, seu comportamento e capacidade de sustentação frente aos múltiplos usos, em 2015 foram acrescidos 44 novos poços, totalizando atualmente 369 poços na rede de monitoramento. Cabe ressaltar que existem nove poços já perfurados a serem ainda equipados e adicionados à RIMAS, sendo 8 no aquífero Urucuia (BA) e 1 no aquífero Içá em Cruzeiro do Sul (AC). Em relação à implantação e operação de redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas, em 2015 entrou em operação a rede de monitoramento hidrológico na bacia de Urucuia, que, somada às demais quatro bacias já em operação (região serrana do Rio de Janeiro, Ribeirão Teixeira, Juatuba e Catu), totaliza cinco bacias monitoradas. Foi ainda realizada a operação de 56 estações pluviométricas, fluviométricas e climatológicas do Projeto Águas Norte de Minas. Relativamente ao quarto eixo, que trata da produção de estudos e mapeamentos hidrogeológicos, em 2015 foram concluídos cinco novos estudos e mapeamentos: os mapas hidrogeológicos do Paraná, da Bacia do Rio da Prata e do Estado de Santa Catarina e dois levantamentos hidrogeológicos feitos no âmbito da Rede Estratégica de Poços no Semiárido Brasileiro.

Ação 2399 – Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil

Reavaliação do Patrimônio Mineral da CPRM

Em 2015 foram concluídos os projetos iniciados em 2014 (Cobre de Bom Jardim – GO, Fosfato de Miriri – PE/PB, Caulim do Rio Capim – PA e Carvão de Torres – Gravataí – RS) e iniciados os cinco novos projetos: Carvão – Grande Candiota (RS), que foi priorizado e está em fase avançada, Níquel – Morro do Engenho (SP), Níquel – Santa Fé (GO), Ouro – Natividade (TO) e Zinco – Palmeirópolis (GO). A meta até junho/2017 é concluir 100% das Fases I e II do Empreendimento, que englobam as nove áreas acima citadas. Em 2014 já havia sido executado o equivalente a 34,4%. Em 2015 foram executados mais 29,2%, atingindo o percentual de 63,6% das fases I e II. Considerando que a área total dos nove projetos é de 2.757 km², o avanço físico de 29,2% realizado em 2015 é equivalente a 805 km².

Definição de Blocos para Licitação nas ARIM's

Estão em andamento 20 projetos, que totalizam uma área de 999 mil km². Em 2015 foram concluídas as atividades da etapa de preparação dos projetos, que envolvem organização dos dados existentes, preparação de mapas básicos, pesquisa e revisão bibliográfica, integração de dados existentes, compilação em ambiente GIS e planejamento das ações técnicas, tais como levantamentos geoquímicos, geofísicos, etc. Foram também concluídas 48 etapas de campo. Após cada etapa de campo, são confeccionadas as lâminas para descrição petrográfica e preparadas as amostras para envio aos laboratórios para realização de análises químicas, mineralométricas, geocronológicas, etc. As atividades citadas acima representaram 38,4% da fase I do total dos 20 projetos. Considerando que ocorrerão duas fases, este avanço físico é equivalente a 191.808 km².

Projetos Temáticos Estratégicos

Quanto ao projeto Potássio Brasil, foi iniciada a Fase I, na qual estão sendo trabalhadas as Bacias Tacutu (RR), Parnaíba (PI-MA-PA-TO-CE-BA) e Recôncavo, Camamu e Tucano Sul (BA), atualmente com ênfase nas atividades de preparação dos projetos, que envolvem organização dos dados existentes, preparação de mapas básicos, pesquisa e revisão bibliográfica, integração de dados existentes, compilação em ambiente GIS e planejamento das ações técnicas, tais como levantamentos geoquímicos, geofísicos, etc. Paralelamente estão sendo efetuadas tratativas com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para acesso aos dados das sondagens e dos levantamentos sísmicos realizados nas bacias sedimentares em referência, para serem reprocessados e reinterpretados. O projeto Fosfato Brasil III já teve seus trabalhos iniciados em seis áreas – Bacia Amazônica (PA), Pedra de Fogo (Bacia Parnaíba), Araripe, Sergipe/Alagoas, Bambuí – Etapa III e Brusque. Quanto aos projetos de Materiais de Construção Civil são projetos de 2015: Avaliação de Áreas de Brita no NE do Pará, Avaliação do Potencial Mineral da Formação Corumbataí no Estado de Goiás, Rochas Ornamentais do Ceará, Tipologia e Aplicações Industriais dos Calcários da Bahia. A meta até out/2019 é concluir 100% do Empreendimento. Em 2014 já havia sido executado o equivalente a 2%. Em 2015 foram executados mais 13,4%, atingindo o percentual de 15,4% do empreendimento. Considerando que a área total dos 27 projetos das três frentes de trabalho é de 2.451.922 km², o avanço físico de 13,4% realizado em 2015 é equivalente a 328.557 km².

Ação 2B51 – Gestão da Informação Geológica

Em 2015 foram fornecidos 70 terabytes de informações através da rede CPRM. Foram realizadas ainda as seguintes atividades: Migração do Geobank para o SERPRO, iniciando a etapa de integração com demais bancos de dados técnicos da CPRM; Continuação da consistência de bases de dados; Prosseguimento da interação dos ambientes PHL/ISIS e DOCPRO/CITRIX, visando acesso imediato às coleções; Efetuados 10.247 atendimentos ao público através do Serviço de Atendimento aos Usuários (SEUS); Implantação de nova rede corporativa de comunicação de dados; Reestruturação do portal corporativo, com a elaboração de novo site, com integração de informações; Reorganização do acervo de dados, com a disponibilização de um repositório institucional, alinhado à metas de gestão do conhecimento; Continuação do desenvolvimento da fase IV do Geobank, permitindo acesso totalmente gráfico às consultas das bases de dados de geologia; Organização do acervo da Biblioteca do Museu de Ciências da Terra e implantação da catalogação em sistema de consulta; Reorganização do datacenter local no ERJ, visando a expansão do servidor de arquivos, aumentando a capacidade de armazenamento de dados em 400%; Em relação à implantação da Rede de Litotecas, em 2015 foram concluídas as obras civis e instalações das Litotecas de Teresina (PI) e Mossoró (RN), atingindo a marca de oito Litotecas construídas.

Ação 2B53 – Produção Laboratorial de Análises Mineraiis – LAMIN

Em 2015 foram realizadas pela Rede LAMIN, entre outras atividades, 126.433 determinações químicas, superando largamente a meta definida para o ano. Contribuiu para esse resultado a descentralização dos estudos in loco, que passou a ser feito também pela unidade de Porto Alegre, a ampliação de escopo analítico (a exemplo das primeiras análises de compostos orgânicos voláteis e semi voláteis em São Paulo), além da entrada em operação de alguns equipamentos para análises de materiais geológicos como a Difração e a Fluorescência de Raios-X em Manaus. Quanto aos laboratórios analíticos, em 2015 foram concluídas as obras do Lamin Rio de Janeiro e do Lamin Caeté (MG). Neste último, a falta de recursos orçamentários impossibilitou a aquisição da infraestrutura complementar à obra civil (bancadas, capelas, linha de gases, coifas, armários, etc.) bem como dos equipamentos necessários.

Ação 2D62 – Levantamentos da Geodiversidade

Em 2015 foram produzidos os mapas de geodiversidade dos Estados de Santa Catarina e Tocantins.

Ação 2D84 – Levantamentos Geoquímicos

Em 2015 foram coletadas amostras e executadas análises de águas de abastecimento e de drenagem, solos e sedimentos de corrente numa área equivalente a 53.000 km². Este desempenho abaixo da média deve-se ao contingenciamento orçamentário e financeiro em 2015, que levou a empresa a priorizar outras atividades.

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

No decorrer do ano de 2015 nossos empregados participaram de mais de 400 eventos de capacitação, entre palestras, congressos, simpósios, workshops, treinamentos abertos externos e internos nas modalidades, presencial e a distância. Esses eventos contaram com 3.507 participantes e contemplaram 995 empregados em 31.911 horas de capacitação. Em 2015 o foco da CPRM/SGB foi no desenvolvimento de competências comportamentais de seus empregados. Assim, 44% das ações realizadas foram de cunho comportamental, seguidas de 44% técnicas e 12% instrumentais.

Como estratégia, a CPRM/SGB fortaleceu e ampliou seu programa de preparação para futuras e atuais lideranças, o Programa +Líder, iniciado em novembro de 2014 e implementou o Programa Trilha do Conhecimento, que colocou a disposição dos empregados e demais colaboradores, 7 cursos em plataforma online. A consistente participação dos empregados nos dois programas contribuiu para o incremento do número de ações a distância. No ano anterior essa modalidade representou 19% das ações, já em 2015 mais de 35% dos eventos de capacitação foram realizados no formato e-learning.

Ação 7112 – Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)

Em função de restrições orçamentárias foi paralisado o processo licitatório para contratação de “Levantamento a Laser na Plataforma Continental Rasa e Zona Costeira Adjacente de Pernambuco”. Foram concluídos e publicados os mapas de batimetria, flutuação do nível do mar, declividade e modelo digital de terreno do Arquipélago de Fernando de Noronha, resultantes do emprego da Tecnologia ALB (Airborne LiDAR Bathymetry), bem como o relatório integrado referente a atividade de aquisição e processamento dos dados do aerolevantamento a laser ali efetuado. Foram também finalizados os seguintes produtos: Relatórios, Cartas Batimétrica, Textural e Geomorfológica, e Modelo Digital de Terreno da Plataforma Continental Rasa do Estado de Alagoas dos Setores: Maceio Leste, Maceio, Piaçabuçu e Setor Porto Calvo; Cartas Textural e faciológica-textural da Plataforma Continental Ceará Oeste – Setor Bitubitá; Cartas de Caracterização dos Agregados Marinhos e faciológica-textural da Plataforma Continental Rasa do Estado de Pernambuco; Cartas batimétrica, textural e teor de carbonato de cálcio da Plataforma Continental Oriental Rasa do Estado do Rio Grande do Norte; Além destas atividades, durante o ano de 2015 foram realizadas tratativas de convênios com universidades e centros de pesquisas para dar continuidade às atividades de campo e propiciar avanços na avaliação e caracterização tecnológica dos recursos minerais identificados nas regiões de estudo. Entre elas podemos destacar: Convênio com a Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Previsão de utilização do Navio Atlântico Sul em três campanha de 30 dias de mar na Plataforma Continental Jurídica do Brasil (PCJB) nos próximos 24 meses (2016-2017); Convênio com o Centro de Tecnologia Mineral – CETEM. Tem por finalidade fazer a caracterização tecnológica e verificar a potencialidade dos calcários para aplicações comerciais em papel, polímeros, corretivo de solos dentre outros;

Convênio com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Universidade Federal de Pernambuco.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2015, consideramos alguns fatores preponderantes e que foram intervenientes ao desempenho orçamentário da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM por meio das ações de sua responsabilidade.

Inicialmente, como é de conhecimento público, em relação ao exercício de 2015, os contingenciamentos aplicados pelo Governo Federal, relativo ao orçamento do PAC (37%), de Custeio (21%) e de Investimento (17%), atingiram significativamente a instituição. Foi necessário engajar esforços para manter seu funcionamento diante das demandas existentes e focar nas prioridades nas despesas de funcionamento, não sendo possível a realização de parte das ações/atividades planejadas para 2015, especialmente aquelas previstas em projetos específicos.

Cabe também ressaltar que após o momento de aprovação da LOA – Lei Orçamentária Anual, bem como os Decretos de Programação Orçamentária e Financeira publicados nos meses de maio e agosto, ou seja, o primeiro decreto já próximo ao final do primeiro semestre do exercício e o segundo já no segundo semestre, faltando apenas quatro meses para o encerramento do exercício, disponibilizando os limites de empenho até este momento de forma gradativa, levou a empresa a priorizar quase exclusivamente as despesas de funcionamento e as despesas ligadas aos projetos das ações orçamentárias de Informações de Alertas de Cheias e Inundações e Mapeamento em Municípios críticos com relação a Riscos Geológicos.

Além desses, outro fator importante foi a não regularidade e atrasos na liberação de recursos financeiros, fato que gerou grande desgaste nas relações com os fornecedores em geral.

2.3.3 Demonstrativo da execução das despesas

Quadro 4 – Demonstrativo da execução das despesas

Grupo Despesa	Mês Lançamento	DEZ/2015		
	Despesas Empenhadas - R\$	Despesas Liquidadas - R\$	Despesas Inscritas em RP Não Processados - R\$	Despesas Pagas - R\$
1 Pessoal e Encargos Sociais	353.940.874	347.174.768	6.766.106	328.682.542
2 Juros e Encargos da Dívida	9.687	9.687	0	9.687
3 Outras Despesas Correntes	143.071.110	94.222.754	48.848.356	87.400.995
4 Investimentos	11.827.254	2.210.327	9.616.927	1.736.368
Totais	508.848.925	443.617.536	65.231.389	417.829.592

Com relação à execução orçamentária da CPRM ocorrida no exercício de 2015, para o desenvolvimento das suas atividades, observamos que a empresa contou com o repasse de recursos orçamentários aprovados no Congresso Nacional, acrescidos de créditos suplementares, para os programas de governo de sua responsabilidade, no limite autorizado de R\$514.248.515, sendo empenhado o valor total de R\$508.848.925 (98,95%), apresentando alto nível de execução orçamentária alcançado pela CPRM no exercício de 2015.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 5 – Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano Inscrição	Inscrito	Cancelado	Pago	A Pagar em 31/12/2015
2012	3.647.894,35	3.810,82	3.728.564,24	59.380,58
2013	3.886.313,05	95.736,05	3.788.278,35	158.635,85
2014	40.712.721,36	137.150,82	40.049.447,44	526.123,09

Restos a Pagar Não Processados				
Ano Inscrição	Inscrito	Cancelado	Pago	A Pagar em 31/12/2015
2012	0,00	9.610.888,92	591.516,21	1.660.740,32
2013	0,00	1.837.176,02	12.513.981,59	6.533.085,80
2014	27.972.233,92	447.769,09	21.461.596,43	6.062.868,40

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 6 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
UG/GESTÃO:	495350					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	01	–	–	500.000,00	0,00	0,00
Contrato de repasse	–	–	–	0,00	0,00	0,00
Totais	01	–	–	500.000,00	0,00	0,00

2.3.6 Informações sobre a realização das receitas

De acordo com a Nota Explicativa 18, a partir de 1991 a empresa está incluída no Orçamento da União, recebendo recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de Sociedade por Ações.

Em 2015, a empresa recebeu recursos do Tesouro Nacional e de Convênios com Destaque Orçamentário de R\$579.103 mil, sendo R\$444.257 mil para operações e investimentos do ano corrente e de R\$134.846 mil para pagamento de despesas de restos a pagar, conforme registros no SIAFI nas Contas 451120200 e 451220100.

Além disso, a CPRM presta serviços a terceiros gerando receita própria que em 2015 resultou um valor líquido de R\$2.324 mil, conforme registros no SIAFI na Conta 433110100.

2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 7 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					Código UO: 32202		UGO: 495001	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		2015	2014	2015	2014
	2015	2014	2015	2014				
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	59.896.551	92.772.346	59.896.551	58.942.371				
a) Convite	176.941	187.215	176.941	146.592				
b) Tomada de Preços	20.420	31.441	20.420	27.144				
c) Concorrência	212.868	15.437.850	212.868	2.985.950				
d) Pregão	59.482.661	77.115.576	59.482.661	54.762.960				
e) Concurso	1.407	264	1.407	264				
f) Consulta	0	0	0	0				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	2.254	0	2.254	1.019.461				
2. Contratações Diretas (h+i)	11.758.260	31.487.630	11.758.260	19.892.004				
h) Dispensa	4.153.047	10.268.427	4.153.047	7.045.945				
i) Inexigibilidade	7.605.213	21.219.203	7.605.213	12.846.059				
3. Regime de Execução Especial	54.213	45.970	54.213	45.970				
j) Suprimento de Fundos	54.213	45.970	54.213	45.970				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	328.829.592	279.550.822	328.829.592	263.159.826				
k) Pagamento em Folha	328.682.542	279.334.161	328.682.542	262.943.165				
l) Diárias	147.050	216.661	147.050	216.661				
5. Outros	17.290.975	50.830.075	17.290.975	47.969.895				
6. Total (1+2+3+4+5)	417.829.591	454.686.843	417.829.591	390.010.066				

Quadro 8 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM			Código UO: 32202		UGO:			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	353.940.874	311.736.500	347.174.768	311.736.500	6.766.106	148.736	329.222.542	294.655.619
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	237.311.377	210.362.291	232.938.439	210.362.291	4.372.938	100	222.938.879	202.040.895
Obrigações Patronais	17.523.451	68.360.777	16.550.225	68.360.777	973.227	0	14.567.755	60.439.706
Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	37.009.488	31.276.523	37.009.488	31.276.523	0	0	36.233.308	30.586.745
Demais elementos do grupo	62.096.558	1.736.909	60.676.616	1.736.909	1.419.941	148.636	55.482.600	1.588.273
2. Juros e Encargos da Dívida	9.687	9.982	9.687	9.982	0	3.285	9.687	6.697
Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	9.228	9.982	9.228	9.982	0	2.599	9.228	6.697
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	459	0	459	0	0	686	459	0
3. Outras Despesas Correntes	143.071.110	138.513.083	94.257.821	138.513.083	48.813.289	23.797.247	87.400.995	92.705.009
Outros Serviços de Terceiros - PJ	98.816.315	97.759.998	58.162.958	97.759.998	40.653.355	19.049.743	53.048.170	62.386.033
Locação de mão-de-obra	20.519.516	18.742.827	17.204.816	18.742.827	3.314.700	2.126.282	16.401.169	13.348.879
Passagens e Despesas com Locomoção	3.247.802	5.010.046	1.983.990	5.010.046	1.263.812	1.114.700	1.789.174	2.963.239
Demais elementos do grupo	20.487.477	17.000.212	16.906.057	17.000.212	3.581.422	1.506.522	16.162.482	14.006.858
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	11.827.254	8.434.787	2.210.327	8.434.787	9.616.927	4.022.966	1.736.368	2.642.071
Equipamentos e Material Permanente	8.377.146	4.239.144	909.932	4.239.144	7.467.213	2.037.483	835.648	1.344.682
Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.138.642	2.246.116	661.406	2.246.116	1.477.237	1.309.071	263.228	662.661
Obras e Instalações	798.222	1.659.527	125.745	1.659.527	672.477	676.412	124.248	344.728
Demais elementos do grupo	513.244	290.000	513.244	290.000	0	0	513.244	290.000
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	3.670	0	3.670	0	0	0	3.670
Principal Corrigido da Dívida Contratual Resg	0	3.670	0	3.670	0	0	0	3.670

2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.

Quadro 9 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	495130	CPRM	-	-	09	54.716,20	2.554,20
2014	495130	CPRM	-	-	08	45.970,25	2.383,83

Fonte: Tesouro Gerencial – 2015. Acesso em 18/05/2016. SIAFI Gerencial – 2014. Acesso em 19/05/2016.

Quadro 10 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	495130	CPRM	-	-	09	-	52.213,47	52.213,47
2014	495130	CPRM	-	-	08	-	45.970,08	45.970,08

Fonte: SIAFI WEB. Acesso em 18/05/2016. SIAFI Gerencial – 2014. Acesso em 19/05/2016.

Quadro 11 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
495130	CPRM	339030	7	18.576,36
			96	700,00
			16	2.651,99
			22	911,12
			26	114,60
			24	247,89
		339033	5	1.392,77
			96	300,00
		339039	41	20.708,51
			80	6.868,23
			96	1.500,00
			83	137,00
		63	105,00	

Fonte: Tesouro Gerencial – 2015. Acesso em 18/05/2016.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

2.4.1 Indicadores específicos

Os principais indicadores de *produção física* utilizados referem-se às metas definidas no PPA, que se aplicam também aos demais planos, tais como o PAC.

Figura 3 – Indicadores de produção física

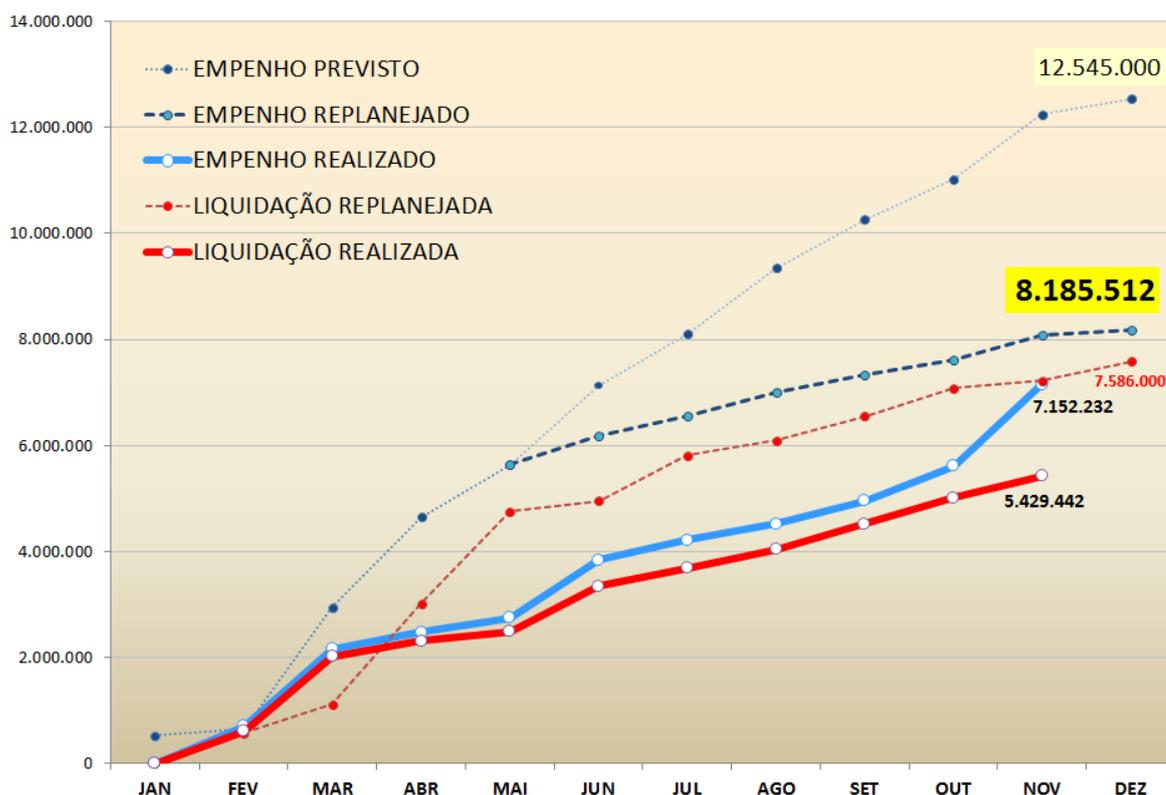
OBJ	AÇÃO	META	Unidade de Medida
0032	2397	Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS	Poço cadastrado
0032	2397	Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros	Poço monitorado
0032	2397	Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas	Bacia com monitoramento implantado
0032	2397	Produzir estudos e mapeamentos hidrogeológicos	Estudo ou mapeamento realizado
0032	2398	Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000	km ²
0032	2398	Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000	km ²
0032	2398	Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000	km ²
0032	4872	Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas	km ²
0032	2B51	Concluir a implantação da Rede de Litotecas	Litoteca implantada
0032	2B51	Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG	Unidade de rede implantada
0032	2B53	Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Mineraiis - LAMIN	Laboratório implantado
0032	2D62	Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos	Mapa produzido
0032	2D84	Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade	km ²
0032		Implantar a Rede de Sismologia	Unidade de rede implantada
0038	2399	Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio	km ²
0602	20LA	Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos	Município atendido
0602	20LA	Executar mapeamentos de suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios críticos.	Município atendido
0991	7112	Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira	km ²
0991	13E5	Obter direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais	km ²
0991	20LC	Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande	km ²
0991	20LC	Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA	km ²
0991	20LC	Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA	km ²

Já quanto ao *desempenho orçamentário e financeiro*, os indicadores utilizados são:

- O *percentual de empenhos realizados em relação ao limite de empenho anual*, que é apurado mensalmente para avaliação de sua evolução, e;
- O *percentual de empenhos liquidados em relação aos empenhos efetuados*, este mais importante porque reflete a execução, também apurado mensalmente para avaliação de sua evolução.

Os valores absolutos são também acompanhados em gráficos, com apuração mensal. Abaixo um exemplo da evolução da ação “Mapeamento Geológico-Geotécnico de Municípios – Riscos Geológicos”.

Figura 4 – Indicadores de desempenho orçamentário e financeiro



2.4.2 Informações e indicadores sobre o desempenho operacional

Em relação ao desempenho operacional, cada processo utiliza indicadores próprios. Apresentamos abaixo um exemplo dos indicadores utilizados pela Diretoria de Geologia e Recursos Minerais para monitorar os trabalhos de campo executados pelos seus geólogos.

Figura 5 – Indicadores de desempenho operacional

ETAPA	INDICADORES	UNIDADE
Mapeamento Geológico (Campo)	Caminhamento geológico (perfil)	km ²
	Afloramentos descritos	quant/aflor
	Ocorrências minerais descritas	quant/ocor
	Seções Estratigráficas descritas	km
	Amostras de rocha coletadas	quant/amostra
	Dias de campo	quant/dia
Amostragem Geoquímica (Campo)	Levantamento geoq-amostragem	Km ²
	Coletas sedimento de corrente - SC	quant/amostra
	Coletas concentrados de bateia - CB	quant/amostra
	Coletas amostra de solo	quant/amostra
	Coletas amostra de Canal	quant/amostra
	Dias de campo	quant/dia
Levantamentos Geofísicos Terrestres (Campo)	Levantamento magnético	km
	Levantamento gamaespectrométrico	km
	Levantamento gravimétrico	km
	Levantamento elétrico	km
	Levantamento com GPR	km
	Levantamento com MAXMIN (EM)	km
	Levantamento Sísmico	km
	Dias de campo	quant/dia
Análises Laboratórias	Análises químicas de Sed. Corrente	quant/amostra
	Análises químicas de solo	quant/amostra
	Análise mineralométrica	quant/amostra
	Análise química de rocha	quant/amostra
	Análises por Fluorescência R-X	quant/amostra
	Análise por Microsonda eletrônica	quant/amostra
	Análise por MEV	quant/amostra
	Análises por Difração raio-X (argila)	quant/amostra
	Preparação de Amostras (análises)	quant/amostra
	Amostras para confecção de lâmina delgada	quant/amostra
	Amostras para Litogeoquímica	quant/amostra
	Geocronologia U-Pb (x), Pb-Pb (x)	quant/amostra
	Análise Isotópica Sm-Nd (x), Ar-Ar (x), Sr-Sr(x)	quant/amostra
	Análise de isótopos estáveis: C Sr O (10) S (20)	quant/amostra
	Análise calcográficas	quant/amostra
Análise petrográfica	quant/amostra	

2.5 Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais ("CPRM"), na qualidade de patrocinadora do Plano de Benefícios CPRM PREV ("Plano"), administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil ("BB Previdência"), atua de maneira efetiva e constante na supervisão sistemática do cumprimento das obrigações estabelecidas às partes pelo Regulamento do Plano e das atividades desempenhadas pela citada Entidade Fechada de Previdência Complementar ("EFPC").

O regular cumprimento da obrigação de contínua supervisão e fiscalização, estabelecida pelas Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, e reforçada pelo inciso I, da Cláusula Primeira, do Convênio de Adesão firmado entre a CPRM e a BB Previdência, é atualmente assegurado por meio do permanente fluxo de informações estabelecido entre as partes. Em periodicidade mensal, a BB Previdência disponibiliza, na área de acesso restrito da patrocinadora no portal da Entidade, relatórios gerenciais da administração dos ativos e passivos do Plano. Os relatórios, tão logo disponibilizados, são objeto de pautas específicas dos Conselhos da CPRM, oportunidades nas quais são analisados, debatidos e, se necessário, são formulados os questionamentos ou solicitações que se tenham por pertinentes.

A CPRM, ademais, possui 02 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes, nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da BB Previdência, em observância às normas legais que tratam da composição destes órgãos estatutários. Ambos exercem funções estatutárias e acompanham e fiscalizam o seu desempenho. Também tem representante no Comitê Financeiro, encarregado da fiscalizar o cumprimento da política de investimentos aprovada pelo Conselho Diretor. Esses representantes prestam à Administração da Empresa os esclarecimentos cabíveis, quando solicitados, para que esta, se necessário, adote quaisquer providências junto à administradora do plano, a qual interage diretamente junto à Secretaria de Previdência Complementar. Por meio da representação no órgão máximo e no de fiscalização interna da Entidade, é possibilitada à CPRM uma atuação ativa e efetiva sobre as atividades da BB Previdência não apenas na administração do Plano, o que seria de rigor, mas também sobre toda a gestão previdenciária e financeira desenvolvida pela Entidade.

Desta feita, seja por meio do controle repressivo efetuado pela revisão mensal das atividades da Entidade, seja por meio da representação da CPRM nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da BB Previdência, a CPRM considera efetiva a supervisão e fiscalização sistemáticas exercidas sobre as atividades da EFPC responsável pela administração do Plano de Benefícios por ela patrocinado.

2.6 Resultados da execução física e financeira das ações planejadas para o exercício

Em 2015, em relação às ações finalísticas, a CPRM emitiu um total de empenhos correspondente a **96%** do limite autorizado e efetuou a liquidação de **40,8%** destes empenhos.

Este relativo baixo percentual de recursos liquidados deveu-se fundamentalmente às medidas instituídas pelo Decreto 8.456, de 22 de maio de 2015, principalmente à determinação que ***o limite financeiro para 2015 deveria atender tanto a execução física da LOA 2015 quanto a dos Restos a Pagar.***

O limite de empenho definido para 2015 foi de **R\$99,1 milhões**. Entretanto, a CPRM contava ainda com um volume de Restos a Pagar de **R\$95,6 milhões**, sendo R\$27,9 milhões a serem pagos (RPP) e R\$67,6 milhões a serem ainda executados (RPNP), a maior parte referente a contratos anteriormente firmados.

Como o limite financeiro era inferior ao limite de empenho (o valor exato não foi definido pelo órgão setorial), os recursos financeiros destinados à LOA 2015 tiveram que ser fortemente reduzidos, refletindo na execução (liquidação), que também teve que ser reduzida, para que a empresa não assumisse compromissos financeiros que não poderiam ser quitados no tempo adequado.

A tabela a seguir apresenta o resultado da execução física em 2015 e nos três anos anteriores, compondo todo o ciclo do PPA 2012-2015.

Figura 6 – Resultado da execução física

OBJ	AÇÃO	META	Unidade de Medida	Meta 2012-2015	2012	2013	2014	2015	TOTAL	
									Realizado	% EXEC
0032	2397	Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS	Poço cadastrado	112.000	13.896	11.935	19.479	15.190	60.500	54,0%
0032	2397	Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros	Poço monitorado	1.000	251	57	17	44	369	36,9%
0032	2397	Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas	Bacia com monitoramento implantado	9	4	0	0	1	5	55,6%
0032	2397	Produzir estudos e mapeamentos hidrogeológicos	Estudo ou mapeamento realizado	27	20	0	2	5	27	100,0%
0032	2398	Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000	km ²	594.000	47.684	135.000	183.745	58.676	425.105	71,6%
0032	2398	Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000	km ²	378.000	77.591	162.000	88.660	48.430	376.681	99,7%
0032	2398	Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000	km ²	55.500	3.090	1.500	2.250	0	6.840	12,3%
0032	4872	Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas	km ²	1.062.000	60.155	321.644	374.453	220.725	976.977	92,0%
0032	2B51	Concluir a implantação da Rede de Litotecas	Litoteca implantada	10	6	0	0	2	8	80,0%
0032	2B51	Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG	Unidade de rede implantada	13	13	0	0	0	13	100,0%
0032	2B53	Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Mineraias - LAMIN	Laboratório implantado	7	4	0	0	0	4	57,1%
0032	2D62	Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos	Mapa produzido	21	4	6	7	2	19	90,5%
0032	2D84	Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade	km ²	3.809.000	451.317	119.315	189.947	53.000	813.579	21,4%
0032		Implantar a Rede de Sismologia	Unidade de rede implantada	5	0	0	0	0	0	0,0%
0038	2399	Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem,	km ²	250.000	132.000	100.372	117.654	174.000	524.026	209,6%
0602	20LA	Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos	Município atendido	821	286	264	310	253	1.113	135,6%
0602	20LA	Executar mapeamentos de suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios críticos.	Município atendido	286	0	92	172	27	291	101,7%
0991	7112	Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira	km ²	280.000	35.000	0	0	0	35.000	12,5%
0991	13E5	Obter direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais	km ²	10.000	0	0	3.000	0	3.000	30,0%
0991	20LC	Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande	km ²	90.000	132.000	0	0	0	132.000	146,7%
0991	20LC	Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do	km ²	520.000	222.000	0	0	0	222.000	42,7%
0991	20LC	Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA	km ²	110.000	90.000	0	0	0	90.000	81,8%

A tabela a seguir, apresenta o desempenho orçamentário-financeiro das ações finalísticas da CPRM com recursos da LOA 2015.

Figura 7 – Desempenho orçamentário-financeiro

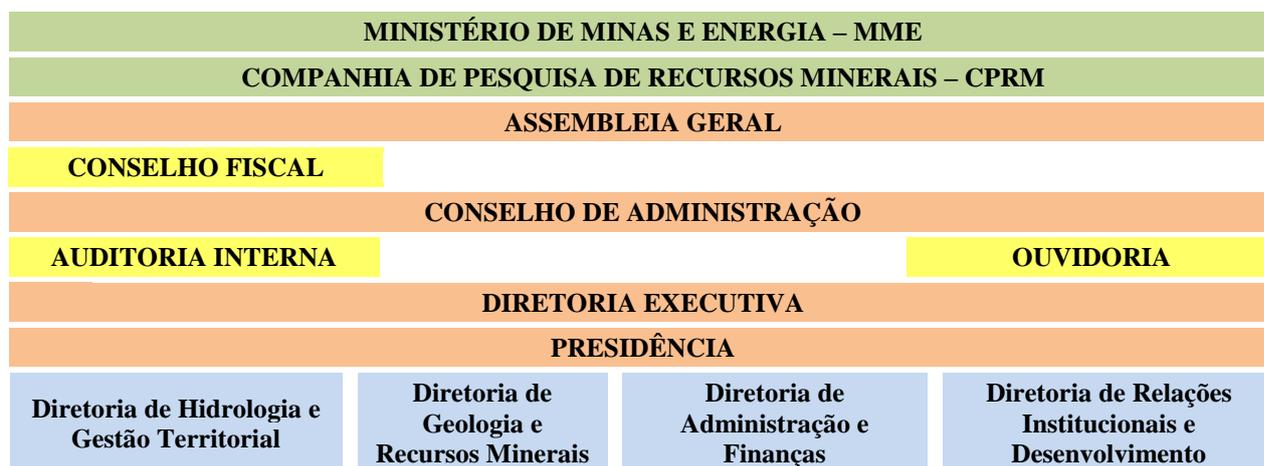
COD	AÇÃO	LOA 2015	Limite de Empenho		Empenhos Emitidos		Empenhos Liquidados	
		(A) Valor (R\$)	(B) Valor (R\$)	% (B/A)	(C) Valor (R\$)	% (C/B)	(D) Valor (R\$)	% (D/C)
2B51	Gestão da Informação Geológica	13.939.000	11.582.486	83,1%	11.543.281	99,7%	8.681.413	75,2%
20LA	Mapeamento Geológico-geotécnico - Risco	12.545.000	8.181.949	65,2%	8.167.167	99,8%	5.800.337	71,0%
2D62	Levantamento da Geodiversidade	1.060.000	1.032.112	97,4%	1.025.595	99,4%	594.053	57,9%
2D84	Levantamentos Geoquímicos	1.559.200	1.171.889	75,2%	1.171.361	100,0%	666.856	56,9%
2B53	Produção Laboratorial de Análises Minerais	5.880.000	4.853.856	82,5%	4.746.165	97,8%	2.536.562	53,4%
2397	Levantamentos Hidrogeológicos	6.635.000	6.450.242	97,2%	5.887.806	91,3%	3.051.244	51,8%
20LC	Levantamentos Geológicos Marinhos	8.820.000	6.989.414	79,2%	6.456.740	92,4%	3.076.166	47,6%
20L9	Informações de Alerta de Cheias e Inundações	6.277.500	4.123.576	65,7%	3.712.943	90,0%	1.587.347	42,8%
2399	Avaliação dos Recursos Minerais	38.583.141	23.994.111	62,2%	22.581.405	94,1%	9.462.716	41,9%
7112	Avaliação dos Recursos Não-Vivos da ZEE	5.880.000	4.217.850	71,7%	4.198.330	99,5%	1.341.852	32,0%
213Y	Levantamento Geológicos	13.197.694	12.284.989	93,1%	11.440.065	93,1%	1.602.088	14,0%
125F	Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera SC	27.773.040	14.252.720	51,3%	14.250.433	100,0%	412.162	2,9%
Total Ações Finalísticas		142.149.575	99.135.194	69,7%	95.181.292	96,0%	38.812.796	40,8%

3 GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil – CPRM/SGB está vinculado ao Ministério de Minas e Energia – MME, através da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM.

A atual estrutura de governança da CPRM/SGB foi formalmente constituída de acordo com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, a saber:



O Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, autorizou a constituição da CPRM, que teve seu primeiro estatuto aprovado pelo Decreto nº 66.058, de 13 de janeiro de 1970, iniciando suas atividades em 30 de janeiro de 1970. Em 28 de dezembro de 1994, pela Lei nº 8.970, a CPRM passa a ser uma empresa pública, com funções de Serviço Geológico do Brasil. O Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM foi aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, como empresa pública constituída pela União e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Em atenção ao Estatuto, a CPRM é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Para isto, os respectivos Órgãos de Governança foram formalmente constituídos, os quais atuam regularmente na empresa desempenhando as seguintes funções e responsabilidades:

1. Da Assembléia Geral

A Assembléia Geral Ordinária é realizada anualmente em data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, na forma da lei. A presidência da Assembleia Geral é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, que poderá, entretanto, delegá-la ao Diretor-Presidente. Cabe à Assembleia Geral Ordinária eleger quatro membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal.

2. Do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, com as atribuições e deveres previstos em lei, é composto por três membros, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. As reuniões do Conselho Fiscal são realizadas mensalmente, com a função básica de fiscalizar os atos praticados pela Diretoria Executiva, bem como emitir opinião sobre as contas dos gestores, e suas decisões remetidas para análise do Conselho de Administração.

3. Do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é constituído de um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia; do Diretor-Presidente da CPRM, que exercerá a Vice-Presidência do Colegiado; de mais quatro Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, três dos quais indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e um

indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, observada a legislação aplicável, com mandato dos conselheiros de dois anos. Ao Conselho de Administração, além de suas atribuições legais, compete deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, ordem econômica e financeira e, especificamente, designar e dispensar, por proposta da Diretoria Executiva, o titular do órgão de auditoria interna da CPRM.

4. Da Auditoria Interna

A Auditoria Interna está vinculada hierarquicamente ao Conselho de Administração, conforme disposto na Norma Interna nº 004/PR – Plano Básico de Organização, conforme previsto no Estatuto da CPRM, aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995. De acordo com o art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, um dos normalizadores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as unidades de Auditoria Interna estão sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nas respectivas áreas de jurisdição. Essa vinculação técnica visa proporcionar qualidade aos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria. Cabe ressaltar também o art. 24, inciso IX, da Lei nº 10.180, de 06/02/2001, o qual dispõe que compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, avaliar o desempenho das auditorias internas das entidades da administração indireta federal. As atividades de auditoria têm papel fundamental no aprimoramento da gestão pública da CPRM, atuando para corrigir os desperdícios, as impropriedades, as negligências e omissões, buscando garantir os resultados pretendidos na busca da melhor alocação dos recursos, bem como para prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

5. Da Ouvidoria

A Ouvidoria da CPRM é o canal de comunicação que tem como função acolher e processar reclamações, denúncias, sugestões e elogios dos mais diversos públicos. É um importante instrumento de controle social dentro da estrutura organizacional e uma valiosa ferramenta de gestão, trazendo, com as manifestações, excelentes oportunidades de melhoria nos processos administrativos do Serviço Geológico no Brasil. É vinculada hierarquicamente ao Conselho de Administração da CPRM e tecnicamente à Ouvidoria Geral da União.

6. Da Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é constituída do Diretor-Presidente e de quatro Diretores, todos eleitos pelo Conselho de Administração. O Diretor-Presidente e os Diretores exercem o cargo em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Companhia. A Diretoria Executiva é o órgão geral da Companhia, cabendo-lhe a representação da CPRM e, precipuamente, exercer a gestão dos negócios da sociedade, de acordo com a missão os objetivos, as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

7. Do Diretor-Presidente

Cabe ao Diretor-Presidente a direção, a supervisão e a coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva e orientar, coordenar e impulsionar as atividades da Companhia. À Área da Presidência vinculam-se órgãos de atuação supradiretorias, comitês e comissões permanentes, além das Superintendências Regionais. Dentre as atribuições do Diretor-Presidente, destacamos a de interlocutor da Diretoria Executiva junto ao Ministro de Estado de Minas e Energia, além da participação do Conselho de Administração.

a. Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

Responsável por projetos de levantamentos de informações voltadas para recursos hídricos, geologia aplicada ao ordenamento territorial, gestão ambiental e riscos geológicos.

b. Diretoria de Geologia e Recursos Minerais

Responsável por projetos de levantamentos de informações voltadas para a geologia básica e recursos minerais, incluindo as atividades de geofísica, geoquímica e cartografia regional.

c. Diretoria de Administração e Finanças

Responsável pela gestão administrativa, orçamentária, patrimonial e de recursos humanos da Empresa.

d. Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento

Responsável pela gestão do acervo de dados da CPRM/SGB, geoprocessamento e divulgação das informações, laboratórios de apoio e pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES), além dos contatos interinstitucionais dentro do país.

3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados
Quadro 12 – Composição dos Dirigentes e Colegiados

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Orientar, dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades, os negócios e os interesses da CPRM, podendo fazê-lo diretamente ou através do acompanhamento da ação das diretorias e dentro das diretrizes e deliberações dos órgãos superiores.	Manoel Barretto da Rocha Neto	Diretor-Presidente	01/01 a 31/12/2015
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial	Dirigir, promover e coordenar o planejamento, orientar e controlar os programas, projetos e ações de hidrologia, hidrogeologia e geologia aplicada ao ordenamento territorial, gestão ambiental e riscos geológicos.	Thales de Queiroz Sampaio	Diretor	01/01 a 30/09/2015
		Stênio Petrovich Pereira	Diretor	01/10 a 31/12/2015
Diretoria de Geologia e Recursos Minerais	Dirigir, promover e coordenar o planejamento, orientar e controlar os programas, projetos e ações de geologia básica e recursos minerais, incluindo as atividades de geofísica, geoquímica e cartografia regional.	Roberto Ventura Santos	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento	Dirigir, promover e coordenar o planejamento, orientar e controlar os programas e ações de gestão do acervo de dados, geoprocessamento e divulgação das informações, laboratórios de apoio e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico, além dos contatos interinstitucionais dentro do país.	Antônio Carlos Bacelar Nunes	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Diretoria de Administração e Finanças	Dirigir, promover e coordenar o planejamento, orientar e controlar os programas e ações de gestão administrativa, orçamentária, patrimonial e de recursos humanos.	Eduardo Santa Helena	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Carlos Nogueira Costa Junior	Conselheiro	01/01 a 31/12/2015

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Manoel Barretto da Rocha Neto	Conselheiro	01/01 a 31/12/2015
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Jarbas Raimundo de Aldano Matos	Conselheiro	01/01 a 08/10/2015
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Luiz Gonzaga Baião	Conselheiro	01/01 a 14/04/2015
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Demétrius Ferreira e Cruz	Conselheiro	14/04 a 31/12/2015
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Ladice Pontes Peixoto	Conselheiro	01/01 a 31/12/2015
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Waldir Duarte Costa Filho	Conselheiro	01/01 a 30/06/2015
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Janaína Gomes Pires da Silva	Conselheiro	16/07 a 31/12/2015
Conselho Fiscal	Além das atribuições fixadas pelo estatuto social e regimento interno, compete ao Conselho Fiscal, dentre outras, fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	Norberto Temoteo de Queiroz	Conselheiro	01/01 a 31/12/2015
Conselho Fiscal	Além das atribuições fixadas pelo estatuto social e regimento interno, compete ao Conselho Fiscal, dentre outras, fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	Eduardo Luiz Gaudard	Conselheiro	01/01 a 31/12/2015
Conselho Fiscal	Além das atribuições fixadas pelo estatuto social e regimento interno, compete ao Conselho Fiscal, dentre outras, fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	Frederico Bedran Oliveira	Conselheiro	01/01 a 31/12/2015

3.3 Papéis e funcionamento dos colegiados

Os respectivos papéis, responsabilidades e funcionamento dos colegiados estão previstos no Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, conforme adiante exposto:

1. Assembleia Geral

Art. 11. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, até o dia 30 de abril, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, na forma da lei.

Parágrafo único. Caberá à Assembleia Geral Ordinária eleger quatro membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, bem como fixar a remuneração de seu Presidente e Conselheiros, do Diretor-Presidente, dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 12. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á, mediante convocação, na forma da lei, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente para:

- I – reforma do estatuto;
- II – aumento ou redução do capital;
- III – emissão de ações para integralização e, bens, direitos e créditos;
- IV – participação no capital de outras sociedades, observada a legislação vigente.

Art. 13. O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, mediante procuração com poderes especiais, sendo que, neste caso como nos de representação legal, os respectivos instrumentos deverão ser depositados na sede da Companhia até a véspera do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

Art. 14. A presidência da Assembleia Geral caberá ao Presidente do Conselho de Administração, que poderá, entretanto, delegá-la ao Diretor-Presidente.

Parágrafo único. A presidência escolherá, dentre os acionistas presentes, um ou mais secretários, para elaboração da ata dos trabalhos e das resoluções da Assembleia Geral, que será lavrada em livro próprio, na forma da lei.

2. Do Conselho de Administração

Art. 30. O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da CPRM e reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses, por convocação do Presidente, com a presença deste e da maioria de seus membros e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º O Conselho de Administração deliberará sempre por maioria simples de votos.

§ 2º O Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, além do voto pessoal, terá o de desempate.

§ 3º Das reuniões do Conselho serão lavradas atas em livro próprio.

§ 4º As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas em qualquer parte do território nacional onde a CPRM mantiver escritório ou dependência regional.

Art. 31. Ao Conselho de Administração, além de suas atribuições legais, compete deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, ordem econômica e financeira e, especificamente:

I – aprovar as diretrizes e os instrumentos de planejamento, os programas de trabalho, as propostas de orçamento anual e suas alterações, bem como o Plano Básico referido no art. 27 deste Estatuto;

II – decidir sobre alienação e oneração de bens imóveis;

III – estabelecer critérios para celebração de convênios, contratos e acordos, de natureza técnica, administrativa, científica e cultural, bem como para a negociação dos resultados de pesquisas minerais realizadas pela CPRM;

IV – deliberar sobre empréstimos em geral contraídos pela empresa;

V – designar e dispensar, por proposta da Diretoria Executiva, o titular do órgão de auditoria interna da CPRM;

VI – manifestar-se sobre qualquer assunto que, em decorrência de lei ou do estatuto, dependa de deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral de Acionistas;

VII – deliberar sobre casos que a Diretoria Executiva entenda devam ser submetidas ao Conselho de Administração;

VIII – resolver os casos omissos neste Estatuto.

3. Conselho Fiscal

Art. 39. O Conselho Fiscal, com a atribuições e deveres previstos em lei, compõe-se de três membros, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos, sendo que um deles será eleito pelo acionistas possuidores de ações ordinárias minoritárias, outro mediante indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia, e o terceiro pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

Art. 40. Cada membro do Conselho Fiscal terá um suplente, eleito pela forma estabelecida no artigo anterior.

Art. 41. As reuniões do Conselho Fiscal serão presididas por um de seus membros, mediante rodízio.

Art. 42. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos e lançadas no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

3.4 Atuação da unidade de auditoria interna

O Serviço Geológico do Brasil conta com uma Unidade de Auditoria Interna na sua estrutura organizacional, formalmente constituída, com o objetivo de contribuir com o fortalecimento da gestão e a racionalização das ações de controle, bem como para prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Conforme disposto no Estatuto, a Auditoria Interna – AUDITE da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, está vinculada diretamente ao Conselho de Administração da empresa, tendo por objetivo principal assessorar a Administração Superior na aferição do desempenho e cumprimento das atribuições definidas para cada área da Empresa, tendo em conta as diretrizes governamentais e as metas previamente determinadas.

Em atendimento a Instrução Normativa da SFC nº 001/2001, a AUDITE realiza suas atividades através de um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto dos processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais ocorridos na CPRM – Serviço Geológico do Brasil.

Para tanto, a Auditoria Interna emite Relatórios e Pareceres que contêm análises, avaliações, recomendações de forma a assegurar a fidedignidade das informações relativas ao desempenho e atividades das áreas examinadas, para que a Alta Administração possa concretizar o planejamento estratégico e transformar as ações em resultados.

A unidade de auditoria da CPRM é composta por um Chefe de Auditoria Interna, nomeado pelo Conselho de Administração e devidamente aprovação pelo da Controladoria Geral da União – CGU, por oito auditores e um assistente administrativo, todos do quadro efetivo da empresa.

No exercício de 2015 a Auditoria Interna da CPRM realizou os trabalhos de acompanhamento da gestão, abrangendo as áreas de Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, de Recursos Humanos, de Suprimento de Bens e Serviços e Operacional, os quais resultaram na elaboração de 06 Relatórios de Auditoria de Acompanhamento.

Com relação os trabalhos de monitoramento da gestão, com o objetivo de verificar as ações adotadas pelos gestores em atendimento as recomendações oriundas da Controladoria-Geral da União, da Auditoria Externa, da própria AUDITE e das determinações do expedidas pelo Tribunal de Contas da União ainda pendentes, foram elaborados 17 (dezessete) Relatórios de Follow-up.

Observamos que os trabalhos de Auditoria de Acompanhamento da Gestão executados no exercício de 2015 foram individualizados por Unidade Gestora de Recursos da CPRM, para as quais foram emitidos os respectivos Relatórios de Auditoria Interna contendo os pontos críticos identificados e suas respectivas recomendações.

Relativamente ao exercício de 2015, também foram emitidas 15 (quinze) Notas Técnicas de Auditoria, individualizadas por contratação efetivada pela CPRM, incluindo as recomendações para as fragilidades identificadas nos processos, além de 1 (um) Parecer de Auditoria.

Com relação os trabalhos de monitoramento da gestão, realizados no exercício de 2015, visando verificar as ações adotadas pelos gestores em atendimento as recomendações expedidas

pela Controladoria-Geral da União, da Auditoria Externa, da própria AUDITE e das determinações do Tribunal de Contas da União, foram elaborados 15 Relatórios de *Follow-up*.

A atividade permanente de acompanhamento e monitoramento dos atos de gestão possibilitou a AUDITE avaliar a efetividade no atendimento das recomendações e determinações exaradas no quadriênio 2012-2015, sendo certo que a empresa vem atingindo índices satisfatórios de ações saneadoras para os pontos críticos identificados pelo Sistema de Controle Interno.

Além disto, coube a Auditoria Interna a realização de diversas outras funções normativas relacionadas à boa governança, à melhoria da prestação de serviços aos cidadãos, ao aumento da transparência, a prevenção da corrupção e à melhoria das boas práticas gerenciais e governamentais, no âmbito da CPRM – Serviço Geológico do Brasil.

3.5 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Diretoria Executiva da CPRM entende que atualmente a institucionalização de um Órgão de Correição interno ainda não é viável, devido ao baixo volume de sinistros e demandas ocorridas anualmente na empresa.

Contudo, para apuração dos ilícitos administrativos, a CPRM possui Normativo Interno AAS – 06.01 que dispõe sobre a instauração de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que tem por finalidade estabelecer o controle sobre a disciplina e a regularidade dos serviços; prover o princípio da segurança jurídica, pelo qual as regras procedimentais devem ser claras, para compreensão e exercício pelas partes interessadas; e buscar o princípio constitucional da eficiência, pelo qual se impõe que as ações administrativas alcancem resultados positivos.

A deliberação de instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar será de competência do Diretor-Presidente, conforme previsto na seção IV do Estatuto da Empresa.

A apuração das infrações e responsabilidades disciplinares e de irregularidades, fora das atribuições rotineiras dos serviços de Auditoria Interna da Empresa, será realizada por meio de sindicância administrativa investigatória, sindicância administrativa acusatória e processo administrativo disciplinar, ou, ainda, por Câmaras de Conciliação e Arbitragem, conforme o caso, nos termos da presente Norma, assegurados o contraditório e ampla defesa.

Ressalta-se que os procedimentos disciplinares como sindicâncias, inquéritos e outros processos administrativos previstos em norma interna, que se destinem à apuração de possível prática de infração de irregularidade praticados por agentes públicos, ou que causaram possíveis danos ao erário, bem como o respectivo resultado, são informados a Controladoria-Geral da União regularmente conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.480/2005 e pela Lei nº 10.683/2003.

3.6 Gestão de riscos e controles internos

Inicialmente, cabe ressaltar que as diretrizes estratégicas da empresa são estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, ao qual está vinculada a CPRM. Tais diretrizes são construídas por meio do Plano Nacional de Mineração – PNM, cuja quarta edição foi lançada em fevereiro de 2011, visando nortear o setor mineral brasileiro até o ano de 2030. O PNM/2011-2030 elaborado e coordenado pelo MME objetivou principalmente a consolidação do Marco Regulatório da Mineração no Brasil e a ampliação do conhecimento geológico do território brasileiro, através dos levantamentos geológicos sistemáticos, geofísicos, hidrogeológicos e de geodiversidade.

Também no início do exercício de 2011, começou a ser estruturado o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, para o qual a CPRM também foi convocada para realizar mapeamentos emergenciais de setorização de risco geológico em diversas regiões do país.

Assim, no mesmo período, ficaram consolidadas as duas principais diretrizes estratégicas para a CPRM, as quais também foram mantidas na elaboração do Plano Plurianual – PPA 2016/2019, através dos Programas de Governo 2040 – Gestão de Riscos e Respostas a Desastres e 2041 – Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

Tais informações foram fundamentais para a elaboração da matriz de risco e a definição dos macroprocessos passíveis de serem trabalhados no exercício de 2016, por Programa de Governo de responsabilidade da CPRM, em cada Unidade Gestora de Recursos.

Desta forma, considerando a previsão orçamentária estimada por UG para o exercício de 2016, são identificadas as ações de maior materialidade e relevância para a CPRM, cadastradas nos Programas de Governo de responsabilidade da CPRM, com o objetivo de priorizar as atividades de controle em ações consideradas estratégicas pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

Assim, na construção da matriz de risco utilizada para o planejamento das atividades da empresa, são considerados fundamentalmente os programas de governo estratégicos pelo MME e suas respectivas ações de responsabilidade da CPRM, de acordo com a estimativa orçamentária e metas físicas pactuadas na Lei Orçamentária Anual – LOA da cada exercício.

Outros fatores relevantes também são fundamentais para construção da matriz de risco, tais como o conhecimento detalhado do sistema contábil e do SIAFI, avaliação dos controles internos utilizados pela empresa e seu grau de confiabilidade, bem como os ciclos operacionais relacionados com o volume de transações e operações de cada Unidade Gestora da CPRM.

Para definição do grau de risco de cada Ação Governamental de responsabilidade da CPRM, também são utilizados os trabalhos de Auditoria Interna, os quais possuem avaliação criteriosa dos controles internos de cada Unidade Gestora da CPRM, sendo que quanto maiores forem os riscos existentes, e quanto menor for à qualidade dos controles internos, necessariamente maiores serão os procedimentos específicos a ser adotados pelos gestores em áreas críticas.

Estabelecer os riscos envolvidos possibilita antever grande parte das impropriedades, mediante a adoção de providências que visem minimizar suas ocorrências, as quais podem afetar significativamente os resultados dos trabalhos da empresa.

Neste sentido, para seleção das áreas, processos e unidades da CPRM a ser auditados, são levados em consideração diversos fatores que apontam o risco inerente para cada atividade de auditoria prevista, além de outros aspectos de ordem operacional, por Unidade Gestora de Recursos.

A partir disto, são desenvolvidos critérios de pontuação quanto aos aspectos da materialidade, relevância e criticidade, em relação aos processos, procedimentos e operações da CPRM, os quais definem o “Grau de Risco” de cada Ação Governamental de responsabilidade da CPRM, executados em suas respectivas Unidades Gestoras de Recursos.

3.7 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Quadro 13 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Carlos Nogueira da Costa Junior	20/08/2012		2.853,88	34.246,50
Manoel Barretto da Rocha Neto	29/06/2011		2.853,88	34.246,50
Jarbas Raimundo de Aldano Matos	18/04/2008	08/10/2015	2.853,88	26.445,95
Luiz Gonzaga Baião	29/11/2005	14/04/2015	2.853,88	9.893,45
Ladice Pontes Peixoto	26/04/2010		2.853,88	34.246,50
Demetrius Ferreira e Cruz	14/04/2015		2.853,88	24.448,24
Waldir Duarte Costa Filho	12/09/2014	30/06/2015	2.853,88	17.123,28
Janaína Gomes Pires da Silva	16/07/2015		2.853,88	15.791,47
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Norberto Temoteo de Queiroz	24/01/2004		2.853,88	34.246,50
Eduardo Luiz Gaudard	30/04/2012		2.853,88	34.246,50
Frederico Bedran de Oliveira	20/08/2012		2.853,88	34.246,50

Quadro 14 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.783.198,68	1.698.102,54
a)salário ou pró-labore	1.701.299,31	1.622.372,91
b)benefícios diretos e indiretos	41.861,37	37.690,98
c)remuneração por participação em comitês	0,00	0,00
d)outros	40.038,00	38.038,65
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
e)bônus	0,00	0,00
f)participação nos resultados	0,00	0,00
g)remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00
h)comissões	0,00	0,00
i)outros	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I + II)	1.783.198,68	1.698.102,54
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00

3.8 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O serviço de auditoria independente referente às Demonstrações Contábeis anuais da CPRM é executado pela MACIEL & AUDITORES S/S – EPP, com sede na Avenida Bastian, nº 366, Menino de Deus, CEP 90.130-020, Porto Alegre – RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.098.174/0001-80, conforme Contrato nº 039/PR/14 de 18 de julho de 2014.

3.9 Informações sobre as ações trabalhistas contra a entidade

A planilha que segue representam as ações trabalhistas que já possuem cálculos homologados.

Quadro 15 – Ações trabalhistas contra a entidade

Autor	Processo	Vara	Objeto da Ação	Valor (R\$ 1,00)
Maria Auxiliadora T. Belo	0157400-26.2006.5.01.0063	63ªVT/RJ	Acidente de trabalho - danos morais e materiais	7.550.858,97
Jose Eduardo do Amaral	0001490-17.2011.5.04.0008	8ª VT POA	Horas extras	100.000,00
Carlos Antônio Grazia	0000736-60.2011.5.04.0013	13ªVT POA	Diferenças salariais	50.000,00
Ricardo Zandoná	0001041-72.2010.5.04.0015	15ªVT POA	Condenação subsidiária	10.000,00
Adão José Gomes	80307-47.2011	1º VT DE TERESINA	Reenquadramento de função bem como pagamento das diferenças salariais com repercussões.	20.000,00
Valderedo de Almeida Magno	Proc. 0015800-86.1993.5.07.0004	4ªVT de Fortaleza	Reajuste salarial referente ao mês de abril/1990, em 84,21%, com reflexos financeiros	5.748.873,00
Ministério Público Federal	0004815-83.1997.4.01.3200	7ªVARA FEDERAL/MA	Revogação de concessão de licença ambiental	311,92
CPRM	0001701-29.2003.4.01.3200	1ªVARA FEDERAL/MA	Dano ao erário	311,92

Autor	Processo	Vara	Objeto da Ação	Valor (R\$ 1,00)
CPRM	0005342-20.2006.4.01.3200	2ªVARA FEDERAL/ MA	Indenização por dano moral	311,92
João Bosco Alfenas	001987-40.2010.5.11.0018	18ªVT/MA	Reenquadramento de cargo e danos morais	14.971,65
Nelson Joaquim Reis	0000815-39.2014.5.11.0013	13ªVT/MA	Adicional Regional	22.457,48
Suzeane dos Santos Silva	01120-2009-002-11-00-3	2ªVT/MA	Verbas Rescisórias	7.777,35
Carmelinda de Souza Mesquita	00600-2014-401-11-00-0	JUSTIÇA TRAB. ITINER. BARCELOS /MA	Contrato de Trabalho de Terceirizado	22.457,48
Epifânio Gomes da Costa	0000361-36.2010.5.07.0005	5ª VT	Reintegração por anulação do PIDP, com pagamento de todos os salários e vantagens até a data do efetivo regresso ao emprego	12.000,00
Maria Auxiliadora Martins	0001467-50.2013.5.10.0003	03ª VT DE BRASÍLIA	Incorporação de Gratificação de Função - Pagamento das Diferenças Salariais, Horas Extras, Férias, 13º, FGTS, RSR.	10.000,00
Jose Messias Alves	0001094-08.2013.503.0005	5ª VT/MG	Ad. Noturno, Intervalo Intrajornada e Horas Extras.	12.943,43
Jose de Souza Freire	0001353-47.2014.5.21.0011	11ª VT/PI	Férias, Saldo Salário, Salário Proporcional, Terço de Férias e Multa Do Art.467 E 477.	13.661,80
José Kopiller	95.0020106-2	28ª VF/RJ	Indenização por Doença Profissional	20.017,85
Maria Auxiliadora T. Belo	0157400-26.2006.5.01.0063	63ª VT/RJ	Despesas Médicas	51.101,19
Maria Auxiliadora T. Belo	0157400-26.2006.5.01.0064	63ª VT/RJ	Pensão Vitalícia	172.801,91
Total				13.840.857,87

3.10 Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais

A COJUR tem por objetivo básico a condução das atividades jurídicas de natureza preventiva, contratual e contenciosa da CPRM, com funções de assessoramento à Diretoria Executiva; de orientação técnica aos demais órgãos da Companhia, e a representação judicial ou extrajudicial na defesa de seus interesses. A COJUR está subordinada diretamente ao Diretor-Presidente, sendo a Chefia exercida pela Consultora Jurídica, atualmente pela Dra. Ana Paula Leal.

Para atender ao seu objetivo básico a Consultora Jurídica exerce supervisão funcional, nos assuntos relativos às atribuições, sobre os diversos órgãos da EMPRESA.

Para o desempenho de suas atribuições a COJUR contará com os Núcleos Regionais da área jurídica e os seguintes órgãos: 1) Divisão de Estudos e Pareceres – DIESPA; e 2) Divisão de Contencioso – DICOTE.

Além de coordenar e supervisionar o trabalho dos órgãos integrantes da Consultoria Jurídica, o Consultor tem as seguintes atribuições sob sua direta responsabilidade:

- a) prestar assistência jurídica ao Diretor-Presidente e aos demais Diretores, sugerindo a orientação a ser adotada nos assuntos de natureza jurídica e legal;
- b) orientar os órgãos da CPRM, através de pareceres e informações, sobre a matéria jurídica e legal;

- c) propor e expedir documentos normativos sobre matéria jurídica, para orientação aos órgãos da CPRM;
- d) examinar e aprovar previamente as minutas de editais, contratos, acordos, ajustes e convênios celebrados pela CPRM (Lei nº 8.666, de 21.06.93), podendo delegar essa competência a advogados da Companhia, vinculados à COJUR;
- e) representar a CPRM em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal e perante repartições e instâncias administrativas, nos casos em que sua atuação pareça necessária ou conveniente;
- f) orientar ou avocar a defesa dos interesses da CPRM e distribuir os encargos ou as atividades da COJUR, bem como determinar que o faça qualquer de seus advogados;
- g) decidir acerca de qualquer transação nas causas de interesse da CPRM e quando o valor da mesma ultrapassar o limite previsto em lei, mediante prévia e expressa autorização do Diretor-Presidente (Lei nº 8.197, de 27.06.1991);
- h) definir e fixar a orientação relativamente aos assuntos que ofereçam controvérsias de natureza jurídica;
- i) manter um serviço de divulgação aos diversos setores da CPRM, de publicação atualizada da legislação e dos assuntos de interesse específico de cada órgão;
- j) organizar e difundir um periódico sobre legislação e assuntos de natureza jurídica, bem como promover a constante atualização da publicação “Legislação Básica da CPRM”;
- k) promover a permanente atualização da biblioteca para consulta sobre matéria jurídica, mantendo um serviço atualizado de informação bibliográfica e de pesquisa especializada;
- l) propor a contratação dos serviços profissionais de juristas, advogados e especialistas que se recomendam por sua alta qualificação ou, fora desse caso, para prestarem assistência em lugar onde se torne urgente ou necessário;
- m) propor a contratação dos serviços especializados de cartório, despachantes, tradutores oficiais e escritórios dedicados a assuntos na área legal ou jurídica, quando necessário.

São atribuições da Divisão de Estudos e Pareceres – DIESPA

- a) realizar estudos e pesquisas sobre os diversos ramos do direito de interesse da CPRM, notadamente no campo do direito administrativo, societário, minerário e ambiental, visando promover a atividade da advocacia preventiva na empresa;
- b) desenvolver os estudos necessários para responder as consultas encaminhadas pelos diversos órgãos da Companhia, pronunciando-se sobre as questões suscitadas;
- c) acompanhar a legislação, a doutrina e a jurisprudência de interesse da CPRM, manifestando-se acerca de suas implicações na atividade da Companhia;
- d) elaborar e sugerir ao Consultor Jurídico, instruções específicas ou de caráter normativo sobre a matéria jurídica para orientação aos demais órgãos da Empresa;
- e) prestar assessoramento aos órgãos da Companhia, por solicitação destes e determinação do Consultor Jurídico, assistindo-os nos negócios que forem julgados necessários;
- f) executar atividades afins, que se fizerem necessárias, e do interesse da CPRM, de conformidade com a determinação do Consultor Jurídico;
- g) manter o controle da documentação correspondente aos assuntos afetos à Divisão.

São atribuições da Divisão de Contencioso – DICOTE:

- a) assistir e representar a CPRM em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como perante os órgãos de Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta;
- b) realizar no Estado do Rio de Janeiro, e nos demais Estados, os serviços e contatos externos, necessários ao perfeito acompanhamento do contencioso judicial e administrativo;
- c) manter permanentemente atualizado o sistema informatizado de controle dos processos judiciais e administrativos;
- d) promover o estudo e a pesquisa necessária para elaboração das peças processuais pertinentes à defesa dos interesses da Companhia;

- e) propor ao Consultor Jurídico a celebração de acordo ou transação na defesa contenciosa, quando for julgado oportuno para a CPRM;
- f) exercer o controle das custas e emolumentos judiciais dos processos de interesse da Companhia;
- g) manter o controle da documentação correspondente aos assuntos afetos à Divisão;
- h) organizar o cadastro de advogados e especialistas credenciados para eventual patrocínio de causas em que a CPRM for parte interessada ou para consultas sobre assuntos específicos, cabendo ainda a supervisão e orientação dessas atividades – sendo, atualmente, representada, atualmente, por 07 (sete) escritórios terceirizados, contratados para a representação judicial da CPRM, com exceção da unidade do Rio de Janeiro, que é representada por corpo próprio;
- i) executar atividades afins, que se fizerem necessárias, e do interesse da EMPRESA, de conformidade com a determinação do Consultor Jurídico.

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de acesso do cidadão

Os canais de acesso ao cidadão para solicitações acadêmicas, conteúdo e informação de geologia: O sítio da CPRM (www.cprm.gov.br) é totalmente voltado para a divulgação das informações oriundas das pesquisas desenvolvidas por esta empresa. Destacamos os ícones Biblioteca, Canal Escola, Produções Científicas. Ao que tange a transparência das informações, principalmente relacionadas às contas públicas, há os ícones específicos de Licitações e Processos de Contas Atuais.

O Serviço Geológico do Brasil – CPRM disponibiliza diferentes canais de comunicação a fim de melhor servir seu público.

Serviço de Atendimento aos Usuários – SEUS

Solicitação de documentos técnicos produzidos pelo setor geocientífico nacional e internacional.

Sala de Imprensa

Solicitação de informações por parte da imprensa à Assessoria de Comunicação do Serviço Geológico do Brasil – ASSCOM.

Ouvidoria

Envio de reclamação, denúncia, sugestão ou elogio.

Serviço de Informações ao Cidadão – SIC

Requerimento de dados ou documentações que sejam de caráter público relativos à instituição federal CPRM.

4.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, estabelece que órgãos e entidades públicas devam divulgar, independentemente de solicitação, informações de interesse geral ou coletivo, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal. Em cumprimento à lei, a CPRM disponibiliza na internet as informações classificadas como Transparência Ativa.

- Institucional
- Ações e Programas
- Processos de Contas Anuais
- Convênios
- Despesas
- Licitações e Contratos
- Empregados
- Quantitativo Físico Relativos a Benefícios Pagos aos Empregados e seus Dependentes
- Perguntas Frequentes
- Sobre a Lei de Acesso à Informação
- Serviço de Informações ao Cidadão – SIC
- Informações Classificadas

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Desempenho financeiro do exercício

A CPRM apresentou uma diminuição em seu Patrimônio Líquido passando de R\$25.293 mil para R\$11.234 mil.

O Ativo da empresa apresentou uma diminuição, passando de R\$256.623 mil para R\$203.041 mil.

A empresa também apresentou uma diminuição em seus Capitais de Terceiros (Passivo Circulante e Passivo não Circulante) passando de R\$231.330 mil para R\$191.807 mil.

A empresa apresentou um Prejuízo Líquido de R\$3.630 mil.

5.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

As depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas em função da vida útil dos bens, sendo as taxas de depreciação normalmente praticadas pela empresa: Equipamentos de Operação 10% a.a. Veículos 20% a.a., imóveis 4% a.a., imobilizações diversas 10% a.a.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais obedecem às determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade, entre as quais:

- 1) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.
- 2) Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original.
- 3) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.
- 4) O imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição.

5.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Conforme Nota Explicativa nº 4, parte integrante das Demonstrações Contábeis de 2015, a partir de 2013 a empresa alterou o seu perfil no SIAFI, passando a alocar cada liquidação no Subsistema de Contas a Pagar (CPR) aos respectivos Centros de Custos diretos e indiretos. Além disso, a empresa passou a utilizar o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC).

No Exercício de 2015 a CPRM registrou no Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) R\$60.945 mil referente aos custos de prestação de serviços e de operações de pesquisas.

5.4 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

A conformidade contábil é feita mensalmente no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), através da função ATUCONFCON. As pendências são comunicadas às Unidades para providências relativas às regularizações.

5.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Anexo I.

5.6 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

Anexo II.

5.7 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

Conforme Nota Explicativa nº 5, parte integrante das Demonstrações Contábeis de 2015, os valores registrados em Contas a Receber referem-se a créditos por cessão de pessoal apropriados pelo regime de competência, com recebimento previsto para 2016.

5.8 Notas Explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei nº 4.320/1964 e nº 6.404/1976)

Conforme Nota Explicativa nº 36, parte integrante das Demonstrações Contábeis de 2015, com a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em janeiro de 2015, o Balanço Patrimonial conforme a Lei nº 4.320/64 extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) corresponde no Ativo à mesma divisão em Ativo Circulante e Ativo não Circulante prevista no art. 178 da Lei nº 6.404/76. A mesma Demonstração apresenta os valores relativos ao Ativo Financeiro e ao Ativo Permanente. Em 31 de dezembro de 2015, o total do Ativo corresponde ao valor de R\$203.041 mil.

No Passivo, o Balanço Patrimonial conforme a Lei nº 4.320/64 extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) corresponde à mesma divisão em Passivo Circulante, Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido prevista no art. 178 da Lei nº 6.404/76. A mesma Demonstração apresenta os valores relativos ao Passivo Financeiro, Passivo Permanente e Saldo Patrimonial. Em 31 de dezembro de 2015, o total do Passivo corresponde ao valor de R\$203.041 mil.

Lei nº 4.320/64		Lei nº 6.404/76	
Contabilidade Pública		Legislação Societária	
ATIVO		ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	25.828	ATIVO CIRCULANTE	25.828
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	17.814	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	17.814
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.682	PREVIDÊNCIA PRIVADA	0
DEMAIS CRÉDITOS CURTO PRAZO	5.866	CONTAS A RECEBER	947
ESTOQUES	466	MATERIAIS	466
		IMPOSTOS A RECUPERAR	1.691
		ADIANTAMENTOS PARA DESPESAS	3.362
		RECURSOS A RECEBER RESTOS A PAGAR	0
		CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS	1.483
		OUTROS CRÉDITOS	65
ATIVO NÃO CIRCULANTE	177.213	ATIVO NÃO CIRCULANTE	177.213
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	22.841	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.047
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	7.722	PREVIDÊNCIA PRIVADA	0
DEMAIS CRÉDITOS LONGO PRAZO	6.325	FUNDO FINANCEIRO PESQUISA MINERAL	695
INVESTIMENTOS APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	8.794	PESQUISA AVAL. DEP. SUBST. MINERAIS	9.798
INVESTIMENTOS	162	FINANCIAMENTO PESQUISA MINERAL	4
IMOBILIZADO	152.897	OUTROS CRÉDITOS	3.550
INTANGÍVEL	1.313	INVESTIMENTOS	162
		IMOBILIZADO	161.691
		INTANGÍVEL	1.313
TOTAL DO ATIVO	203.041	TOTAL DO ATIVO	203.041
ATIVO FINANCEIRO	17.927		
ATIVO PERMANENTE	185.114		
TOTAL ATIVO	203.041		

Lei nº 4.320/64		Lei nº 6.404/76	
Contabilidade Pública		Legislação Societária	
PASSIVO		PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	191.461	PASSIVO CIRCULANTE	191.461
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PREVID. ASSISTENCIAIS	52.604	FORNECEDORES	14.984
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	17	FINANCIAMENTOS A PAGAR	17
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	14.984	IMPOSTOS ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	48.660
OBRIGAÇÕES FISCAIS	31.011	PROVISÃO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO	42.954
PROVISÕES DE CURTO PRAZO	66.931	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	66.931
DEMAIS OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO	25.914	CONTAS E DESPESAS A PAGAR	3.446
		CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS	13.098
		CREDORES DIVERSOS	1.371
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	346	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	346
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	346	FINANCIAMENTOS A PAGAR	346
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.234	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.234
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	30.148	CAPITAL SOCIAL	30.148
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	12.294	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	23.297
DEMAIS RESERVAS	23.297	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	12.294
RESULTADOS ACUMULADOS	(54.505)	PREJUÍZO ACUMULADO	(54.505)
TOTAL DO PASSIVO	203.041	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	203.041
PASSIVO FINANCEIRO	129.824		
PASSIVO PERMANENTE	157.638		
SALDO PATRIMONIAL	(84.421)		
TOTAL PASSIVO	203.041		

5.9 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/1976 e notas explicativas

Anexo III.

5.10 Revisão dos critérios adotados para classificação a nos níveis de risco e de avaliação das provisões registradas nas demonstrações financeiras

Conforme Nota Explicativa nº 15, parte integrante das Demonstrações Contábeis de 2015, a Provisão para Contingências apresenta em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$66.931 mil, face a possíveis situações futuras de perdas. Tais processos foram classificados como de “riscos prováveis” pela Consultoria Jurídica da empresa.

5.11 Informações sobre as operações de financiamento

Conforme Nota Explicativa nº 14, parte integrante das Demonstrações Contábeis de 2015, os valores de financiamento a pagar registrados no Passivo Circulante R\$17 mil e Passivo não Circulante R\$346 mil correspondem a US\$93 mil em 31/12/2015, sendo renegociados, conforme contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados.

5.12 Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica

Idem, item 5.9.

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 16 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1837	1761	23	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	–	–	–	–
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1837	1770	24	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	–	–	–	–
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	–	–	–	–
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	–	9	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	–	–	–	–
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	–	–	–	–
4. Total de Servidores (1+2+3)	1837	1770	24	18

Quadro 17 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	562	1208
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	–	–
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	554	1207
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	–	–
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	8	1
2. Servidores com Contratos Temporários	–	–
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	–	–
4. Total de Servidores (1+2+3)	562	1208

Quadro 18 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5	5	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	–	–	–	–
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	5	–	–
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	–	1	–	–
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	–	2	–	–
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	–	2	–	–
1.2.4. Sem Vínculo	–	–	–	–
1.2.5. Aposentados	–	–	–	–
2. Funções Gratificadas	–	294	3	8
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	–	237	–	–
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	–	48	2	7
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	–	9	1	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	5	299	4	9

6.1.1.1 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

O Serviço Geológico do Brasil encerrou o exercício de 2015 com 1818 profissionais: 1.761 efetivos, 48 nomeados por livre provimento e 9 requisitados de outros Órgãos da Administração Pública. Dentre os efetivos, 1.058 são ocupantes de cargos de nível superior, 632 de nível médio e 71 de nível fundamental.

De um total de 294 funções de confiança, 237 são ocupadas por empregados do quadro efetivo, 48 nomeados por livre provimento e 9 por requisitados de outros órgãos.

A força de trabalho disponível no Serviço Geológico do Brasil está equilibrada entre área meio e área fim, frente às necessidades atuais, tendo em vista que em 2013 foi realizado um concurso público para suprir a carência de pessoal. No exercício de 2015 foram preenchidas 23 (vinte e três) vagas entre Pesquisador, Analistas e Técnicos, relativas ao referido concurso.

No concurso de 2013 não conseguimos preencher todas as vagas de Técnico em Geociências – Técnico de Hidrologia, por ausência de classificados, por esse motivo um novo concurso será realizado em 2016, para preenchimento de 52 vagas.

No ano de 2015 foi realizado um novo estudo tendo sido apurado o número de aproximadamente de 400 empregados com requisitos necessários para adesão ao Plano de Desligamento que a empresa irá submeter à apreciação dos órgãos superiores para que ocorra a renovação da sua força de trabalho.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 19 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2015	159.783.709	16.602.608	41.736.735	12.820.355	228.430	13.372.020	0	0	244.543.857
	2014	139.984.621	16.317.610	25.862.280	2.174.852	292.473	9.600.599	0	0	194.232.435
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2015	0	0	6.404.347	0	0	0	0	0	6.404.347
	2014	0	0	7.279.693	0	0	0	0	0	7.279.693
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015	708.825	0	0	0	0	0	0	0	708.825
	2014	9.796.501	0	0	0	0	0	0	0	9.796.501
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0

6.1.3 Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal

O exercício de 2015 terminou com 9 colaboradores requisitados de outros órgãos, sendo que um ingressou e um retornou ao órgão de origem.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

6.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio

Quadro 20 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Informações sobre os Contratos de prestação de serviços firmados pela CPRM vigentes no exercício de 2015.						
Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Gestão 29208 UG Executora no SIAFI	Sit.
			CNPJ	Início		
041/PR/2010	Serviços de secretaria, recepção, mensageria, copeiragem, telefonia e condução de veículos.	09.231.574/0001-45	15/06/2015	15/12/2015	SUREG/GO 495650	E
064/PR/2010	Terceirização de Mão de Obra - Área Administrativa	87.252.938/0001-87	12/07/2015	04/12/2015	SUREG/PA 495550	E
086/PR/2010	Serviços de auxiliar de serviços Gerais (Sureg/BH e Lir/Caeté)	08.491.163/0001-26	02/08/2014	02/08/2015	SUREG/BH 495600	E
121/PR/2010	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação Predial	09.526.473/0001-00	29/11/2010	29/11/2016	SUREG/PA 495550	A
021/PR/2011	Serviços de Vigilância	12.066.015/0001-31	20/06/2011	20/06/2016	REPO 495260	A
143/PR/2010	Prestação de Serviço de Alimentador de Base de Dados e Auxiliar de Serviços de Campo	00.403.982/0001-62	27/12/2010	09/06/2016	SUREG/SAL 495400	A
003/PR/2011	Serviços de alimentador base de dados e auxiliar de serviços de campo	03.022.122/0001-77	21/03/2011	09/06/2016	SUREG/BH 495600	A
004/PR/2011	Prestação de Serviço de Alimentador de Base de Dados e Auxiliar de Serviços de Campo	84.624.329/0001-3	04/02/2012	09/06/2016	SUREG/MA 495250	A
023/PR/2011	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação Predial	07.262.424/0001-17	01/06/2011	01/06/2016	RETE 495370	A
028/PR/2011	Prestação de serviço de Vigilância Armada e Desarmada	03.372.304/0001-78	01/07/2011	01/07/2015	ERJ 495130	A
041/PR/2011	Serviços de Vigilância – RG SEGURANÇA	13.019.295/0001-90	06/09/2015	06/09/2016	SUREG/GO 495650	A
061/PR/2011	Prestação de serviços de apoio administrativo e técnico envolvendo as atividades de secretaria, recepção, copeiragem, condução de veículos, mensageria e auxiliar de serviços gerais	03.022.122/0001-77	09/11/2011	09/11/2016	SUREG/SP 495500	A
028/PR/2012	Secretaria, Mensageria e Recepção.	09.434.186/0001-61	23/08/2015	20/11/2015	SUREG/BH 495600	E

Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Gestão 29208 UG Executora no SIAFI	Sit.
			CNPJ	Início		
031/PR/2012	Limpeza e conservação predial – NATAL	05.930.069/0001-38	01/06/2012	01/06/2016	SUREG/RE 495350	A
081/PR/2012	Prestação de serviços de limpeza e conservação predial	03.765.290/0001-52	28/12/2012	28/12/2016	SUREG/BE 495300	A
024/PR/2013	Serviços de Vigilância	66.063.256/0001-56	01/04/2013	01/04/2016	SUREG/SP	A
030/PR/2013	Apoio Administrativo e portaria (Hidrologia)	41.305.228/0001-77	22/07/2013	22/07/2016	REFO 495370	A
032/PR/2013	Prestação de serviços de apoio administrativo, envolvendo a atividade de condução de veículos.	35.346.147/0001-12	03/09/2013	03/09/2016	SUREG/RE 495350	A
050/PR/2013	Terceirização de Mão de Obra (Motorista)	05.969.071/0001-10	23/09/2013	23/09/2016	SUREG/BH 495600	A
061/PR/2013	Serviço de Vigilância Desarmada + 8 câmeras.	03.372.304/0001-78	02/01/2014	02/01/2017	ERJ 495130	A
073/PR/2013	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação Predial inclui NARO	10.446.523/0001-10	19/11/2013	19/11/2016	SUREG/MA 495250	A
081/PR/2013	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação Predial	03.765.290/0001-52	28/12/2012	28/12/2016	SUREG/SP 495500	A
086/PR/2013	Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	12.066.015/0001-31	03/12/2013	03/12/2016	SUREG/MA 495250	A
110/PR/2013	Serv. Limpeza e Conservação Predial – Litoteca CAETÉ.	12.904.815/0001-84	30/12/2013	30/12/2016	SUREG/BH 495600	A
004/PR/2014	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional.	07.662.244/0001-89	09/05/2014	09/05/2016	REPO 495260	A
009/PR/2014	Serviços de Vigilância (Sureg + Feira + CIEG)	03.037.698/0001-08	26/02/2014	26/02/2016	SUREG/SAL 495400	A
025/PR/2014	Prestação de serviços de apoio administrativo envolvendo os serviços de secretaria	12.414.820/0001-09	08/04/2014	08/04/2016	SUREG/RE 495350	A
037/PR/2014	Serviços de portaria do imóvel da SUREG/BH	02.908.313/0001-78	08/07/2014	08/07/2016	SUREG/BH 495600	A
044/PR/2014	Serviços de Limpeza e Conservação Predial	17.426.041/0001-47	29/07/2014	13/08/2016	REFO 495370	A
045/PR/2014	Serviços de portaria, motoristas, serviços auxiliares e copeiragem.	14.828.536/0001-04	15/08/2014	29/08/2016	REFO 495370	A
051/PR/2014	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização	05.576.482/0001-46	27/08/2014	01/09/2016	SUREG/SP 495500	A
057/PR/2014	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada.	07.534.224/0001-22	28/10/2014	12/11/2016	SUREG/BH 495600	A

Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Gestão 29208 UG Executora no SIAFI	Sit.
			CNPJ	Início		
060/PR/2014	Prestação de serviço de manutenção predial e reparos em geral, de forma contínua, através de mão de obra especializada, compreendendo alvenaria, pintura, marcenaria, serviços auxiliares e hidráulica.	29.212.545/0001-43	14/11/2014	14/11/2016	ERJ 495130	A
066/PR/2014	Serviços de Vigilância	02.050.778/0001-30	21/11/2014	04/12/2016	REPO 495260	A
071/PR/2014	Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação Predial	16.962.460/0001-30	02/02/2015	02/02/2016	SUREG/SAL 495400	A
002/PR/2015	Prestação de serviços de apoio administrativo envolvendo serviços de secretaria, condução de veículos e recepção.	03.374.266/0001-92	16/06/2015	30/06/2016	SUREG/MA 495250	A
003/PR/2015	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas elétricos das instalações prediais do ERJ da CPRM, sem fornecimento de materiais.	73.678.005/0001-41	02/12/2015	27/02/2017	ERJ 495130	A
008/PR/2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância	13.549.584/0001-09	02/03/2015	30/05/201	SUREG/SP 495500	E
009/PR/2015	Serviços de Vigilância	18.143512/0001-72	13/02/2015	28/02/2017	SUREG/SAL 495400	A
013/PR/2015	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação Predial	13.239.235/0001-82	25/03/2015	08/04/2016	REPO 495260	A
015/PR/2015	Contrato de Vigilância	02.650.833/0001-23	18/03/2015	01/04/2017	SUREG/BE	A
016/PR/2015	Serviços de Vigilância	92.966.571/0001-01	01/04/2015	15/04/2016	SUREG/PA 495550	A
017/PR/2015	Terceirização na Área de Tecnologia da Informação (TI) G&P PROJETOS E SISTEMAS S.A.	59.087.999/0001/36	24/04/2015	08/05/2016	ERJ 495130	A
024/PR/2015	Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação Predial no Escritório do RJ	08.928.115/0001-52	19/06/2015	02/07/2016	ERJ 495130	A
026/PR/2015	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação Predial.	00.403.982/0001-62	03/06/2015	17/06/2016	ERJ 495130	A
028/PR/2015	Apoio administrativo envolvendo serviços de secretaria, copeiragem, condução de veículos, recepção e mensageria.	19.450.601/0001-24	10/07/2015	25/07/2016	BSB 495110	A

Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Gestão 29208 UG Executora no SIAFI	Sit.
			CNPJ	Início		
029/PR/2015	Serviços Administrativos	13.901.232/0001-62	19/06/2015	03/07/2016	SUREG/SAL 495400	A
031/PR/2015	Prestação de serviços de apoio administrativo envolvendo serviços de secretaria, copeiragem, condução de veículos, mensageria e telefonia.	15.150.504/0001-65	13/08/2015	27/08/2016	RETE 495710	A
033/PR/2015	Prestação de serviço de manutenção predial e reparos em geral, de forma contínua, através de mão de obra especializada, compreendendo os serviços de alvenaria, pintura, carpintaria, hidráulica, elétrica e serviços auxiliares	03.374.266/0001-92	30/07/2015	13/08/2016	SUREG/MA 495250	A
043/PR/2015	Prestação de serviços de (telefonia, copeiragem, mensageira, condução de veículos, recepção e secretária) visando atender necessidades do ERJ.	30.440.119/0001-46	18/08/2015	01/09/2016	ERJ 495130	A
045/PR/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio administrativo envolvendo serviços de portaria, condução de veículos e telefonia	15.150.504/0001-65	05/10/2015	19/10/2016	SUREG/BE 495300	A
048/PR/2015	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização nas dependências da nova Sede da CPRM	05.020.143/0001-89	07/12/2015	21/12/2016	BSB 495110	A
057/PR/2015	Serviços de Vigilância na LIR-CAETÉ	07.534.224/0001-22	16/11/2015	30/11/2016	SUREG/PA 495550	A
059/PR/2015	Serv. Limpeza e Conservação Predial – SUREG.BH	16.829.118/0001-67	03/12/2015	17/12/2016	SUREG/BH 495600	A
062/PR/2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio administrativo envolvendo serviços de secretaria, copeiragem, mensageria, condução de veículos	09.231.574/0001-45	14/12/2015	28/12/2016	SUREG/GO 495950	A

6.1.4.2 Contratação de estagiários

Quanto ao quantitativo de estagiários, o exercício de 2015 terminou com 98 estagiários estudantes, sendo 32 da área administrativa e 66 da área operacional. No total, foram admitidos 89 estagiários, sendo 27 administrativos e 62 operacionais. No mesmo período, foram efetuados 190 desligamentos de estagiários, sendo 43 administrativos e 147 operacionais.

6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

6.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

Quadro 21 – Frota de veículos própria

Unidade CPRM	Quantidade Veículos
Brasília	02
Rio de Janeiro	06
Manaus	21
Porto Velho	18
Belém	14
Recife	38
Fortaleza	14
Salvador	29
São Paulo	26
Porto Alegre	29
Belo Horizonte	41
Goiânia	17
Teresina	24
Total	279

Quadro 22 – Frota de veículos terceirizada

Unidade da CPRM	Quantidade Veículos
Brasília	05
Rio de Janeiro	05
Manaus	0
Porto Velho	0
Belém	11
Recife	0
Fortaleza	0
Salvador	0
São Paulo	0
Porto Alegre	0
Belo Horizonte	0
Goiânia	0
Teresina	0
Total	21

6.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.

Os veículos inservíveis ou fora de uso, são vendidos em leilão público, realizado pelas Unidades Regionais. No ano de 2015, não houve venda de veículos.

Até o momento, 14 veículos estão inservíveis, ou fora de uso, devendo ser incluídos e processo de leilão, previsto para 2016.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A CPRM têm 22 imóveis utilizados, em suas atividades, especificados no item 6.2.5, sendo: 08 imóveis próprios, 09 imóveis cedidos e 05 imóveis doados.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A CPRM não dispõe de imóveis cedidos a órgãos e entidades públicas ou privadas.

6.2.5 Demonstração da situação dos imóveis da União

Quadro 23 – Relação dos Imóveis de Propriedade da CPRM, Cedido e Recebido em Doação

LOCAL	ENDEREÇO	SITUAÇÃO
Rio de Janeiro-RJ	Av. Pasteur nº 404	Próprio
Belo Horizonte-MG	Av. Brasil nº 1731	Próprio
Salvador-BA	Av. Ulisses Guimarães nº 2862	Próprio
Feira de Santana-BA	Rua Rio de Janeiro, 133	Cedido
Morro do Chapéu-BA	Lotes 01 a 07 e 21 a 27 da Quadra D – Loteamento Soledade	Próprio
Caeté-BH	Av. João Pinheiro nº 94, 94B, 94C e 140	Próprio
Mossoró-RN	Rodovia BR 304 nº km 52	Próprio
Porto Alegre-RS	Rua Banco da Província nº 105/139	Próprio
Caçapava do Sul-RS	Rua Borges de Medeiros nº 394	Próprio
Araraquara-SP	Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci nº 989	Doação
Manaus-AM	Av. André Araújo nº 2.160	Doação
Boa Vista-RR	Av. Benjamin Constant, quadra 48, zona 1 nº 1028 – Centro – Boa Vista – RR	Cedido
Teresina-PI	Rua Goiás nº 312	Doação
Goiânia-GO	Rua Cento e Quarenta e Oito nº 485	Doação
Porto Velho-RO	Av. Lauro Sodré nº 2561	Cedido
Belém-PA	Av. Dr. Freitas nº 3645	Cedido
Recife-PE	Av. Sul nº 2.291 – Afogados	Cedido
São Paulo-SP	Rua Costa nº 55 e 63	Cedido
Fortaleza-CE	Av. Antônio Sales nº 1418 – Fortaleza	Cedido
São Paulo-SP	Estrada Apiaí – Iporanga, KM 325 Município de Apiaí – São Paulo	Cedido
Curitiba-PR	Rua Voluntários da Pátria, nº475 – Curitiba-Paraná	Doação
Natal/RN	Rua da Torre, s/n – Morro Branco – Natal – Rio Grande do Norte	Cedido

6.2.6 Informações sobre a gestão dos ativos imobiliários e sobre o Plano Nacional de Desmobilização

Em 2015, houve a reversão do imóvel à União, situado na Rua João Bento, 735 – Quilombo – Cuiabá/MT.

Não houve venda de imóvel.

6.2.7 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Quadro 24 – Relação dos Imóveis Alugados para Uso da CPRM

LOCAL	ENDEREÇO
CRICIUMA/SC	Rua Maestro Jacó, 805 sala 404
CAÇAPAVA DO SUL/RS	Av. Presidente Kennedy, nº 2173
FORTALEZA-CE	AV. Antônio Sales, 1419 – Joaquim Távora – Fortaleza – CE
SERAFI-BR	Edifício Central Brasília –SBN Quadra 02, Bloco H, Setor Bancário Norte, Brasília –DF
MORRO DO CHAPEU/BA	Praça Camilo Calasans, s/n
NATAL/RN	Rua Antônio Henrique de Melo, 2010 – Capim Macio

6.2.8 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Em 2015, a CPRM investiu um total de R\$616.221,83 em obras, instalações, estudos e projetos, nas Unidades Regionais de Porto Velho, Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

6.2.9 Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade

Relação informada no item 6.2.5 – Demonstração da Situação dos Imóveis da União.

6.2.10 Informações sobre a infraestrutura física

As instalações são adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades da CPRM, atendendo todas as condições de salubridade necessária.

6.3 Gestão da tecnologia da informação

6.3.1 Principais sistemas de informações

Sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais:

Sistema: GEOBANK

a) Descrição dos objetivos do sistema:

O Sistema GEOBANK constitui um dos pilares de sustentação da missão institucional da CPRM, de “Gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil”. Trata-se do sistema que congrega e integra diversas bases de dados geológicos da Empresa (afloramentos, ocorrências minerais, unidades litoestratigráficas, amostras e análises geoquímicas, etc.) em um avançado complexo tecnológico, disponível na web, que envolve, bancos de dados espaciais, servidor de mapas, aplicativos de consulta e entrada de dados, visualizadores de imagens e de mapas *on line*, *download* de dados, além de funcionalidades de geoprocessamento, como por exemplo, pesquisas com *buffer*.

Os dados e informações armazenados e disponibilizados pelo GEOBANK são fundamentais para dar suporte à pesquisa mineral e hídrica, sendo ainda imprescindíveis na formulação de políticas públicas sustentáveis de uso e ocupação territorial. Por sua natureza multiuso, o dado geológico encerra alto valor socioeconômico e geopolítico, sendo tratado na Constituição Federal como de provimento obrigatório pelo Estado Brasileiro (art. 21, inciso XV).

b) Informações sobre a manutenção, tais como se é própria ou terceirizada, despesas anuais com manutenção;

A manutenção do sistema é própria, porém o sistema Geobank é apoiado em algumas tecnologias que requerem licenças de renovação/atualização, como a ferramenta de SIG (Sistema de Informação Geográfica), ArcGisServer (produtos ESRI) e o banco de dados espacial Oracle. Por se tratar de um produto especialista, a CPRM adota como apoio uma consultoria especializada em banco de dados espacial. (atualmente somente com a própria Oracle).

O custo anual com renovação de produtos ESRI é de cerca de R\$300.000,00 e com renovação do Banco Oracle de R\$80.000,00 e consultoria especializada (a contratar) em torno de R\$200.000,00.

c) Se se tratarem de sistema em desenvolvimento, informar sobre prazo para conclusão, orçamento de desenvolvimento, riscos associados;

O Sistema GEOBANK encontra-se plenamente implantado e produtivo, identificado, como a interface técnica geológica da CPRM, junto à comunidade geocientífica, tanto no Brasil, quanto no exterior.

Entretanto, por sua natureza essencialmente tecnológica, e considerando-se a demanda constante de novas funcionalidades e ferramentas de gestão de dados, o Sistema GEOBANK jamais será um produto 100% concluído, sendo imperativo manter sempre uma equipe mínima de manutenção e desenvolvimento, capaz de fazer os upgrades tecnológicos, garantir o desempenho do sistema e atender necessidades dos usuários.

Riscos: Como a grande maioria dos profissionais envolvidos na manutenção e desenvolvimento do GEOBANK é de profissionais do quadro efetivo, o risco se resume à eventualidade de obrigatoriedade de dispensa de profissionais em função gratificada. Neste caso, pelo menos dois profissionais de desenvolvimento e de alta especialização e profundo conhecimento do sistema seriam dispensados, com grave prejuízo imediato.

d) Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes.

O maior risco à continuidade é o de faltar recursos para atualização das licenças do sistema e este tornar-se obsoleto, em termos de novas tecnologias.

Ação para mitigar:

- 1) prever no orçamento recurso para renovação de licenças.
- 2) estudo e preparação da equipe para adoção de tecnologia livre.

Outro risco é relacionado à disponibilidade, em caso de falta de recurso para a manutenção do datacenter de alta disponibilidade onde o sistema esta está disponibilizado.

Ação para mitigar: Prever no orçamento recurso

Sistema: SIAGAS

a) Descrição dos objetivos do sistema:

O SIAGAS (Sistema de Informações de Águas Subterrâneas) é um sistema de informações de águas subterrâneas desenvolvido pela CPRM, que é composto por uma base de dados de poços permanentemente atualizada, e de módulos capazes de realizar consulta, pesquisa, extração e geração relatórios.

O SIAGAS desenvolvido e mantido pela CPRM, a partir do mapeamento e pesquisa hidrogeológica em todo o país, permite a gestão adequada da informação hidrogeológica e a sua integração com outros sistemas. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, através da Moção nº 038, de 7 de dezembro de 2006, recomendou a adoção do SIAGAS, pelos órgãos gestores estaduais, Secretarias dos Governos Estaduais, Agência Nacional de Águas – ANA e Usuários dos Recursos Hídricos Subterrâneos, como base nacional compartilhada para armazenagem, manuseio, intercâmbio e difusão de informações sobre águas subterrâneas.

b) Informações sobre a manutenção, tais como se é própria ou terceirizada, despesas anuais com manutenção.

A manutenção do atual sistema de entradas de dados em desktop e visualização web é própria.

O módulo de visualização web do SIAGAS atual foi desenvolvido por terceiro e houve passagem de conhecimento.

O módulo de entrada de dados do SIAGAS foi modernizado para uma versão WEB que ainda não entrou em produção.

Devido o contingenciamento orçamentário, está sendo reavaliada a possibilidade da manutenção ser feita pela equipe interna e/ou se será contratado recurso externo para esta manutenção.

c) Se se tratarem de sistema em desenvolvimento, informar sobre prazo para conclusão, orçamento de desenvolvimento, riscos associados.

O novo módulo de entrada de dados já foi concluído.

d) Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes.

Riscos: Não há profissionais alocados na manutenção deste sistema. O risco se resume à necessidade de manutenção evolutiva ou corretiva e não haver disponibilidade para a contratação de um recurso habilitado com a tecnologia adotada.

Ações para mitigar: definir no planejamento orçamento para a contratação desta manutenção.

Quanto à disponibilidade deste sistema há o risco de descontinuidade por não haver contingência do servidor de banco de dados que o atende.

Ações para mitigar: o servidor de contingência já está em processo de aquisição.

Outro risco é relacionado à disponibilidade, é a falta de recurso para a manutenção do datacenter de alta disponibilidade para onde o sistema está sendo migrado.

Ação para mitigar: Prever no orçamento recurso

Sistema: RIMAS

a) Descrição dos objetivos do sistema:

O RIMAS (Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas) é um aplicativo WEB para disponibilização de dados de monitoramento de água subterrânea o qual permite pesquisar o banco de dados de poços administrado pelo SIAGAS, extraindo um conjunto de dados e informações relacionadas com à Rede Nacional Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas – RIMAS, elaborando rotina de pesquisa, de geração de gráficos analíticos e temporais, bem como produzindo relatórios customizados, sendo tais informações apresentadas em uma janela Web RIMAS destacada no Web SIAGAS.

A rede de monitoramento proposta é de natureza fundamentalmente quantitativa, ou seja, tem o propósito de registrar as variações de nível d'água (NA). Instrumentos que permitem o registro automático do NA estão sendo instalados nos poços de observação e trimestralmente é feita a coleta dos dados armazenados os quais, posteriormente, são submetidos aos processos de consistência e tratamento e posteriormente inseridos dentro da base SIAGAS.

b) Informações sobre a manutenção, tais como se é própria ou terceirizada, despesas anuais com manutenção.

O desenvolvimento foi interno. A manutenção deste sistema está prevista ser interna.

c) Se se tratarem de sistema em desenvolvimento, informar sobre prazo para conclusão, orçamento de desenvolvimento, riscos associados.

O sistema está concluído.

d) Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes.

Risco:

Quanto à disponibilidade deste sistema há o risco de descontinuidade por não haver contingência do servidor de banco de dados que o atende.

Ações para mitigar: o servidor de contingência já está em processo de aquisição.

Outro risco é relacionado à disponibilidade, é a falta de recurso para a manutenção do datacenter de alta disponibilidade para onde o sistema está sendo migrado.

Ação para mitigar: Prever no orçamento recurso

Sistema SACE – Sistema de Alerta e Controle de Enchentes

a) Descrição dos objetivos do sistema:

É um sistema que registra o monitoramento dos níveis pluviais das bacias dos Rios Madeira, Doce, Cai, Taquari, Muriaé, Parnaíba, Acre, Negro e Branco, disponibilizando, em tempo real via web, a classificação de criticidade em cada ponto de medição.

Além disso, permite o armazenamento de equações de previsão hidrológica de baixa complexidade, bem como publica os boletins na página e os transmite via e-mail para os interessados e o CEMADEM.

Sistemas de Alertas Hidrológicos são considerados uma medida não estrutural que visa à melhor convivência da população com enchentes, inundações e secas, através da geração de

boletins e relatórios com meses, dias ou horas de antecedência em relação aos eventos críticos. São de caráter preventivo, ou seja, não adotam soluções físicas que implicam execução de obras.

Este produto permite que agências governamentais, instituições públicas e privadas, defesa civil e cidadãos possam tomar decisões sobre políticas e ações para mitigar os riscos de inundações e secas.

b) Informações sobre a manutenção, tais como se é própria ou terceirizada, despesas anuais com manutenção.

O desenvolvimento foi terceirizado e não há equipe de manutenção com perfil apropriado à tecnologia em que foi desenvolvido.

c) Se se tratarem de sistema em desenvolvimento, informar sobre prazo para conclusão, orçamento de desenvolvimento, riscos associados.

O sistema está concluído.

d) Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes.

Risco relacionado à disponibilidade é a falta de recurso para a manutenção do datacenter de alta disponibilidade para onde o sistema esta sendo migrado.

Ação para mitigar: Prever no orçamento recurso

Risco relacionado à continuidade é a falta de recurso para a manutenção do evolutiva/corretiva do sistema.

Ação para mitigar: Prever no orçamento recurso

Sistema: RIGEO – Repositório Institucional de Geociências

a) Descrição dos objetivos do sistema:

Tem como objetivo permitir o acesso integral à produção científica institucional e à produção intelectual dos pesquisadores da instituição, preservar a memória científica gerada ao longo dos anos, fomentar a pesquisa científica na área de geociências e demais áreas do conhecimento, permitir o livre acesso às publicações dos autores-pesquisadores da instituição e, desta forma, estar em consonância com o Movimento Internacional de Acesso Livre à informação científica.

Utiliza o software Dspace, sistema de código aberto, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e a Hewlett-Packard Labs.

b) Informações sobre a manutenção, tais como se é própria ou terceirizada, despesas anuais com manutenção.

A manutenção do software é feita em conjunto pelas equipes técnicas (TI e Bibliotecários) da CPRM e pela contratação de consultores especializados para acompanhar a atualização de versionamento e eventuais melhorias solicitadas pela Biblioteca da CPRM que é a administradora do RIGEO.

c) Se se tratarem de sistema em desenvolvimento, informar sobre prazo para conclusão, orçamento de desenvolvimento, riscos associados.

O produto está implantado, configurado e em funcionamento.

d) Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes.

O Dspace é um software livre que tem a necessidade de atualizações permanentes do produto e conseqüentemente das equipes envolvidas (negócio e TI).

Em virtude da CPRM não ter equipe especializada no Dspace e também não ter contrato de suporte para a ferramenta estamos sujeitos a riscos de continuidade, conforme elencados abaixo:

- Impossibilidade de atualizações do sistema;
- Impossibilidade de soluções de problemas que venham ocorrer na ferramenta.

Ações para mitigar: prever no orçamento contratação especializada para manutenção.

Outro risco é a ausência de estimativas para crescimento de utilização do storage.

Ação para mitigar: realizar estudo e planejamento.

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI – PETI e/ou Plano Diretor do TI – PDTI, apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional

O PDTI da CPRM, homologado em julho de 2015, foi elaborado com ações previstas até 2020, devendo ser revisado anualmente. As ações previstas estão alinhadas com as metas da CPRM definidas no PPA e PDI visando atender à missão institucional e as metas previstas. Além deste, de acordo com a situação do setor de tecnologia da empresa, estão previstas medidas de conformidade perante os parâmetros definidos no COBIT e nos demais frameworks. Desta forma, as principais ações são ações de conformidade nas diversas áreas da TI como sistemas, rede e principalmente em relação à norma ISO27002 passando essencialmente pela base de reestruturação do quadro pessoal de forma quantitativa e qualitativa.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

No exercício de 2014, o Diretor-Presidente da CPRM, criou o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação através do Ato nº 087/PR/14 em 08/07/2014.

Este ato designa os Analistas em Geociências Laura Estela Madeira de Carvalho, Américo dos Santos Júnior, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior, Edgar Shinzato e Fernando Augusto Araújo Fonseca, e o Pesquisador em Geociências Francisco Valdir Silveira para, sob a coordenação da primeira, comporem o Comitê de Tecnologia da Informação da CPRM, cujo objetivo é tratar de assuntos referentes às estratégias definidas pela Diretoria, diretrizes e investimentos da utilização em Tecnologia da Informação no âmbito da CPRM.

As atividades relacionadas foram iniciadas pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação no exercício de 2014 e já foram realizadas até hoje 7 reuniões do comitê de TI. Nas reuniões iniciais foi apresentado o PDTI e esclarecido sobre a situação atual da TI na CPRM. Era imprescindível o devido conhecimento da TI para que o comitê pudesse cumprir sua missão. Os assuntos já tratados no comitê de TI são em relação ao uso de software livre na empresa, quadro e atividades de terceirizados, quadro de software na CPRM, quadro de equipamentos, sendo estes últimos ainda requisitando estudos mais detalhados para subsidiar uma recomendação à diretoria da CPRM.

c) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O plano de capacitação de pessoal de TI está definido no PDTI elaborado e estava previsto para iniciar efetivamente em 2016. Devido à criticidade da ausência de uma área específica para Segurança da Informação, foi dada prioridade no planejamento orçamentário de 2016 ao treinamento para a equipe de segurança.

Devido o corte orçamentário e posterior forte contingenciamento em 2016, apenas foi possível realizar uma palestra para os empregados em geral com orientações sobre segurança digital, aspectos legais. Em 2015 pudemos realizar treinamentos em Governança de TI e da rede RNP.

O plano de capacitação descrito no PDTI prevê:

Quadro 25 – Plano de capacitação (PDTI)

Realizar treinamento da equipe de segurança	Considerando treinamentos + certificações: - 1 certificação CISSP + COBIT 5 + ISO27002 - (Gestor) - 2 certificações ISO27002 (Analista) - 2 certificações Security+ (Analista)
Realizar treinamento da equipe de operações	Considerando treinamentos + certificações: - 1 certificação ITIL v3, COBIT 5 e ISO27002 - (Gestor) - 7 certificações MCSE, MCTS, MCTIP, ITIL v3, Symantec Endpoint (250-315), Symantec Altiris(250-407) e Linux(LPIC-3) - (Analista N3) - 20 certificações MCTS+ITIL v3 - (Analista N2) - 4 certificações MCTS+ITIL v3 - (Analista N1) - 3 certificações CCNA, MCSE - (Rede) - 4 certificações MySQL Developer/Administrator, MCSA SQLServer, MCSE SQLServer, Oracle 11G e DB2 - (Banco de dados)
Realizar treinamento da equipe de soluções	Considerando treinamentos + certificações: - 1 certificação COBIT 5, OCM Java EE 5 Enterprise Architect - (Gestor) - 5 certificações Java EE 5 Business component Developer/Web Services Developer/ Web Component Developer, Flash CS6, Oracle 11G - (Sistemas) - 5 certificações 70-480 HTLM5/CSS3/Javascript, Flash CS6 e PHP - (Web)
Realizar treinamento da equipe de gestão de TI e projetos	Considerando treinamentos + certificações: - 1 certificação COBIT 5 e PMP - (Gestor) - 2 certificações BPMN, COBIT 5 e ITIL v3 - (Analistas de negócio) - 1 certificação ITIL v3, CAPM ou PMP e HCMP - (PMO) - 1 certificação ITIL v3 e COBIT 5 - (Apoio a gestão)

d) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos e outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quadro 26 – Quantitativo de pessoas (força de trabalho de TI)

Força de trabalho em TI	Quantitativo
servidores/empregados efetivos	40, sendo: 3 analistas atuando como gerentes 2 cargo comissionado 4 técnicos de TI 31 analistas de TI
servidores/empregados efetivos e outras carreiras da unidade	7 (considerando secretária)
servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	0
servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0
terceirizados	34
estagiários	0

e) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

O gerenciamento de serviços ainda está sendo estruturado. Foi instalada a ferramenta e treinada a equipe numa ferramenta de gestão de solicitações, incidentes e problemas. Porém o

catálogo de serviços ainda requer amadurecimento e ampliação para todos os serviços da TI e em todas as unidades regionais da CPRM.

f) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Aquisição de tecnologia em equipamentos e sistemas novos:

- GED/Lab 245: Irá promover a Gestão Eletrônica de Documentos.
- Pergamum: Irá prover novos recursos para gestão integrada do catálogo, com melhoria na interface e redução de 74% com custos de manutenção.
- Projuris: Gestão de processos jurídicos.
- Aquisição de equipamentos de rede visando à melhoria da infraestrutura da rede da CPRM.

Atividades Desenvolvidas em 2015

- Sistema de Informação de Proficiência do Empregado (SIPE).
- Implementação de melhorias no aplicativo para atender requisitos ACT 2015.
- Sistema de Controle de Amostras (SCA).
- Adaptação do sistema para ambiente SQLServer.
- Levantamento para a nova entrada de dados via WEB do Geobank migrando para o Oracle 11G.
- Desenvolvimento da entrada de dados da nova base de Geoquímica.
- Adaptação dos sistemas para integrar com novo ERP da TOTVS.
- Levantamento e Especificação do sistema de Capacitação e Treinamento (CTC).
- Interfaces para a web do SACE (Sistema de Alerta de Cheias e Inundação).
- Migração do Geobank para um datacenter externo (SERPRO).
- Homologação do PDTI da CPRM (período 2015-2020).
- Implantação do novo portal web da CPRM.
- Reorganização do datacenter Local no ERJ, disponibilizando um novo Storage e aumentando a capacidade de armazenamento de dados em 400%.
- Aquisição de equipamentos de rede visando à melhoria da infraestrutura da rede da CPRM.
- Certificação da rede de dados em Brasília.
- Levantamento e documentação da rede de dados do ERJ.

Implantação de aplicativos, com instalação e configuração:

- RIGEO – Repositório institucional.
- TOTVS – ERP de recursos humanos.
- Sistema de ponto eletrônico.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

ArcGis – suporta o produto Geobank. Está sendo estudada a possibilidade de adoção de ferramentas livre que comportem a solução.

6.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas

Reformulação dos aplicativos de entrada de dados do sistema Geobank, que estão em parte em aplicativos cliente/servidor, ainda sofrendo com as dificuldades de atualização que os

aplicativos desta arquitetura possuem, principalmente considerando que a entrada de dados é descentralizada em toda a CPRM, em todo o país.

Reformulação dos aplicativos de entrada de dados do Geobank, que estão escritos em Toolkit da Oracle, ferramenta esta descontinuada e sem suporte do fabricante.

Migração do sistema Geobank do ambiente Oracle 9 para o Oracle 11g.

Esta reformulação e migração está sendo feita por equipe interna da CPRM.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A missão da CPRM é gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Desta maneira, tem como propósito a proteção e respeito ao meio ambiente.

Os editais de aquisição de bens são elaborados de maneira que a aquisição seja de produtos que geram menos impacto ambiental, mais justiça social e eficiência econômica, visando fomentar a produção e o consumo sustentável no país.

Com relação aos editais de serviços e obras, estão em fase de elaboração com os critérios e práticas de sustentabilidade.

6.5 Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais

Quadro 27 – Depósitos judiciais e extrajudiciais

UG: 495130 (SERAFI-RJ)					
Número do Processo	Vara	Nome do Reclamante	Data do Depósito	Valor do Depósito	Nº do Documento
0001560-23.2011.5.01.0071	71ªVT	Carlos Afonso Cunha Avila	27/10/2014	R\$ 7.485,83	2014OB807541
00583.2007.058.01.00-5	58ª VT	Francisco Tokuda	14/09/2007	R\$ 12.059,26	2007OB904711
00193.2006.076.01.01-9	76ª VT	Gaston Pereira Bascope	26/07/2007	R\$ 12.403,19	2007OB903526
00173.2003.049.01.00-0	49ª VT	Ivani C. de Mello e Outros	26/07/2007	R\$ 123.889,56	2007OB903536
01514.2007.050.01.00-8	50ª VT	Janaína Nunes Alves	17/03/2008	R\$ 12.506,98	2008OB901555
00029.2007.123.15.00-5	19ª VT	João Batista Gonçalves e outros	29/03/2007	R\$ 359.863,84	2007OB901605
01574.2006.063.01.00-6	-	Maria Auxiliadora T. Belo	19/02/2009	R\$ 3.573,51	2009OB800951
00327.2007.014.01.00-3	14ª VT	Oliveira Américo Cavalcante	28/05/2007	R\$ 54.186,00	2007OB902543
2008.51.01.020583-1	-	Retiradas de Certidões do INSS	04/12/2009	R\$ 116.048,36	2009OB808745
Sub-Total				R\$ 702.016,53	

UG: 495250 (SUREG/MA)					
Número do Processo	Vara	Nome do Reclamante	Data do Depósito	Valor do Depósito	Nº do Documento
742-70.2014.5.11.0012		Merinalva da Silva Viana	21/10/2015	R\$ 8.000,00	2015OB801760
742.70.2014.5.11.0012		Merinalva da Silva Viana	23/10/2015	R\$ 8.000,00	2015OB801793
0000023.20.2015.5.08.0018		Merinalva da Silva Viana	23/11/2015	R\$ 8.000,00	2015OB801942
Sub-Total				R\$ 24.000,00	

UG: 495300 (SUREG/BE)					
Número do Processo	Vara	Nome do Reclamante	Data do Depósito	Valor do Depósito	Nº do Documento
0123/1999	8ª VT	Abraão F. F. de Melo e Outros	14/10/2008	R\$ 80.347,79	2008OB901528
Sub-Total				R\$ 80.347,79	

UG: 495370 (REFO)					
Número do Processo	Vara	Nome do Reclamante	Data do Depósito	Valor do Depósito	Nº do Documento
0000621-48.2012.5.07.0004	4ªVT	Maria de Nazaré M. A. Pedroso	28/11/2014	R\$ 217,60	2014OB800947
Sub-Total				R\$ 217,60	

UG: 495550 (SUREG/PA)					
Número do Processo	Vara	Nome do Reclamante	Data do Depósito	Valor do Depósito	Nº do Documento
0000956-85.2012.5.04.0025		José Luiz Marques	29/01/2015	R\$ 7.485,83	2015OB800119
5029947-51.2013.4.04.7100		Edio Ernst Kischlat	13/03/2015	R\$ 22.947,15	2015OB800419
0000911-84.2011.5.04.0003		Braulio Roberto Caye	17/04/2015	R\$ 254.482,85	2015OB800709
0020357-63.2013.5.04.0016		Ubirajara Nelson Velho Teixeira	22/04/2015	R\$ 7.485,83	2015OB800708
0000736-60.2011.5.04.0013		Carlos Antonio Grazia	14/05/2015	R\$ 177.781,82	2015OB800859
0001041-72.2010.5.04.0015		Ricardo Zandona	03/06/2015	R\$ 2.822,58	2015OB800992
0020826-32.2015.5.04.0019		Rosalia Barili da Cunha	19/06/2015	R\$ 921,69	2015OB801106
0000724-58.2012.5.04.0030		Valter dos Santos Cabral	06/11/2015	R\$ 1.349,70	2015OB802129
Sub-Total				R\$ 475.277,45	

UG: 495600 (SUREG/BH)					
Número do Processo	Vara	Nome do Reclamante	Data do Depósito	Valor do Depósito	Nº do Documento
00867-2010-017-03-00-0	17ªVT	DAVID FELIPPE RAMOS	22/07/2010	R\$ 5.621,90	2010 OB 802023
00867-2010-017-03-00-0	17ªVT	DAVID FELIPPE RAMOS	03/10/2010	R\$ 267,60	2010 OB 802196
00867-2010-017-03-00-0	17ªVT	DAVID FELIPPE RAMOS	04/02/2011	R\$ 11.779,02	2011 OB 800471
Sub-Total				R\$ 17.668,52	

UG: 495710 (RETE)					
Número do Processo	Vara	Nome do Reclamante	Data do Depósito	Valor do Depósito	Nº do Documento
0002680-64.2013.5.22.0001		Matias Rodrigues do Nascimento	15/10/2014	R\$ 200,00	2014OB801157
0063540-04.2008.5.22.0002		José Lima de Souza	17/12/2014	R\$ 153,86	2014OB801157
Sub-Total				R\$ 353,86	
TOTAL				R\$ 1.299.881,75	

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU
Quadro 28 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
030.190/2013-4	2256/2015.01	1.10.1	Determinação	19/05/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM				
Descrição da determinação/recomendação				
A ausência de apresentação, no relatório de gestão, de indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, entre outros fins, contraria o disposto DN-TCU 119/2012, item 2.4, Parte A, Anexo II.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O processo de Elevação da Maturidade em Gestão de Projetos na CPRM continua em andamento, no qual se inclui a definição e adequação dos indicadores de gestão. A reestruturação está baseada nos princípios definidos pelo PMBOK – Project Management Body of Knowledge. O projeto-piloto em implantação na DGM-Diretoria de Geologia e Recursos Minerais. Após a fase de planejamento dos 32 projetos que serão executados em 2015, com orçamento previsto de R\$54,1 milhões, está sendo iniciado o processo de monitoramento e controle dos respectivos projetos, segundo o gestor responsável. No Relatório de Gestão de 201, no item 2.4, Parte A, Anexo II da DN-TCU 134-2013 - “Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da unidade jurisdicionada, incluindo análise comparativa dos índices previstos e observados relativamente ao exercício” não foi informado pela gestão justificando que ainda não construiu seu sistema de indicadores.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
030.190/2013-4	2256/2015.01	1.10.2	Determinação	19/05/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM				
Descrição da determinação/recomendação				
A ausência de PEI – Planejamento Estratégico Institucional, de PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, de PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação, bem como de Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação que definam a política de investimentos para área de Tecnologia da Informação alinhada aos objetivos institucionais, fragiliza as aquisições e contratações efetivadas, além de aumentar o risco de que soluções equivocadas sejam adotadas, o que pode gerar elevados custos financeiros e operacionais, contrariando os princípios constitucionais de eficiência e da economicidade afetos à Administração Pública.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Está em andamento processo licitatório para contratação de consultoria técnica para Alinhamento Estratégico e Definição de Projetos Estruturantes da CPRM. O conceito de “alinhamento estratégico” foi adotado devido a CPRM entender que suas diretrizes estratégicas já estão bem definidas pelo Governo Federal, quais sejam: manejar a geologia para (1) prevenção e mitigação de desastres naturais e (2) estimular a produção mineral brasileira. Para a elaboração do PDTI foram consideradas as propostas e metas da CPRM definidas no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional. O PDTI da CPRM define medidas para um período de 6 anos, que poderão e deverão ser revistas anualmente, de acordo com a evolução da aplicação e das necessidades.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
030.190/2013-4	2256/2015.01	1.10.3	Determinação	19/05/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM				
Descrição da determinação/recomendação				
A inexistência de uma Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC e de Gestor de Segurança da Informação não só podem comprometer a segurança da informação e das comunicações pela ação ou omissão, intencional ou acidental, de agentes internos e externos, como também contraria as disposições do Decreto 3.505/2000, da Instrução Normativa GSI/PR n. 1/2008 e do Acórdão 1.603/2008-TCU-Plenário.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
De acordo com o Memo. nº 111/SEGER/2015, de 02.10.2015, por deliberação da Diretoria Executiva da CPRM, na reunião realizada em 16.09.2015 (Ata nº 1147), as sugestões encaminhadas pelo DEINF (Memo. nº				

040/DEINF/2015, de 22.07.2015) foram aprovadas, em especial a nomeação do Gestor de Segurança da Informação e da criação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações. A DEINF esclareceu sobre o andamento da situação e constatou que encontra-se em fase de treinamento dos empregados, necessário para a escolha do Gestor da Informação, bem como para a seleção dos empregados que irão compor o Comitê de Segurança da Informação da CPRM, os quais deverão conter conhecimentos específicos e perfil adequados para o exercício das respectivas funções, a partir do exercício de 2016. Após essa fase será concluído o POSIC e encaminhado para a aprovação pela alta administração da CPRM.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 29 – Recomendações do Órgão de Controle Interno que permanecem pendentes de atendimento

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201307770/2013	1.1.1.1	27/02/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
Implementar indicadores de desempenho mensuráveis e úteis à avaliação da gestão da CPRM, considerando, inclusive, o novo marco regulatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Planejamento – SUPLAM			227
Síntese da Providência Adotada			
Em 2015 foi iniciado o processo de Elevação da Maturidade em Gestão de Projetos, baseado nos princípios definidos pelo PMBOK publicado pelo PMI.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os principais indicadores gerais de desempenho trabalhados neste período foram a “Execução Física (%)” de cada projeto e a “Execução Orçamentária”, representada pelos percentuais empenhados e liquidados, relativamente aos valores planejados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A CPRM, mesmo com todas as dificuldades orçamentárias e financeiras presentes nos últimos três anos, vem mantendo os esforços para otimização da gestão da empresa. Considerando que seus produtos finalísticos são obtidos através de projetos, foi neste tema que se concentraram as ações prioritárias em 2015, quando foi iniciado o processo de Elevação da Maturidade em Gestão de Projetos, baseado nos princípios definidos pelo PMBOK – Project Management Body of Knowledge, publicado pelo PMI – Project Management Institute.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201307770/2013	1.1.2.1	27/02/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Providenciar a criação de um Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação que envolva as diversas áreas da Agência no intuito de alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos Institucionais definindo normativamente suas atribuições. 2. Elaborar Planejamento Estratégico Institucional que determine a organização das políticas e estratégias que orientarão a Empresa no uso e disponibilização do recurso para a realização dos objetivos institucionais. 3. Elaborar um PETI e um PDTI contendo elementos estratégicos, alinhados com os objetivos do negócio, prevendo a sua revisão para realinhamento ao Plano Estratégico Institucional, quando implementado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática - DEINF			227

Síntese da Providência Adotada
Ocorreu contratação da empresa “Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda”, Contrato nº 27/PR/14, firmado com o objetivo de elaboração do PDTI da CPRM para o período de 2015 a 2020. O PDTI foi concluído pela contratada e encaminhado para análise técnica da CPRM em janeiro de 2015. As atividades relacionadas já foram iniciadas pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação no próprio exercício de 2014. Está em andamento o processo de licitação para contratação de consultoria técnica para Alinhamento Estratégico e Definição de Projetos Estruturantes da CPRM.
Síntese dos Resultados Obtidos
O conceito de “alinhamento estratégico” foi adotado devido a CPRM entender que suas diretrizes estratégicas já estão bem definidas pelo Governo Federal, quais sejam: manejar a geologia para (1) prevenção e mitigação de desastres naturais e (2) estimular a produção mineral brasileira. Para a elaboração do PDTI foram consideradas as propostas e metas da CPRM definidas no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional. O PDTI da CPRM define medidas para um período de 6 anos, que poderão e deverão ser revistas anualmente, de acordo com a evolução da aplicação e das necessidades.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Cabe agora à Empresa efetuar um alinhamento estratégico de seus projetos finalísticos às diretrizes definidas, inclusive adequando-os à realidade orçamentária e financeira atual, e um alinhamento estratégico de seus processos internos, de forma a aumentar sua eficiência e favorecer a integração entre as Diretorias da empresa.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201307770/2013	1.1.2.2	27/02/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Nomear Gestor de Segurança da informação e Comunicações. 2. Instituir Comitê de Segurança da Informação e Comunicação. 3. Elaborar, aprovar e divulgar Política de Segurança da Informação e Comunicações e demais normas de segurança da informação e comunicação.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática - DEINF			227
Síntese da Providência Adotada			
Os membros do Comitê estão em fase de treinamento e definição, e o Departamento de Informática – DEINF já elaborou uma minuta de POSIC, com o objetivo de fornecer a direção da CPRM, informações relativas à gestão dos riscos e do tratamento dos incidentes de segurança da informação e comunicações, e fornecer um ponto inicial para o desenvolvimento deste trabalho a partir do exercício de 2016.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Por deliberação da Diretoria Executiva da CPRM, na reunião realizada em 16.09.2015 (Ata nº 1147), as sugestões encaminhadas pelo DEINF foram aprovadas, em especial a nomeação do Gestor de Segurança da Informação e da criação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações. Inicialmente foi programada a realização de uma palestra com especialista, visando à conscientização sobre as implicações jurídicas da Segurança da Informação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Atualmente estamos na fase de treinamento dos empregados, necessário para a escolha do Gestor da Informação, bem como para a seleção dos empregados que irão compor o Comitê de Segurança da Informação da CPRM, os quais deverão conter conhecimentos específicos e perfil adequados para o exercício das respectivas funções, a partir do exercício de 2016.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201307770/2013	1.1.2.3	27/02/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227

Descrição da Recomendação	
1. Implementar controles que permitam a adequada coordenação dos sistemas de informação no âmbito da CPRM. 2. Efetuar estudo de modo a verificar a adequação da estrutura dos recursos humanos de TI.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Informática – DEINF	227
Síntese da Providência Adotada	
Foi designado em dezembro de 2014 um analista de sistemas para realizar as atividades de gestão de projetos de TI, para a área de desenvolvimento de sistemas e a metodologia que está sendo utilizada é com base no PMBOK e seus princípios.. Embora a empresa já tenha avançado bastante no aperfeiçoamento dos sistemas de controles implementados no exercício de 2015, a definição de métricas mais adequadas a ser utilizadas na aferição do tamanho das tarefas ainda estão sendo desenvolvidas.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
As equipes estão sendo treinadas e capacitadas, visando à implantação de controles que possibilitem a coordenação dos sistemas de informação no âmbito da CPRM, de acordo com a recomendação da CGU/RJ.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A manifestação do Gestor (Ofício nº 088/2015-PR/CPRM) registrou que, apesar de já terem sido implementados controles, ainda há necessidade de aperfeiçoamentos (definição da métrica a ser utilizada para melhor aferição do tamanho das tarefas).	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201307770/2013	1.1.2.5	27/02/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Normatizar o Processo de Desenvolvimento de Sistemas no âmbito da CPRM, documentando e implementando metodologia que oriente tanto os desenvolvimentos internos quanto os decorrentes de procedimento licitatório. 2. Quando da contratação de desenvolvimento de sistemas, efetuar especificações detalhadas que permitam o adequado dimensionamento do sistema e que definam todos os artefatos associados ao processo de desenvolvimento, desde a definição de requisitos até a implantação do sistema.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática - DEINF			227
Síntese da Providência Adotada			
O respectivo normativo interno que definirá o processo de desenvolvimento de sistemas já foi finalizado e se encontra em fase de revisão para apresentação a Diretoria Executiva.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Após aprovação da DE, o Departamento de Informática – DEINF, responsável pela emissão do normativo interno, deverá providenciar sua publicação, prevista para ser realizada no mês de junho de 2016.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Cabe ressaltar que quanto à questão de contratação, durante a implantação do novo PDTI, não houve a necessidade de contratação de empresas de desenvolvimento de sistemas, nos exercícios de 2014 e 2015, bem como também não foram previstas novas contratações para o exercício de 2016.			

7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Dispomos de Normas e Instruções Internas, orientando os procedimentos a serem adotados nos casos de furto, roubo ou sinistro dos bens. A Norma Interna AAS 06.01 – Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo está devidamente publicada na intranet da empresa com ampla divulgação para todos os empregados.

Os casos não previstos em nossos Normativos e Instruções Internas são buscados em legislação pertinente junto a Consultoria Jurídica da Empresa.

Nos casos de ocorrência de danos ao patrimônio público, ocasionados pelos empregados da empresa, é iniciada sindicância para apuração dos fatos, e se necessário constituído Processo Administrativo Disciplinar para responsabilização dos envolvidos.

A instauração de Sindicância, bem como o Processo Administrativo Disciplinar é iniciada por comissão específica para o assunto, devidamente nomeada por ATO do Diretor Presidente.

Por oportuno, cabe ressaltar que a empresa comunica a Controladoria-Geral da União, rotineiramente, a instauração de sindicâncias ou processo administrativo, e o respectivo resultado, em atendimento ao disposto no Decreto nº 5.480/2005, bem como na Lei nº 10.683/2003, que estabelece esta obrigatoriedade, conforme a seguir demonstrado:

Quadro 30 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Processos Administrativos instaurados e finalizados no exercício de 2015					
Número Ato	Tipo de Procedimento	Fato sob Apuração	Data de Conhecimento	Data da Instauração	Situação Atual
024/2015	Sindicância	Apurar incidente com o veículo Pick Up GM, Placa JIL- 1011, que colidiu com Ford Ka placa NSE-5951.	2015	09/02/2015	Concluído
025/2015	Sindicância	Apurar incidentes com o veículo Pick Up L200 Triton, Placa JKO - 5551 em duas viagens. Na primeira, se envolveu em uma colisão com um Fiat/Siena EL 1.4 Flex 2013/2014, na BR-316, Município de Castanhal. Na segunda viagem, albarrou o caminhão VW da empresa FRIBEL, placa NTC-1394.	2015	13/02/2015	Concluído
079/2015	Sindicância	Apurar incidente com o veículo Pick Up L200, Placa JKO- 5561, que colidiu com um ônibus de placa KPE-2802.	2015	03/03/2015	Concluído
123/2015	Sindicância	Apurar fatos e materialidade de conduta quanto acidente envolvendo o veículo S10, Placa JIL 5891.	2015	08/06/2015	Concluído
143/2015	Sindicância	Apurar fatos quanto ao desaparecimento de placas de vídeo e memória RAM 32GB de três computadores.	2015	21/07/2015	Concluído
153/2015	Sindicância	Apurar fatos e materialidade de conduta quanto acidente envolvendo o veículo Strada - Placa EEF7937, a partir de dados relatados no Memorando nº 232/SUREG-SP/2015, de 23 de junho.	2015	29/07/2015	Concluído
154/2015	Sindicância	Apurar desaparecimento de bens, a partir de dados relatados no Memo. nº 134/SUREG-MA/15.	2015	29/07/2015	Concluído

Obs.: Débitos abaixo de R\$75.000,00 sem instauração de Tomadas de Contas Especial e remessa ao TCU.

7.4 Informações sobre as ações de patrocínio

No exercício de 2015 a CPRM comprometeu-se a patrocinar a Escola de Administração Fazendária (ESAF), com o custeio de parte das despesas na realização da XII Semana de

Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas – 2015. O total deste patrocínio foi de R\$50.000,00, com a cobrança de R\$10.000,00 por etapa, sem a cobrança da primeira etapa de Brasília.

Objetivo: Atendendo a política de treinamento da CPRM, a XII AOFCP oferece 10 (dez) vagas em cada uma das 6 (seis) etapas, sendo obrigatório ao participante o cumprimento das 40h de capacitação para a obtenção do certificado. Dessa forma o SGB viabiliza uma maior capacitação dos seus servidores e gestores públicos federais, envolvidos com as atividades próprias do ciclo de gestão da Administração Pública (planejamento, orçamento, administração financeira, contratações públicas e controle de gestão), no âmbito do Governo Federal. O patrocínio também define a vinculação e divulgação da marca CPRM em folders, banners e nos demais materiais gráficos produzidos, bem como no edital de divulgação do evento e nas apresentações disponibilizadas no sítio da ESAF.

Etapas: Brasília/DF; Rio de Janeiro/RJ; Belém/PA; Natal-RN; Salvador/BA; e Brasília/DF.

Participantes: 62*

Quadro 31 – Relatório Final (Carga Horária 40h):

Local	Período	Participantes da CPRM	Horas de capacitação/ etapa
BRASÍLIA - DF	16 A 20/03/2015	09	360h
RIO DE JANEIRO - RJ	25 A 29/05/2015	11	440h
BELÉM - PA	27 A 31/07/2015	10	400h
NATAL - RN	14 A 18/09/2015	10	400h
SALVADOR - BA	05 A 09/10/2015	09	360h
BRASÍLIA - DF	16 A 20/11/2015	13	520h
	Total:	62*	2.480h

* Por solicitação da CPRM, a ESAF permitiu 2 participantes adicionais além do número total.

Valor total XII AOFCP (2015): R\$50.000,00

Valor referente à quitação da última parcela da XI AOFCP (2014): R\$16.500,00

Gasto Total Final do Exercício de 2015 com a ESAF: R\$66.500,00

7.5 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro 32 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	–	0,00	0,00
Legal	–	0,00	0,00
Mercadológica	–	0,00	0,00
Utilidade pública	18544202623780001	800,00	0,00
	22122211920000001	1.600,00	0,00
	2266320412B530001	600,00	0,00

C P R M

ANEXO I

Declaração do Contador

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis de 31 de dezembro de 2015 previstos na Lei 4.320 de 17 de março de 1964 (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) produzidos com base nos registros contábeis que serviram para a preparação e publicação das Demonstrações Financeiras de acordo com a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 efetuados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2016.



GILBERTO AGUILERA BEZERRA
Chefe da DICOGE

Contador CRC RJ 074.369/O-S DF

C P R M

ANEXO II

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/01/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA

ÓRGÃO SUPERIOR 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.148.920,00	4.148.920,00	3.458.643,83	-690.276,17
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	125.416,75	125.416,75
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	125.396,75	125.396,75
Receita de Concessões e Permissões	-	-	20,00	20,00
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.438.168,00	1.438.168,00	2.420.599,67	982.431,67
Transferências Correntes	2.700.000,00	2.700.000,00	-	-2.700.000,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	2.700.000,00	2.700.000,00	-	-2.700.000,00
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	10.752,00	10.752,00	912.627,41	901.875,41
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	10.752,00	10.752,00	912.627,41	901.875,41
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	68.475,00	68.475,00	56.200,00	-12.275,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/01/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	68.475,00	68.475,00	56.200,00	-12.275,00
Alienação de Bens Móveis	68.475,00	68.475,00	56.200,00	-12.275,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.217.395,00	4.217.395,00	3.514.843,83	-702.551,17
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.217.395,00	4.217.395,00	3.514.843,83	-702.551,17
DÉFICIT	-	-	536.172.087,75	536.172.087,75
TOTAL	4.217.395,00	4.217.395,00	539.686.931,58	535.469.536,58
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/01/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	494.160.954,00	535.240.735,00	521.070.798,32	461.524.820,88	435.422.827,83	14.169.936,68
Pessoal e Encargos Sociais	318.414.812,00	354.883.952,00	353.940.873,58	347.174.767,60	328.682.541,93	943.078,42
Juros e Encargos da Dívida	10.998,00	10.998,00	9.687,20	9.687,20	9.687,20	1.310,80
Outras Despesas Correntes	175.735.144,00	180.345.785,00	167.120.237,54	114.340.366,08	106.730.598,70	13.225.547,46
DESPESAS DE CAPITAL	17.558.395,00	17.558.395,00	18.616.133,26	2.674.617,75	1.968.780,86	-1.057.738,26
Investimentos	17.558.395,00	17.558.395,00	18.616.133,26	2.674.617,75	1.968.780,86	-1.057.738,26
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	511.719.349,00	552.799.130,00	539.686.931,58	464.199.438,63	437.391.608,69	13.112.198,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	511.719.349,00	552.799.130,00	539.686.931,58	464.199.438,63	437.391.608,69	13.112.198,42
TOTAL	511.719.349,00	552.799.130,00	539.686.931,58	464.199.438,63	437.391.608,69	13.112.198,42

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	45.527.631,66	28.409.970,18	45.259.370,48	40.088.653,46	11.058.087,71	22.790.860,67
Pessoal e Encargos Sociais	226.747,23	148.735,63	127.577,28	127.577,28	247.905,58	-
Juros e Encargos da Dívida	195,44	3.284,66	-	-	195,44	3.284,66
Outras Despesas Correntes	45.300.688,99	28.257.949,89	45.131.793,20	39.961.076,18	10.809.986,69	22.787.576,01
DESPESAS DE CAPITAL	4.454.185,20	8.058.719,94	8.316.068,35	8.077.124,41	1.599.490,39	2.836.290,34
Investimentos	4.454.185,20	8.058.719,94	8.316.068,35	8.077.124,41	1.599.490,39	2.836.290,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	49.981.816,86	36.468.690,12	53.575.438,83	48.165.777,87	12.657.578,10	25.627.151,01

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	382.673,72	47.044.862,44	46.385.489,55	295.742,21	746.304,40
Pessoal e Encargos Sociais	2.938,05	16.932.144,57	16.913.535,57	21.547,05	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/01/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	379.735,67	30.112.717,87	29.471.953,98	274.195,16	746.304,40
DESPESAS DE CAPITAL	9.487,64	2.023.427,52	1.995.994,44	-	36.920,72
Investimentos	9.487,64	2.023.427,52	1.995.994,44	-	36.920,72
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	392.161,36	49.068.289,96	48.381.483,99	295.742,21	783.225,12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/01/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	25.827.442,23	-	PASSIVO CIRCULANTE	191.461.400,70	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.814.256,06	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	52.604.454,73	-
Créditos a Curto Prazo	1.681.343,49	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	17.075,46	-
Créditos Tributários a Receber	1.681.343,49	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	14.983.991,40	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	31.011.215,13	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	66.930.957,72	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	25.913.706,26	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	5.865.680,10	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	466.162,58	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	177.213.645,39	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	345.895,02	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	22.841.589,22	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	7.721.726,53	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	345.895,02	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	26.546.131,98	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-18.824.405,45	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	191.807.295,72	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.325.743,93	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	8.794.118,76	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Investimentos	161.749,18	-			
Participações Permanentes	161.749,18	-			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	30.147.526,88	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	161.749,18	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.294.243,73	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Demais Reservas	23.297.423,74	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados	-54.505.402,45	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	-3.630.249,98	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-40.446.186,29	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-10.428.966,18	-
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.233.791,90	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/01/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	152.897.412,82	-			
Bens Móveis	56.000.956,24	-			
Bens Móveis	158.945.965,54	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-102.945.009,30	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	96.896.456,58	-			
Bens Imóveis	108.692.030,27	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-11.795.573,69	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.312.894,17	-			
Softwares	808.580,30	-			
Softwares	808.580,30	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	500.156,67	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	500.156,67	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	4.157,20	-			
Direitos de Uso de Imóveis	4.157,20	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	203.041.087,62	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	203.041.087,62	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	17.926.997,81	-	PASSIVO FINANCEIRO	129.824.312,82	-
ATIVO PERMANENTE	185.114.089,81	-	PASSIVO PERMANENTE	157.637.534,67	-
SALDO PATRIMONIAL	84.420.759,87	-	SALDO PATRIMONIAL	-	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	63.415.566,33	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	37.798.452,53	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/01/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2015	2014		2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	63.415.566,33	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	37.798.452,53	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	28.074.315,26	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.064.798,78	-
Direitos Contratuais a Executar	35.341.251,07	-	Obrigações Contratuais a Executar	36.733.653,75	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	63.415.566,33	-	TOTAL	37.798.452,53	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-63.898.384,87
Recursos Vinculados	-47.998.930,14
Operação de Crédito	-25.274.903,98
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-22.723.548,09
Demais Recursos	-478,07
TOTAL	-111.897.315,01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ (Aberto)
EMISSÃO 25/01/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGAO SUPERIOR	32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.435.378.138,9	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.426.270,30	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.426.270,30	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.745.627,18	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.745.627,18	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.141.857.849,6	-
Transferências Intragovernamentais	1.038.403.821,8	-
Transferências Intergovernamentais	500.000,00	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	102.954.027,87	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	232.966.795,26	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	36.049.497,20	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	196.937.298,06	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	56.361.596,53	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	56.200,00	-
Resultado Positivo de Participações	125.915,98	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/01/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	56.179.480,55	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.439.008.388,9	-
Pessoal e Encargos	397.766.590,33	-
Remuneração a Pessoal	282.912.548,74	-
Encargos Patronais	112.321.406,48	-
Benefícios a Pessoal	2.480.083,24	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	52.551,87	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.514,85	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.514,85	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	164.423.206,52	-
Uso de Material de Consumo	5.360.628,29	-
Serviços	142.031.517,00	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	17.031.061,23	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.200.572,48	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	7.506.257,89	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.693.411,76	-
Descontos Financeiros Concedidos	902,83	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	627.442.970,14	-
Transferências Intragovernamentais	523.823.976,33	-
Transferências Intergovernamentais	500.000,00	-
Transferências a Instituições Privadas	7.500,00	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	140.883,40	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	82.797,22	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	102.887.813,19	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	162.124.922,62	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.075.208,85	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	468.752,32	-
Incorporação de Passivos	42.482.098,68	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/01/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	118.098.862,77	-
Tributárias	22.021.285,72	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.442.386,51	-
Contribuições	3.578.899,21	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	54.998.326,27	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	96.831,14	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	49.770.348,13	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.131.147,00	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-3.630.249,98	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

C P R M

ANEXO III

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/76 e notas explicativas



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

AT I V O

	Nota Explicativa	2015	2014
CIRCULANTE		25.828	66.598
Caixa e Equivalentes de Caixa	29	17.814	33.632
Previdência Privada	19	0	24.926
Contas a Receber	5	947	904
Materiais	6	466	485
Impostos a Recuperar	30	1.691	3.221
Adiantamentos para Despesas	31	3.362	1.646
Recursos a Receber Restos a Pagar	18	0	226
Convênios com Entidades Diversas	7	1.483	1.174
Outros Créditos	32	65	384
NÃO CIRCULANTE		177.213	190.025
Realizável a Longo Prazo		14.047	12.532
Previdência Privada	19	0	0
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral	9	695	652
Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais	9	9.798	9.252
Adquirentes de Direitos Minerais	8	0	0
Financiamentos à Pesquisa Mineral	9	4	0
Outros Créditos	10	3.550	2.628
Investimentos	11	162	504
Imobilizado	12	161.691	171.558
Intangível	13	1.313	5.431
TOTAL DO ATIVO		203.041	256.623

As notas explicativas são parte integrante
das Demonstrações Contábeis

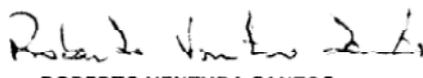
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

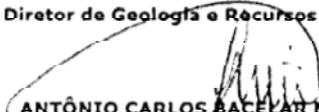
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	2015	2014
CIRCULANTE		191.461	231.083
Fornecedores	23	14.984	31.606
Entidades de Previdência Complementar	19	0	24.926
Financiamentos a Pagar	14	17	12
Impostos e Encargos Sociais a Pagar	16	48.660	82.108
Férias e 13o.salário a Pagar	24	42.954	35.907
Provisão para Contingências	15	66.931	23.119
Contas e Despesas a Pagar	33	3.446	3.563
Convênios com Entidades Diversas	22	13.098	29.071
Credores Diversos	34	1.371	771
NÃO CIRCULANTE		346	247
Entidades de Previdência Complementar	19	0	0
Financiamentos a Pagar	14	346	247
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.234	25.293
Capital Realizado Atualizado	17	30.148	30.148
Reservas de Reavaliação	26	23.297	28.336
Ajustes de Avaliação Patrimonial	27	12.294	12.390
Prejuízos Acumulados		(54.505)	(45.581)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		203.041	256.623

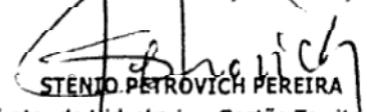
As notas explicativas são parte integrante
das Demonstrações Contábeis

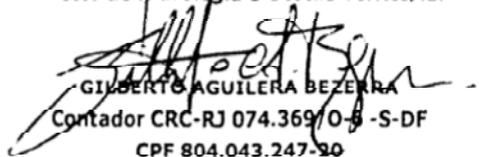

MANOEL BARRETO DA ROCHA NETO
 Diretor-Presidente


ROBERTO VENTURA SANTOS
 Diretor de Geologia e Recursos Minerais


ANTÔNIO CARLOS BACELAR NUNES
 Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento


EDUARDO SANTA HELENA
 Diretor de Administração e Finanças


STÊNIO PETROVICH PEREIRA
 Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial


GILBERTO AGUILERA BEZERRA
 Contador CRC-RJ 074.369/O-8 -S-DF
 CPF 804.043.247-90

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais, exceto Lucro(Prejuízo) por ação)

	Nota Explicativa	2015	2014
Prestação de serviços e de operações de pesquisas		2.324	2.253
Receita Operacional Líquida		<u>2.324</u>	<u>2.253</u>
Lucro bruto		<u>2.324</u>	<u>2.253</u>
Recursos da União para Operações e Investimentos	18	579.103	893.955
Despesas gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais	4	(576.568)	(897.841)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>4.859</u>	<u>(1.633)</u>
Despesas e receitas financeiras	20	(8.489)	4.635
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(3.630)</u>	<u>3.002</u>
Despesa com tributos sobre o lucro	28	0	(4.307)
Resultado líquido do período		<u>(3.630)</u>	<u>(1.305)</u>
Lucro (Prejuízo) por ação		<u>(1,23)</u>	<u>(0,44)</u>

As notas explicativas são parte integrante
das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido do Exercício		(3.630)	(1.305)
Ajustes:			
Depreciação e Amortização		18.921	11.577
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo		99	19
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo		(2.067)	(1.564)
Ajustes nas Provisões de Perdas		(38)	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	25	(10.429)	0
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo		1.075	0
Ajustes no Ativo Imobilizado		217	0
Ajustes no Ativo Intangível		4.413	0
Provisão de Contingências		41.273	0
Ajustes no Ativo Investimentos		343	0
Ajuste nas Provisões para Perdas de Ativos de Longo Prazo		0	960
		53.807	10.992
Contas a receber		(42)	(387)
Materiais		19	1.934
Impostos a Recuperar		1.530	(2)
Adiantamentos para Despesas		(1.716)	100
Recursos a Receber Restos a Pagar		226	2.461
Convênios Ativos com Entidades Diversas		(309)	0
Outros Créditos		320	(111)
Fornecedores		(17.083)	11.204
Financiamento de Curto Prazo		5	(3)
Impostos e Encargos Sociais a Pagar		(30.909)	9.602
Férias e 13o. Salário a Pagar		7.047	6.051
Provisão para Contingências		0	(1.956)
Contas e Despesas a Pagar		332	(3.770)
Convênios com Entidades Diversas		(15.973)	(9.126)
Credores Diversos		611	(249)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		0	12.390
Ajuste de Exercícios Anteriores		0	135
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(5.765)	37.960
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição do Imobilizado		(12.110)	(41.362)
Baixa de Imobilizado		2.838	6.568
Depósitos Judiciais e para Recursos		(610)	(230)
Baixa de Depósitos para Recursos		124	95
Aquisição de Intangível		(295)	(1.382)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(10.053)	(36.311)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		0	0
Aumento/Redução Líquido de caixa e equivalente de caixa		(15.818)	1.649
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	29	33.632	31.983
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	29	17.814	33.632
Variação de caixa e equivalente de caixa		(15.818)	1.649

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital Subscrito Integralizado	Reservas de Capital		Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros		Reserva para Aumento de Capital	Ajustes de Exercícios Anteriores	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Subvenções	Reserva Especial Lei 8200		Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2013		30.148	0	0	28.336	0	0	744.515	0	0	(788.926)	14.073
Realização de Reservas												0
Prejuízo Líquido do Período											(1.305)	(1.305)
Ajustes de Avaliação Patrimonial										12.390		12.390
Ajustes de AFAC								(744.515)	744.515			0
Ajustes de AFAC									(744.515)		744.515	0
Ajustes de Exercícios Anteriores									135			135
Ajustes de Exercícios Anteriores									(135)		135	0
Saldos em 31 de dezembro de 2014		30.148	0	0	28.336	0	0	0	0	12.390	(45.581)	25.293
Realização de Reservas												0
Prejuízo Líquido do Período											(3.630)	(3.630)
Realização da Reserva de Reavaliação	26				(5.039)						5.039	0
Realização em Ajustes de Avaliação Patrimonial	27									(96)	96	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	25										(10.429)	(10.429)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		30.148	0	0	23.297	0	0	0	0	12.294	(54.505)	11.234

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado Líquido do Exercício		(3.630)	(1.305)
Ajuste de AFAC para Atendimento Nota Conjunta nº13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN		0	744.515
Ajuste para Atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público		0	135
Ajuste Depreciação de Bens Imóveis	25	<u>(10.429)</u>	<u>0</u>
Resultado Abrangente		<u>(10.429)</u>	<u>744.650</u>
Resultado Abrangente Total		<u>(14.059)</u>	<u>743.345</u>

**As notas explicativas são parte integrante
das Demonstrações Contábeis**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências no interesse do país, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional.
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país.
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país.
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados, resguardando o interesse nacional.
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal.
- Realizar pesquisas e estudos referentes aos fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros inerentes à sua área de atuação, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha.
- Prover apoio técnico-científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os registros contábeis da empresa são lançados integralmente através do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) contido no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício.
- Os financiamentos à empresas de mineração para aplicação em empreendimentos específicos de pesquisa mineral, quando concedidos sem cláusula de risco, são registrados em contas do ativo realizável a longo prazo. Quando a CPRM participa do risco da pesquisa, também são registrados no mesmo grupo de contas, até que seja apurado o resultado final da pesquisa.
- Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao de reposição.
- As depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas em função da vida útil dos bens, sendo as taxas de depreciação normalmente praticadas pela CPRM, as seguintes:

Equipamentos de Operação 10% a.a.; Transporte 20% a.a.; Diversos: 10% a.a.; Imóveis 4% a.a.

NOTA 4 – APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para fins de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, a CPRM considera como Despesas Gerais e Administrativas, os valores relativos a custos de prestação de serviços, de operações de pesquisas e demais custos. Tal procedimento visa à conciliação com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que não apura custos em suas contas de Resultado.

A partir de 2013 a empresa alterou o seu perfil no SIAFI, passando a alocar cada liquidação no Subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR) aos respectivos Centros de Custos diretos e indiretos. Além disso, a empresa passou a utilizar o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC).

No Exercício de 2015 a CPRM registrou no Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) R\$ 60.945 mil referente aos custos de prestação de serviços e de operações de pesquisas.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 31 de dezembro de 2015 tiveram a seguinte composição:

	R\$ Mil	
	2015	2014
Remuneração	(281.613)	(217.198)
Encargos Sociais	(75.312)	(68.361)
Benefícios	(1.330)	(16.485)
Plano de Previdência Complementar	(37.009)	(31.277)
Locação e Aquisição	(6.638)	(1.680)
Depreciação e Amortização	(17.031)	(14.790)
Despesas Tributárias	(21.703)	(5.350)
Serviços de Comunicação	(7.641)	(5.042)
Manutenção	(5.883)	(3.343)
Serviços Públicos	(4.049)	(2.626)
Serviços Profissionais Contratados	(96.767)	(100.019)
Materiais	(5.361)	(8.222)
Resultado com Ações Judiciais	(1.426)	(1.462)
Outras Despesas/Receitas	(14.805)	(421.986)
	(576.568)	(897.841)

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se a créditos por cessão de pessoal apropriados pelo regime de competência, cujo recebimento está previsto para 2016.

	R\$ Mil	
	2015	2014
Contas a Receber	947	904
	947	904

NOTA 6 - MATERIAIS

A composição dos valores registrados no Almoxarifado em 31/12/2015 é a seguinte:

	R\$ Mil	
	2015	2014
Almoxarifado	466	485
	466	485

NOTA 7 – CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS

Os recursos de Convênios com Entidades Diversas em que a Companhia é concedente são contabilizados em conta do Ativo Circulante e seu resultado apurado após a sua aplicação.

Os valores a título de Convênios com Entidades Diversas, em que a Companhia é concedente em 31 de dezembro de 2015 correspondem a R\$ 1.483 mil, sendo:

	R\$ Mil	
	2015	2014
Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM)	833	833
Município de Serra do Mel	500	0
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM/RJ)	150	150
Associação de Canto Coral (ACC)	0	191
Total	1.483	1.174

NOTA 8 - ADQUIRENTES DE DIREITOS MINERAIS - LONGO PRAZO

Sob este título estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretratável, pela CPRM à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na “escritura de cessão de direitos minerais”, firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda. com a interveniência da CPRM por escritura pública lavrada em 11/11/1993.

Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do “Projeto Caçapava”, localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 31/12/2015 é de R\$ 2.775 mil e da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo, reforçada com base no Parecer COJUR/CPRM nº 02/2012, é de R\$ 2.775 mil.

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS À PESQUISA MINERAL

No Ativo Realizável a Longo Prazo estão registrados, sob os títulos de Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais e Financiamentos à Pesquisa Mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial, conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Os saldos líquidos apresentados no Ativo Realizável a Longo Prazo, de R\$ 10.497 mil, representam os valores totais de R\$ 26.547 mil, deduzindo-se R\$ 16.050 mil relativo à Provisão de Riscos Contratuais.

FINANCIAMENTO À PESQUISA MINERAL	R\$ Mil	
	2015	2014
Financiamento à Pesquisa Mineral	4	0
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral	695	652
Pesquisa e Avaliação de Depósitos Substâncias Minerais	9.798	9.252
Total	10.497	9.904

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS - LONGO PRAZO

O valor registrado a título de Outros Créditos representa Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

NOTA 11 – INVESTIMENTOS

O valor registrado como Investimentos corresponde a ações e títulos de natureza permanente, atualizados a valor de mercado.

	R\$ Mil	
	2015	2014
Ações de Outras Companhias	20	27
Fundos Incentivos Fiscais	1	1
FND e Notas do Tesouro Nacional NTN-P	141	476
Total	162	504

NOTA 12 - IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	R\$ Mil	
	2015	2014
Imóveis de Uso Especial da União	87.904	88.312
Outros Imóveis	1.048	1.025
Terrenos	391	306
Instalações	5.753	5.749
Equipamentos de Operação	75.971	58.027
Máquinas e Utensílios de Escritório	10.025	30.986
Veículos	25.995	32.425
Equipamentos de Processamento de Dados	25.992	20.437
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.915	8.904
Imobilizações em curso	12.002	10.953
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	426	116
Outros Equipamentos	17.230	5.788
Outras Imobilizações	4.780	4.350
Depreciações Acumuladas de Bens Imóveis	(11.796)	0
Depreciações Acumuladas de Bens Móveis	(102.945)	(95.820)
	161.691	171.558

Com a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em janeiro de 2015 e da Portaria Conjunta nº 703 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento de 10 de dezembro de 2014, a CPRM passou a registrar em contas próprias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) os valores referentes à depreciação de seus bens imóveis.

NOTA 13 - INTANGÍVEL

São registrados como Intangível os softwares e a concessão de direitos de uso de comunicação e divulgação.

	R\$ Mil	
	2015	2014
Intangível	1.313	5.431
	1.313	5.431

NOTA 14 - FINANCIAMENTOS A PAGAR

		R\$ Mil			
		2015	2014	2015	2014
		Circulante	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Em moeda estrangeira		17	12	346	247
		17	12	346	247

Correspondem a US\$ 93 mil em 31/12/2015, sendo renegociados, conforme contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados.

NOTA 15 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Provisão para Contingências apresenta registrado em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$ 66.931 mil, face a possíveis situações futuras de perdas que possam ocorrer. Tais processos foram classificados como de “riscos prováveis” pela Consultoria Jurídica da Companhia:

OBJETO DE AÇÃO	R\$ Mil	
	2015	2014
Responsabilidade Civil	600	1.150
IPTU	44.061	0
Processo Administrativo Tributos Federais	1.669	2.604
IR e CSLL Oriundos de Repasses de Convênio	4.459	4.054
Ações Trabalhistas	16.142	15.311
Total	66.931	23.119

NOTA 16 – IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Estão registrados neste grupo os tributos apurados pela Companhia, entre os quais constam Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS/PASEP, COFINS, IPTU, INSS, FGTS, ISS dentre outros:

TRIBUTO	R\$ Mil	
	2015	2014
IRPJ	7.965	5.185
CSLL	5.588	1.919
IPTU	13.490	48.939
PIS / PASEP	805	776
COFINS	949	1.214
ISS	354	616
Demais Tributos e Encargos	19.509	23.459
Total	48.660	82.108

Os valores correspondentes ao IPTU relativo ao Escritório do Rio de Janeiro referem-se à cobrança administrativa junto à Prefeitura local. Os valores lançados em Dívida Ativa estão registrados como Provisão para Contingências (Nota 15).

NOTA 17 - CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social integralizado no valor de R\$30.147.526,88 está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

NOTA 18 – RECURSOS PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS

A partir de 1991, a Companhia passou à condição de Entidade Supervisionada. Nesse novo quadro está incluída no Orçamento da União com recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

No Exercício de 2015, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R\$ 579.103 mil, sendo R\$ 444.257 mil para operações e investimentos do ano corrente e R\$ 134.846 mil para pagamento de despesas de Restos a Pagar.

No Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) em lançamentos do encerramento do exercício, os recursos diferidos e/ou recursos a receber/a liberar com base em disponibilidades por fontes de recursos não geraram saldo.

NOTA 19 - PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em julho de 2015, a empresa pagou a última parcela anual à BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil, relativo ao tempo de serviço passado do Plano de Previdência Complementar de seus empregados, cujos recursos estavam consignados no “Programa Contribuição à Previdência Privada” como fonte do Tesouro, no Orçamento Geral da União.

NOTA 20 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	R\$ Mil	
	2015	2014
Receitas:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	1.746	7.157
Despesas:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	(10.235)	(2.522)
	<u>(8.489)</u>	<u>4.635</u>

NOTA 21 - COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Os principais seguros mantidos pela Companhia são os seguintes, em 31 de dezembro de 2015:

MODALIDADE	OBJETO	VALOR SEGUADO R\$ Mil
Incêndio	Imóveis	103.503
Incêndio	Móveis, Máquinas e Equipamentos	101.613
Incêndio	Estoque de Materiais	9.535
Total		<u>214.651</u>

A empresa também contratou seguros para cobrir eventuais riscos ou perdas de seus veículos.

NOTA 22 – CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS

Os recursos recebidos de convênios com Entidades Diversas com e sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e seu resultado é apurado mensalmente, após a aplicação desses recursos.

As obrigações a pagar a título de Convênios com Entidades Diversas, as quais a Companhia é conveniente, em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 13.098 mil, sendo:

	R\$ Mil	
	2015	2014
Governo do Estado Mato Grosso – Secretaria de Ind. e Comércio	0	664
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SC	0	165
Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos (SRHE/PE)	9	182
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG)	0	171
Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos (SERLA)	0	107
Secretaria Nacional de Defesa Civil	1.284	2.872
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAN)	3.932	5.060
Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA)	70	311
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo (ANP)	19	26
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	71	1.203
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	1.792	2.063
Secretaria Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ/MMA)	20	50
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	5.901	16.197
Total	13.098	29.071

NOTA 23 - FORNECEDORES

As obrigações com os fornecedores são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Princípio da Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelos lançamentos no Subsistema Contas a Pagar e a Receber (CPR).

	R\$ Mil	
	2015	2014
Fornecedores	14.984	31.606
	14.984	31.606

NOTA 24 – FÉRIAS E 13º SALÁRIO A PAGAR

A Companhia registra as Férias e o 13º Salário pelo Princípio Contábil da Competência.

	R\$ Mil	
FÉRIAS E 13º SALÁRIO A PAGAR	2015	2014
Férias a Pagar	42.954	35.907
13º Salário a Pagar	0	0
Total	42.954	35.907

NOTA 25 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A CPRM registrou em Ajustes de Exercícios Anteriores os valores correspondentes a despesas de depreciação dos bens imóveis de uso especial, não lançadas em anos anteriores. Em exercícios anteriores, a empresa mantinha seus imóveis registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), em cumprimento a Portaria Interministerial nº 322 de 23 de agosto de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Companhia utilizava o SPIUnet como a principal fonte alimentadora do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para fins de contabilização dos imóveis, mantendo a contínua e tempestiva compatibilidade entre os dois sistemas. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis elaboradas com base no SIAFI espelhavam os registros dos imóveis de uso especial da União lançados no SPIUnet, que não previa lançamentos relativos à depreciação dos imóveis sob seu controle.

Com a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em janeiro de 2015 e da Portaria Conjunta nº 703 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 10 de dezembro de 2014 a Companhia passou a registrar em contas próprias do Ativo Imobilizado os valores referentes à depreciação de seus bens imóveis. Para os lançamentos de depreciação de bens imóveis anteriores a 2015, a CPRM contabilizou como Ajustes de Exercícios Anteriores as despesas com depreciação com base nos lançamentos históricos automáticos efetuados pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), no valor de R\$ 10.429 mil.

O registro está apresentado na Demonstração do Resultado Abrangente.

NOTA 26 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial referentes aos lançamentos históricos automáticos efetuados pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

A realização teve como base os valores registrados como depreciação de bens imóveis de uso especial. O valor da realização em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 5.039 mil.

NOTA 27 – AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A CPRM realizou parte dos valores registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, objetos das atualizações de seus imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) determinadas pelos Ofícios nº 2455/2012/SPU/RJ/DIATEC, de 03/07/2012 e nº 005781/2013/DIAPF/CODIM/SPU-RJ de 25/10/2013. A realização teve como base os valores registrados como depreciação de bens imóveis correspondentes ao lançamento em Ajustes de Avaliação Patrimonial. O valor da realização até 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 96 mil.

NOTA 28 – DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

A Companhia apurou em 2015 prejuízo fiscal em todos os trimestres, com de base nos registros nas contas resultado expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), não gerando tributos sobre o lucro.

	R\$ Mil	
	2015	2014
PROVISÃO DE IRPJ E CSLL		
Provisão de Imposto de Renda	0	(3.143)
Provisão para Contribuição Social	0	(1.164)
Total	0	(4.307)

NOTA 29 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Neste grupo é registrado o valor do limite de saque da Conta Única estabelecido pelo órgão central de programação financeira para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

	R\$ Mil	
	2015	2014
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17.814	33.632
Total	17.814	33.632

NOTA 30 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Neste grupo são registrados os créditos tributários referentes à COFINS e o PIS/PASEP apurados após a transmissão da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD – Contribuições). São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros. A partir de 2016, os créditos referentes à COFINS e ao PIS/PASEP, anteriormente contabilizados em conta genérica denominada Créditos Tributários a Receber serão registrados em contas segregadas com o objetivo de atender ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

	R\$ Mil	
	2015	2014
Créditos Tributários a Receber	1.681	1.681
Outros Tributos a Recuperar	10	1.539
Total	1.691	3.221

NOTA 31 – ADIANTAMENTOS PARA DESPESAS

São registrados neste grupo os adiantamentos para despesas para o atendimento das operações da empresa.

	R\$ Mil	
	2015	2014
Adiantamento 13º Salário	0	775
Adiantamento de Férias	1.752	0
Adiantamento de Viagens	477	0
Benefícios Administrados pelo INSS	1	0
Adiantamento Suprimento de Fundos	54	0
Adiantamento Operações Especiais	275	734
Adiantamento Transferência Voluntárias - SIAFI	135	135
Adiantamento a Prestadores de Serviços	668	2
Total	3.362	1.646

NOTA 32 – OUTROS CRÉDITOS

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a outros grupos do Ativo Circulante, tais como Depósitos para Interposição de Recursos, Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas, Recursos a Receber por Termo de Cooperação.

NOTA 33 – CONTAS E DESPESAS A PAGAR

São registrados valores a pagar, tais como Salários, Remunerações e Benefícios, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções Diversas, e outros.

	R\$ Mil	
	2015	2014
Salários, Remunerações e Benefícios	1.140	1
Planos de Previdência e Assistência Médica	994	1.588
Retenções Sindicatos e Associações	11	6
Retenções Planos de Seguros	373	462
Retenções a Fornecedores de Vale Transporte e Vale Refeição	36	35
Repasse Recebido Diferido	877	796
Outras Contas a Pagar	15	675
Total	3.446	3.563

NOTA 34 – CREDORES DIVERSOS

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar não relacionados a outros do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

	R\$ Mil	
	2015	2014
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	788	12
Diárias a Pagar	273	405
Depósitos e Cauções Recebidos	227	201
Depósitos Retidos de Fornecedores	52	0
Indenizações, Restituições e Compensações	30	140
Outros Credores	1	13
Total	1.371	771

NOTA 35 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

No exercício de 2015, a maior, menor e remuneração média mensal paga a empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 22.788,03, R\$ 3.215,22 e R\$ 8.779,46, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2015 correspondeu a R\$ 26.660,86.

NOTA 36 - CONCILIAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS ELABORADOS CONFORME A LEI 4.320/64 E A LEI 6.404/76

Em atendimento ao item 15 do Acórdão nº 2016/2006 do TCU, de 01.11.2006 a Companhia apresenta anualmente, por ocasião do Encerramento do Exercício a conciliação entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76 e o obtido via SIAFI, pela Lei nº 4.320/64.

Com a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em janeiro de 2015, o Balanço Patrimonial conforme a Lei nº 4.320/64 extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) corresponde no Ativo à mesma divisão em Ativo Circulante e Ativo não Circulante prevista no art. 178 da Lei nº 6.404/76. A mesma Demonstração apresenta os valores relativos ao Ativo Financeiro e ao Ativo Permanente. Em 31 de dezembro de 2015, o total do Ativo corresponde ao valor de R\$ 203.041 mil.

No Passivo, o Balanço Patrimonial conforme a Lei nº 4.320/64 extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) corresponde à mesma divisão em Passivo Circulante, Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido prevista no art. 178 da Lei nº 6.404/76. A mesma Demonstração apresenta os valores relativos ao Passivo Financeiro, Passivo Permanente e Saldo Patrimonial. Em 31 de dezembro de 2015, o total do Passivo corresponde ao valor de R\$ 203.041 mil.

Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública		Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	
ATIVO		ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	25.828	ATIVO CIRCULANTE	25.828
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	17.814	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	17.814
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.682	PREVIDÊNCIA PRIVADA	0
DEMAIS CRÉDITOS VALORES CURTO PRAZO	5.866	CONTAS A RECEBER	947
ESTOQUES	466	MATERIAIS	466
		IMPOSTOS A RECUPERAR	1.691
		ADIANTAMENTOS PARA DESPESAS	3.362
		RECURSOS A RECEBER RESTOS A PAGAR	0
		CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS	1.483
		OUTROS CRÉDITOS	65
ATIVO NÃO CIRCULANTE	177.213	ATIVO NÃO CIRCULANTE	177.213
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	22.841	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.047
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	7.722	PREVIDÊNCIA PRIVADA	0
DEMAIS CRÉDITOS VALORES LONGO PRAZO	6.325	FUNDO FINANCEIRO PESQUISA MINERAL	695
INVESTIMENTOS APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	8.794	PESQUISA AVAL. DEP. SUBST. MINERAIS	9.798
INVESTIMENTOS	162	FINANCIAMENTO PESQUISA MINERAL	4
IMOBILIZADO	152.897	OUTROS CRÉDITOS	3.550
INTANGÍVEL	1.313	INVESTIMENTOS	162
		IMOBILIZADO	161.691
		INTANGÍVEL	1.313
TOTAL DO ATIVO	203.041	TOTAL DO ATIVO	203.041

ATIVO FINANCEIRO	17.927
ATIVO PERMANENTE	185.114
TOTAL ATIVO	203.041

Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública		Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	
PASSIVO		PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	191.461	PASSIVO CIRCULANTE	191.461
OBRIGAÇÕES TRABALH.PREVID.ASSIST.	52.604	FORNECEDORES	14.984
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	17	FINANCIAMENTOS A PAGAR	17
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	14.984	IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	48.660
OBRIGAÇÕES FISCAIS	31.011	PROVISÃO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO	42.954
PROVISÕES DE CURTO PRAZO	66.931	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	66.931
DEMAIS OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO	25.914	CONTAS E DESPESAS A PAGAR	3.446
		CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS	13.098
		CREDORES DIVERSOS	1.371
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	346	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	346
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	346	FINANCIAMENTOS A PAGAR	346
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.234	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.234
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	30.148	CAPITAL SOCIAL	30.148
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	12.294	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	23.297
DEMAIS RESERVAS	23.297	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	12.294
RESULTADOS ACUMULADOS	(54.505)	PREJUÍZO ACUMULADO	(54.505)
TOTAL DO PASSIVO	203.041	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	203.041

PASSIVO FINANCEIRO	129.824
PASSIVO PERMANENTE	157.638
SALDO PATRIMONIAL	(84.421)
TOTAL PASSIVO	203.041

NOTA 37 – EVENTO SUBSEQUENTE

A CPRM regularizou em abril/2016 as contas de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos e Imóveis, cujos saldos em 31/12/2015 correspondiam a lançamentos de atualização da avaliação de imóveis de uso especial cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), determinados pelos Ofícios nº 2.455/2012/SPU/RJ/DIATEC, de 03 de julho de 2012 e nº 5.781/2013/DIAPF/CODIM/SPU-RJ de 10 de abril de 2013, em contrapartida a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Para a regularização, a empresa emitiu em 25 de abril de 2016 a Nota Técnica DECOF/DICOGE nº 001/2016, com base nos Pareceres nº 23/2015/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 10 de abril de 2015 e nº 32/2016/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 11 de abril de 2016.

O reflexo no Patrimônio Líquido e no Imobilizado totalizou para o Exercício de 2015 R\$ 12.294.243,73 (Doze milhões, duzentos e noventa e quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos), correspondente as atualizações dos imóveis gerados pelo SPIUnet no Exercício de 2014 no valor de R\$ 12.389.585,43 (Doze milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos), decrescidas de suas baixas até dezembro/2015, no valor de R\$ 95.341,70 (Noventa e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e setenta centavos).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos.

**Conselheiros e Acionistas da
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
Rio de Janeiro - RJ**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como, o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, no exercício de 2015, com a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), passou a registrar a depreciação dos bens imóveis em contas próprias do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sendo que o reflexo das depreciações não registradas em exercícios anteriores foram reconhecidos em contrapartida no Patrimônio Líquido, conforme nota explicativa nº 25. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2016.


MACIEL AUDITORES S/S
CRC/RS 5.460/O-0 - "S" - RJ

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC/RS 65.932/O -7 - "S" - RJ
Responsável Técnica